

**UNIFAE CENTRO UNIVERSITÁRIO
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: UMA
AVALIAÇÃO DA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA
COPACOL**

PEDRO SALANEK FILHO

CURITIBA

2007

PEDRO SALANEK FILHO

**CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: UMA
AVALIAÇÃO DA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA
COPACOL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Organizações
e Desenvolvimento, UNIFAE – Centro
Universitário.

Orientador: Prof. Christian Luiz da Silva.
Dr.

CURITIBA, MARÇO DE 2007

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO SALANEK FILHO

**CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL: UMA
AVALIAÇÃO DA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA
COPACOL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE – Centro Universitário, pela seguinte banca examinadora:

Curitiba, 20 de Março de 2007.

Prof. José Edmilson de Souza-Lima. Dr.
Coordenador do Curso

Prof. Christian Luiz da Silva. Dr.
Orientador
UNIFAE Centro Universitário

Prof. Antoninho Caron. Dr.
Examinador Interno

Prof. Moises Francisco Farah Junior. Dr.
Examinador Externo - UNIBRASIL

Prof. Weimar Freire da Rocha Junior. Dr.
Examinador Externo - UNIOESTE

Prof. José Ronkoski. Msc.
Membro Convidado

Prof. Lafaiete Santos Neves. Dr.
Examinador Interno (suplente)

RESUMO

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local**: Uma avaliação da área de atuação da Cooperativa Copacol. 2007.160 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE, Curitiba.

O objetivo desta dissertação é avaliar se as cooperativas são organizações que promovem a formação e o fortalecimento do capital social e contribuem para o desenvolvimento sustentável local. Estas organizações são entidades de livre adesão, para participar basta que as pessoas interessadas estejam aptas para a atividade que a cooperativa foi constituída. As cooperativas contribuem para a evolução dos seus associados em duas grandes dimensões, a econômica e a social. Na dimensão econômica com o melhoramento da renda através da melhor disponibilidade do produto ou serviços do cooperado para o mercado consumidor. Na dimensão social através da inclusão social e da disponibilização, ao cooperado, de novos conhecimentos, além de aproximá-lo de uma rede de contato com outros cooperados. Dentro deste objetivo, foi realizada tanto uma pesquisa bibliográfica no que tange o desenvolvimento local, o capital social e o cooperativismo, como também uma pesquisa de campo para avaliar e demonstrar se a instituição cooperativa contribui para o desenvolvimento local e para o fortalecimento do capital social entre os seus cooperados.

Palavras-chave: cooperativismo; capital social; desenvolvimento local; desenvolvimento sustentável; dinâmica de desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Social Capital and Co-operativism in the process of local sustainable development : An avaluation of the area of Copacol Co-operative

The aim of this dissertation is to evaluate if co-operatives are organizations that promote the formation and strengthening of social capital and contribute to the local sustainable development. This organizations are of free admission and any person interested in participating must develop the same activity for which the co-operative was constituted. Co-operatives contribute for the evolution of their members in both, the economic and the social dimensions. The economic dimension by means of a better income through the assessibility of members products or services to the market. The social dimension through social inclusion and availability of new knowledge for the member, besides providing a group network with other members. With this purpose it was made a bibliographic research about local development, social capital and co-operativism, besides a field research to evaluate and demonstrate if the co-operative institution contributes for the local development and for the strenghtening of social capital of the members.

Key words: Co-operativism; social capital; local development; sustainable development; dynamics of regional development.

*Este trabalho é dedicado à memória de meu pai, Pedro Salanek,
de quem, com imenso orgulho, tenho o mesmo nome.*

*Dedico também a minha mãe Olga Salanek,
que sempre me ensinou valores éticos e de cidadania
indispensáveis por toda a vida.*

*Dedico especialmente a minha esposa Giovanna,
que além do seu lindo sorriso nos lábios,
possui um sorriso incomparável nos olhos e no coração
pela compreensão e pelo carinho durante todo o período de pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

À Deus por me possibilitar saúde durante todo o desenvolvimento do trabalho.

Durante o período, que compreendeu entre o pré-projeto e a elaboração da dissertação, muitas pessoas contribuíram para conclusão deste trabalho, para as quais quero expressar a minha imensa gratidão.

Ao Prof. Christian Luiz da Silva, meu orientador neste trabalho, o qual sempre executou a sua orientação com competência e dedicação, corrigindo rumos e estimulando-me nos momentos de dificuldades.

Aos professores do programa de mestrado da UNIFAE pelas contribuições em sala de aula, em especial ao Prof. Antoninho Caron, conhecedor nato e defensor do desenvolvimento local, que sempre disponibilizou seu conhecimento e seus livros em prol da disseminação do conhecimento; e ao Prof. Judas Tadeu Grassi Mendes, pelas suas sugestões como um profundo conhecedor do agronegócio paranaense.

Ao Sr. João Paulo Koslovski, Presidente da OCEPAR e do SESCOOP/PR, que conduz com muita maestria o cooperativismo paranaense, pelo seu estímulo constante, a todos os colaboradores do Sistema Ocepar, na busca de novos conhecimentos.

Ao Sr. José Roberto Ricken, Superintendente do SESCOOP/PR, que sempre acompanhou o andamento do mestrado e incentivou a realização de um estudo em uma linha de pesquisa em cooperativismo.

Ao Sr. Valter Pitol, Presidente da Cooperativa Copacol, que dirige uma empresa de referência em gestão cooperativista, que possibilitou a realização da pesquisa de campo junto ao quadro de cooperados.

Aos cooperados entrevistados da Copacol que disponibilizaram o seu tempo, em período de safra, e contribuíram com as suas opiniões e experiências para uma pesquisa acadêmica.

Ao Sr. James Fernando Moraes, gerente administrativo financeiro da Cooperativa Copacol, que contribuiu com informações e com a programação da pesquisa de campo junto aos cooperados.

Aos Srs. João da Cruz, Luciano, Pabinski e Nivaldo – gerentes dos entrepostos da Cooperativa Copacol, que juntamente com as respectivas equipes, contribuíram na logística da realização da pesquisa de campo.

Aos gerentes do Sistema Ocepar, Flávio E. Turra, Gerson José Lauermann e Leonardo Boesche, por compartilhar os profundos conhecimentos e experiências vividas no cooperativismo paranaense.

A Sra. Sigrid U. Ritzmann, que sempre disponibilizou todo o material de pesquisa necessário através biblioteca do Sistema Ocepar.

Ao Sr. Samuel Z. Milleo Filho, Assessor de Imprensa do Sistema Ocepar, pela contribuição nas informações do cooperativismo paranaense.

Aos meus colegas de trabalho da Gerência de Desenvolvimento e Autogestão do SESCOOP/PR, Caetano, Devair, Gogola, Izaías, Jessé e Josias, e da Gerência Técnica e Econômica da OCEPAR, Róbson, Gustavo e Cassiano, à todos pela ajuda e colaboração;

Aos meus colegas da 1ª turma de mestrado da UNIFAE, pelas nossas discussões calorosas, as quais contribuíram muito para a formação de uma visão crítica e multidisciplinar do desenvolvimento sustentável.

A Ana Cristina Castex, pela importante contribuição no processo de revisão e correção deste trabalho.

Ao colega Leandro A. Jiomeke, pela ajuda na tabulação estatística dos dados e pela orientação na utilização de modelos para avaliação de correlação.

A Profª Luzia Eliana Reis Magalhães, incentivadora para a realização de um mestrado e que contribuiu muito para a elaboração do pré-projeto.

A amiga Rosimery de Fátima Oliveira, que teve uma contribuição significativa neste processo, pois foi quem me mostrou, pela primeira vez, uma visão crítica de toda a problemática da sustentabilidade, despertando em mim o interesse pelo assunto.

À toda a minha família, em especial aos meus irmãos Antonio, Maria e Helena que sempre me estimularam na busca de novos conhecimentos e que compreenderam os meus momentos de ausência.

Ao SESCOOP/PR pelo auxílio financeiro e pela confiança investida.

“O capital social facilita a cooperação espontânea”.

Robert D. Putnam

“O alicerce do cooperativismo é a solidariedade na somatória das economias individuais para se viabilizar um serviço em prol do cooperado”.

João Paulo Koslovski

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	CONTEXTO E JUSTIFICATIVA	19
1.2	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	21
1.3	PERGUNTA DE PESQUISA	23
1.4	OBJETIVOS	24
1.4.1	Objetivo Geral	24
1.4.2	Objetivos Específicos	24
1.5	PRESSUPOSTOS	24
1.6	RELEVÂNCIA DO TRABALHO	25
1.7	LIMITAÇÕES	26
1.8	METODOLOGIA	27
1.9	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	29
2.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPITAL SOCIAL	30
2.1	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	30
2.2	A DEFINIÇÃO DE “LOCAL”	37
2.3	AS COOPERATIVAS COMO ORGANIZAÇÕES LOCAIS	43
2.4	CAPITAL SOCIAL	45
2.5	CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO	49
2.6	SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA	52
3	A INSTITUIÇÃO COOPERATIVA	54
3.1	DEFINIÇÃO E FINALIDADE DE UMA COOPERATIVA	54
3.2	A COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA DE INCLUSÃO ECONÔMICA E SOCIAL	58
3.3	OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS MUNDIAIS	60
3.4	PECULIARIDADES DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	63
3.5	A EMPRESA COOPERATIVA E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	66
3.6	SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA	71
4	O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO E A DINÂMICA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	73
4.1	O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO	73
4.2	O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO PARANÁ	74
4.3	A ESTRUTURA COOPERATIVISTA NO BRASIL E NO PARANÁ	77
4.3.1	Os ramos de atuação do cooperativismo brasileiro	81
4.4	OS DIRECIONAMENTOS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE	84
4.4.1	A colonização e o processo de desenvolvimento paranaense	84
4.4.2	O desenvolvimento do cooperativismo no Paraná	85
4.4.3	A região Oeste do Estado do Paraná – Uma abordagem histórica	90
4.4.4	A região Oeste do Estado do Paraná – Delimitação regional	94
4.4.5	Oeste do Estado do Paraná – Informações Regionais	99
4.4.6	Histórico da Cooperativa Copacol	103
4.4.7	Área de ação e Informações Gerais da Cooperativa Copacol	104

5 ESTUDO DE CASO: A REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA COPACOL	113
5.1 DETERMINAÇÃO DO LOCAL DA APLICAÇÃO DA PESQUISA	113
5.2 METODOLOGIA.....	114
5.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	119
5.3.1 Relação do produtor rural com a cooperativa Copacol.....	119
5.3.2 A cooperativa como instituição que propicia o melhoramento da renda do produtor rural.....	122
5.3.3 A cooperativa promovendo a formação de uma rede de relacionamentos e acesso a novos conhecimentos	129
5.3.4 Avaliação do cooperado em relação à dimensão econômica da região..	132
5.3.5 Avaliação do cooperado sobre a importância da cooperativa para as dimensões do Desenvolvimento Sustentável Regional.....	134
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA DE CAMPO	141
CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICE.....	155

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE COOPERATIVAS POR RAMO E NÚMERO DE COOPERADOS - BRASIL.....	77
TABELA 2 – NÚMERO DE COOPERATIVAS POR RAMO E NÚMERO DE COOPERADOS - PARANÁ.....	79
TABELA 3 – CRESCIMENTO ANUAL DE ASSOCIADOS EM FUNÇÃO DOS PIDCOOP´s.....	89
TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO OESTE NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ – ANO BASE 2001	102
TABELA 5 – PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO – MESOREGIÃO OESTE DO PARANÁ – 1995.	103
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – COPACOL.....	107
TABELA 7 – EVOLUÇÃO, EM PREÇOS REAIS, DO FATURAMENTO E DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO – COPACOL (R\$) – BASE 2006	107
TABELA 8 - COMPOSIÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSOCIADOS DA COPACOL.....	109
TABELA 9 - COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA E MILHO, RENDA PER CAPITA E VALOR ADICIONADO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COPACOL.....	110
TABELA 10 – DEMONSTRAÇÃO DA POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COPACOL.	111
TABELA 11 – RELAÇÃO DO PRODUTOR RURAL COM A COOPERATIVA COPACOL.....	121
TABELA 12 – A COOPERATIVA COMO INSTITUIÇÃO QUE MELHORA A RENDA DO PRODUTOR	124
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DA RENDA DOS 36 COOPERADOS QUE MENSURARAM A RENDA ANTERIOR A VINCULAÇÃO NA COOPERATIVA E A RENDA ATUAL	125
TABELA 14 – TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS, SEGUNDO O PRODUTOR RURAL PARANANENSE.....	127
TABELA 15 – FORMAÇÃO DE REDES DE RELACIONAMENTO E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS.....	130

TABELA 16 – AVALIAÇÃO DO COOPERADO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO ECONÔMICA DA REGIÃO	133
TABELA 17 – AVALIAÇÃO DO COOPERADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL.....	136

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS - ACI.....	61
QUADRO 2 – PROGRAMAÇÃO DE LOCAIS, HORÁRIOS E NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS.....	116
QUADRO 3 – DESCRITIVO DO AGRUPAMENTO DAS PERGUNTAS, OBJETIVOS E A VINCULAÇÃO COM OS TÓPICOS TEÓRICOS.....	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIMENSÕES DAS ESTRATÉGIAS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	44
FIGURA 2 – MODELO DE ORGANOGRAMA DE UMA EMPRESA COOPERATIVA	64
FIGURA 3 – FLUXO DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ.....	85
FIGURA 4 – PROJETOS REGIONAIS DE COOPERATIVISMO	86
FIGURA 5 – DELIMITAÇÃO DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DO IBGE.....	94
FIGURA 6 – MUNICÍPIOS DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DO IBGE.....	95
FIGURA 7 - DELIMITAÇÃO DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DA AMOP	96
FIGURA 8 - DELIMITAÇÃO DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DA OCEPAR.....	97
FIGURA 9 - MUNICÍPIOS DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DA OCEPAR	97
FIGURA 10 – CULTURAS PREDOMINANTES NA PAUTA DOS MUNICÍPIOS – BASE 2001	100
FIGURA 11 – TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO – 1991 A 2000.....	100
FIGURA 12 – IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (ANO BASE 2000).....	101
FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA MESOREGIÃO OESTE E DO ESTADO DO PARANÁ – COMPARATIVO DOS ANOS DE 1970 E 2000.	102
FIGURA 14 – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA COPACOL	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS E EMPREGADOS DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (EM MILHARES)	78
GRÁFICO 2 - RELAÇÃO DO PRODUTOR RURAL COM A COOPERATIVA COPACOL.....	122
GRÁFICO 3 – RENDA MÉDIA DO PRODUTOR ANTES SE ASSOCIAR À COOPERATIVA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	126
GRÁFICO 4 – RENDA MÉDIA ATUAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	126
GRÁFICO 5 – PRAZO DE RECEBIMENTO ANTES DA VINCULAÇÃO À COOPERATIVA	128
GRÁFICO 6 – PRAZO DE RECEBIMENTO ATUAL	129
GRÁFICO 7 – FORMAÇÃO DE REDES DE RELACIONAMENTO E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS.....	131
GRÁFICO 8 - AVALIAÇÃO DO COOPERADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL.....	137
GRÁFICO 9 - PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A COOPERATIVA COMO ENTIDADE QUE PROMOVE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	137

Lista de Siglas

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ACI – Associação Cooperativa Internacional

AGO – Assembléia Geral Ordinária

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

APL's – Arranjos Produtivos Locais

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata

DAC – Departamento de Assuntos do Cooperativismo

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

GDA - Gerência de Desenvolvimento e Autogestão (SESCOOP/PR)

GETEC - Gerência Técnica e Econômica (OCEPAR)

HA - Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MARIPÁ – Indústria Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.

NORCOOP – Projeto Norte de Cooperativismo

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE – Organização das Cooperativas Estadual

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo

PIDCOOP´s – Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo

RCE - Redes de Cooperação Empresarial

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativismo

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O fenômeno da globalização, além do tradicional discurso da queda das fronteiras e do encurtamento figurativo das distâncias geográficas, vem cada vez mais dando importância ao local, pois é neste espaço onde realmente os eventos acontecem.

Apesar das mudanças provocadas por este fenômeno entre países, empresas e até mesmo entre as pessoas, o espaço local tem conquistado grande importância para os processos produtivos e para as relações entre os cidadãos. Mesmo com a ocorrência de aspectos globais, como a internacionalização de capitais e tecnologias, sempre será em um determinado território que as empresas produzem e as pessoas vivem (CARON, 2003).

Tradicionalmente, a dimensão local possui quatro níveis pertinentes de análise: o mundial, o supranacional (blocos-econômicos), o nacional (país) e o regional (local). O fim figurativo da geografia provocada pela mundialização da economia, sustentada principalmente pelos avanços tecnológicos de informação e comunicação, passaram a valorizar as regiões, tornando-as fontes de vantagens concorrenciais. Os locais passam a ter uma característica interna e uma personalidade regional, possibilitando tanto o direcionamento para ações interdependentes com interesses econômicos locais, como a renovação da vida comunitária (BENKO, 2001).

A delimitação do local pode congrega um grupo de países ou apenas limitar-se a um conjunto de ruas de um determinado bairro, esta definição dependerá daquilo que se deseja observar.

Do ponto de vista do capitalismo tradicional, a evolução do local é vista a partir da industrialização e da urbanização, que são considerados aspectos fundamentais para o desenvolvimento. A racionalidade econômica deste modelo é das concentrações espaciais e dos desequilíbrios regionais. A busca pelo lucro, pelo crescimento do faturamento e pelos constantes aumentos de produtividade

consolidaram-se como elementos básicos do processo de acumulação e concentração de capitais nos níveis empresariais e espaciais, resultando em uma economia de concentração (CUNHA, 1998).

Esta visão capitalista aplicada, principalmente aos modelos de industrialização e urbanização, gera a necessidade de um processo de crescimento econômico contínuo que não se consolida efetivamente em desenvolvimento, gerando desequilíbrios e problemas sociais.

Como uma seqüência lógica, o processo de industrialização regional contribui para a urbanização. A industrialização, em um primeiro momento, impulsiona o processo de desenvolvimento geral, criando empregos e expandindo o mercado regional com geração de demanda. Por outro lado, a industrialização tende a aumentar as desigualdades regionais, atraindo imigração de outras localidades em busca de oportunidades que não são supridas integralmente e, posteriormente, derivam em desigualdades sociais. A evolução industrial e urbana de uma localidade gera a estagnação de outra (SOUZA, 2004).

Neste cenário competitivo, o espaço local terá que definir a sua identidade para se desenvolver em tempos de globalização, organizando-se de forma estruturada e buscando a sua própria dinâmica de desenvolvimento.

A organização da comunidade é um fator primordial para criar-se uma dinâmica própria e avançar para o desenvolvimento local. Frey (2003) destaca Robert Putnam que cita o capital social como elemento de organização social através das redes e das normas de confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco. Uma comunidade organizada, que possui relações sociais consistentes e engajamento cívico, estará mais unida e irá desenvolver um alto índice de capital social. O capital social é considerado de fundamental importância para consolidação da democracia e para uma efetiva governança local, urbana e ambiental.

Uma das formas de organização da comunidade local é através de cooperativas. Para Bialoskorki Neto (2002), os empreendimentos cooperativistas são organizações que apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos. As cooperativas podem distribuir os resultados econômicos proporcionais às operações com seus cooperados, contribuindo para a efetiva distribuição de renda entre seus associados.

Oliveira (2001) cita que as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, visto que trabalham pelo crescimento e pelo desenvolvimento sustentado das comunidades onde atuam.

Bialoskorki Neto (2002) ainda faz a seguinte citação: “Quando há um aumento de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, há um aumento médio de 2,5% da renda média regional, corroborando a hipótese de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda”.

As cooperativas são organizações com característica de atuação local e que possuem pessoas cooperadas da própria comunidade. No Brasil, e principalmente no Estado do Paraná, este tipo de organização é muito comum no meio rural através das cooperativas de produção agropecuárias.

No Estado do Paraná as cooperativas agropecuárias apresentaram, em 2005, um faturamento de R\$ 14,0 bilhões. Uma das regiões que mais contribuem com este volume econômico é o Oeste, que conta com alto grau de industrialização, principalmente na cadeia de carne de frango. O município de Cafelândia, sede da Cooperativa Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata, possui, com base no ano de 2000, uma população de 11.143 habitantes, conforme dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e conta com uma renda per capita R\$ 28.548,00 – consideravelmente acima da média estadual de R\$ 10.725,00 – conforme dados municipais do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, ano base de 2004.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O Estado do Paraná tem na agroindústria uma participação considerável em sua economia. As políticas de desenvolvimento e os investimentos em infraestrutura, principalmente na década de 70, impulsionaram este setor industrial, possibilitando que as empresas (deste ramo) deixassem de ser meras fornecedoras de matéria-prima e passassem a agregar valor à sua produção (FAJARDO, 2006).

O processo de industrialização no Paraná¹ teve grandes investimentos nas décadas de 70 e 80, sendo na RMC – Região Metropolitana de Curitiba os investimentos mais concentrados no setor metal-mecânico, refino de petróleo e complexo cimenteiro. Já no interior do estado, os investimentos se concentraram no setor madeireiro e do agronegócio (FARAH, 2002).

As cooperativas agropecuárias do Paraná deixaram de direcionar seus objetivos apenas à produção de alimentos e se inseriram na industrialização da produção, agregando mais esta atividade ao leque de serviços prestados a seus cooperados (MENEGÁRIO, 2000).

A liderança cooperativista no agronegócio regional ocorre em várias etapas do complexo agroindustrial, especialmente nos segmentos de produção de soja, trigo, algodão, leite, cevada e café. Esta liderança ocorreu pelos ciclos finais de beneficiamento e pelos ganhos tecnológicos de escala (LOURENÇO, 2000).

A participação das cooperativas no setor agroindustrial cresceu significativamente. Estas instituições passaram a participar em todas as etapas da produção agrícola, verticalizando a produção através da industrialização, obtendo, assim, produtos com maior valor agregado. A expansão das cooperativas cresce com o processo agroindustrial paranaense e estas instituições passam a raciocinar como agroindústrias (FAJARDO, 2006).

Conforme dados da OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, as cooperativas agropecuárias atendem os produtores rurais de praticamente todos os 399 municípios paranaenses. O Paraná possui uma expressiva representação econômica e tem nas cooperativas um forte aliado. Em muitos municípios paranaenses estas organizações são as empresas mais importantes no que se refere ao agrupamento social e no melhoramento da renda. Com relação à geração de renda, Rocha Jr. (2002, p.54) enfatiza que: “o êxodo rural é facilitado pelo fato de o agricultor não conseguir manter uma renda mínima, o que impede o desenvolvimento sustentável da agricultura”. Neste intuito, as cooperativas exercem grande influência no meio rural e no desenvolvimento local, agrupando e mantendo no campo aproximadamente 106 mil produtores rurais, que normalmente possuem propriedades com pequena estrutura fundiária (OCEPAR, 2006).

¹ Para histórico do desenvolvimento da economia paranaense, ver Farah (2002: p. 130 a 149) e A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação (LOURENÇO, 2000: p. 49 a 95).

Com relação à produção dos principais cereais no Paraná, em 1995, as cooperativas receberam 11,39 milhões de toneladas, em 2000 atingiram 12,75 mil toneladas e em 2005 a produção recebida foi de 12,92 mil toneladas. Quanto ao faturamento geral (em bilhões – R\$) das cooperativas agropecuárias, em 1995 foi R\$ 3,66 – em 2000, R\$ 5,74 e em 2005 de R\$ 14,01. (OCEPAR, 2006).

A região Oeste do Paraná possui uma organização cooperativa muito forte, além de contar com uma característica regional de altos índices de produtividade de cereais e uma cadeia de carnes de frangos e de suínos estruturada. Outro aspecto relevante desta região é a sua organização industrial, visto que não ocorre uma concentração muito intensa das indústrias próximas ao principal pólo regional (Cascavel), como, por exemplo, ocorre na RMC. No Oeste as indústrias das cooperativas estão localizadas de forma pulverizada (PERIS, 2002).

Uma das cooperativas do Oeste é a Copacol, que tem sua sede em Cafelândia e atua em outros cinco municípios: Formosa do Oeste, Tupãssi, Jesuítas, Iracema do Oeste e Nova Aurora. Conforme dados do IPARDES (2004), exceto Cafelândia, nos demais municípios a agropecuária é a atividade que corresponde por cerca de 30 a 40% da ocupação das pessoas, demonstrando a importância desta atividade na região. Segundo o IPARDES (2004), ano-base de 2000, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (considerando que a média do Estado do Paraná é de 0,787 e do Brasil é de 0,766) esses municípios classificam-se da seguinte forma: Tupãssi, Formosa do Oeste e Cafelândia: acima das médias; Nova Aurora: entre as médias; Iracema do Oeste e Jesuítas: abaixo da média brasileira.

A atuação da cooperativa junto ao quadro de associados ocorre na esfera econômica e social. Na econômica com a organização econômica regional e a geração de renda, no aspecto social com o fortalecimento do cooperado através de redes sociais que promovem a educação e a inserção social.

1.3 PERGUNTA DE PESQUISA

Considerando a importância da estruturação do local e a formação e o fortalecimento do capital social, pergunta-se: o processo de desenvolvimento da região está associado ao tipo de organização local existente?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar a importância da organização cooperativa agropecuária para o desenvolvimento local dos municípios da área de atuação² da Cooperativa Copacol no Oeste do Estado do Paraná.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Definir a relação teórica entre capital social, cooperativismo e desenvolvimento local.
- Identificar a influência que o cooperativismo tem no processo de desenvolvimento da comunidade cooperada local.
- Avaliar se o cooperativismo contribui para o fortalecimento do capital social na comunidade cooperada local.

1.5 PRESSUPOSTOS

Abaixo os pressupostos a serem avaliados no final deste trabalho:

1. As cooperativas são instituições de livre acesso ou de saída voluntária de qualquer de seus associados, desta forma uma pessoa apenas participará quando lhe for conveniente, em um primeiro momento, o interesse é geralmente no aspecto econômico.
2. Uma pessoa apenas vem a tornar-se um cooperado quando vislumbra um vínculo de confiança e credibilidade com a cooperativa, acreditando que, através desta instituição, atingirá melhores resultados e acesso a maiores informações. No caso do cooperativismo agropecuário, o cooperado entregará a sua produção acreditando que a cooperativa venha a gerar, para ele, os melhores resultados econômicos possíveis.

² O termo área de atuação é usualmente utilizado pelas instituições cooperativas para delimitar a área (municípios) em que estão distribuídos os seus cooperados. No caso das cooperativas industrializadas, esta área geralmente é diferenciada da área de atuação comercial, que compreende de uma delimitação mais ampla.

3. A participação em uma cooperativa se dará quando a pessoa necessitar criar laços de relacionamento horizontais com outros cooperados e laços de relacionamento verticais com agentes detentores de novos conhecimentos.
4. As organizações cooperativas contribuem para a geração de renda, organização econômica e social local e promovem o desenvolvimento da região.

1.6 RELEVÂNCIA DO TRABALHO

O desenvolvimento desta dissertação vem ao encontro de uma das linhas de pesquisa do mestrado multidisciplinar da UNIFAE – Centro Universitário que é a Sustentabilidade e Desenvolvimento Local através dos impactos socioeconômicos da globalização no desenvolvimento regional. Esta linha de pesquisa analisa a participação das organizações no desenvolvimento e são agentes relevantes no processo de desenvolvimento. Desta forma, as cooperativas são vistas como organizações que promovem o desenvolvimento local.

Além de atender a uma das linhas de pesquisa, conforme mencionado acima, outro fator relevante é que a realização deste trabalho será importante no desenvolvimento das atividades profissionais do autor, pois o mesmo é funcionário do SESCOOP/PR – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, atuando na área de Desenvolvimento e Autogestão diretamente com as cooperativas agropecuárias paranaenses.

Foram observados outros trabalhos que apresentam problemas similares, considerando a organização do local como fator importante para o desenvolvimento e citando as cooperativas como instituições que promovem a aproximação e a organização das pessoas.

Pavarina (2003) discorre em sua tese sobre desenvolvimento, crescimento econômico e capital social. Neste trabalho o sistema de organização cooperativa é citado no processo de mensuração do capital social, destacando-se a organização cooperativa na criação de laços de confiança com o produtor rural.

Souza (2004) menciona, em sua tese, as cooperativas no processo de mensuração de desenvolvimento regional. O autor avaliou que ocorre uma relação significativa entre cooperação e dinâmica de desenvolvimento local.

Oliveira (2006) cita na pesquisa bibliográfica de sua dissertação as organizações cooperativas, classificando-as como entidades que promovem a economia solidária com a elaboração de atividades econômicas, mas também servem como meio de realização de objetivos sociais, políticos e culturais.

Bialoskorski Neto (2001) desenvolve um estudo acerca do capital social no meio rural e destaca que, com o fortalecimento do capital social há maior nível de educação entre os produtores rurais, maior proporção de associados em cooperativas agrícolas e ausência de problemas relacionados aos direitos de propriedade da terra. Este autor também avalia que o capital social e o humano são variáveis importantes para o processo de desenvolvimento.

Os três primeiros trabalhos apresentados acima, realizam um estudo para avaliação do desenvolvimento local, citam as cooperativas, mas não aprofundam os estudos nestas instituições. O quarto trabalho, discute especificamente a instituição cooperativa, apresenta capital social e direciona-se para avaliação da governança nas relações de contrato, mas não considera a relação com outras dimensões do desenvolvimento.

Esta dissertação busca discutir a cooperativa agropecuária como uma organização local que promove a aproximação dos produtores rurais, criando laços de confiança e credibilidade com esta organização. Este aspecto contribui para a formação e fortalecimento do capital social da comunidade cooperada. Outro aspecto é que este trabalho busca demonstrar a importância da cooperativa, sob a percepção dos cooperados, como um agente que promove o desenvolvimento sustentável local. Sendo assim, esta pesquisa estrutura seus pressupostos em estudos que visam avançar na discussão da relação entre cooperativismo e desenvolvimento local.

1.7 LIMITAÇÕES

Este trabalho tem a região Oeste do Paraná como limitação espacial, sendo mais especificamente nos municípios da área de atuação dos cooperados da Cooperativa Copacol.

Outro fator limitante é que será abordada apenas a organização através das cooperativas, não sendo realizados comparativos com outros modelos de organização local.

Quanto às informações da pesquisa de campo, estas serão unicamente oriundas de entrevistas com cooperados, não havendo informações aprofundadas da cooperativa e da região.

Outro aspecto limitante é que este trabalho não avança em um comparativo, com base na mesma pesquisa, para observar se este mesmo comportamento ocorreria em outras regiões paranaenses, com culturas e processos de colonização diferenciados. Salienta-se também que esta dissertação trata apenas do cooperativismo agropecuário e fica limitada a fazer qualquer consideração sobre o processo de desenvolvimento local, proporcionado por outros ramos do cooperativismo.

Este trabalho não aprofunda o fortalecimento do capital social com as relações econômicas e com as relações contratuais a partir dos custos de transação, bem como não realiza comparativos entre atividades que poderiam gerar melhores rentabilidades para os cooperados.

1.8 METODOLOGIA

A metodologia será documental, exploratória e aplicada em estudo de caso. Esta classificação da pesquisa está embasada em Magalhães & Orquiza (2002), que considera a pesquisa aplicada como aquela que depende das descobertas e envolve verdades, interesses locais e problemas específicos.

Quanto ao procedimento documental, a dissertação teve a sua estrutura bibliográfica focada no desenvolvimento local, através de pesquisas realizadas em trabalhos que mencionavam o conceito de desenvolvimento sustentável e abordavam a dimensão espacial. Com este direcionamento, aprofundou-se a questão do fortalecimento da comunidade local através da formação do capital social. Na etapa seguinte, direcionou-se a pesquisa para trabalhos sobre cooperativismo e a relação com o local e com a comunidade.

Nos capítulos subseqüentes abordaram-se as particularidades das cooperativas, enfatizando a região Oeste do Paraná e mais especificamente a área de atuação da Cooperativa Copacol. Optou-se por esta região em função da sua alta produtividade, que levou ao crescimento da comercialização, exportação e ao desenvolvimento de infra-estrutura considerável. Com base em informações da OCEPAR, esta região congregou um total de 29.158 cooperados e gerou 20.810 empregos diretos no ano de 2005. Esta região atingiu, também em 2005, um movimento econômico de R\$ 4,14 bilhões, correspondendo a 31,53% do geral das cooperativas do Estado. Conforme IPARDES, a mesorregião Oeste possui, com base no Censo de 2000 do IBGE, uma população total de 1.138.582 habitantes, sendo a população rural de 209.174 habitantes e a densidade demográfica de 49,53 hab/km².

O método aplicado é o estudo de caso, com a pesquisa de campo direcionada para os cooperados da Cooperativa Copacol, que atuam tanto no segmento de grãos e, eventualmente, na cadeia de carne de frango. Conforme Yin (2005) entende-se por estudo de caso a realização da investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real. É um método aplicável e com boa adaptação em ciências sociais e os resultados, poderão ser usados como plano-piloto para o desenvolvimento de estudo de casos múltiplos semelhantes.

Realizou-se uma pesquisa junto a cooperados que, na maioria, já estão associados na cooperativa há mais de 10 anos, objetivando verificar se a cooperativa tem melhorado a condição sócio-econômica do associado. A estrutura do questionário foi desenvolvida para se avaliar se a cooperativa contribui para o fortalecimento do capital social dos cooperados e avaliar se é uma organização regional que promove o desenvolvimento sustentável.

Para a pesquisa de campo estão citados abaixo os aspectos relevantes para a elaboração do questionário:

- a) Vantagens para o produtor rural pertencer a uma comunidade;
- b) Formação de redes sociais entre cooperados e demais agentes;
- c) Criação dos vínculos de confiança entre o cooperado e a cooperativa;
- d) Avaliação da liderança dos dirigentes da cooperativa para a formação e o fortalecimento da rede social;
- e) Acesso a canais de informações;

- f) Desenvolvimento de laços verticais e de laços horizontais na comunidade cooperada.

A pesquisa é exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com experiências práticas com o problema pesquisado, bem como por ser uma situação específica e ter como objetivo obter mais informações para especificar outros problemas de pesquisa.

Outros aspectos quanto à metodologia de pesquisa e à forma de tratamento dos dados estão mencionados, com maiores detalhes, no capítulo 5.

1.9 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A dissertação inicia-se com a introdução, onde são apresentados, o tema, o problema de pesquisa, a pergunta de pesquisa, os objetivos, a relevância, as limitações e os procedimentos metodológicos. Em seguida são apresentados três capítulos que abordam o desenvolvimento sustentável e capital social, a instituição cooperativa e o surgimento do cooperativismo. O capítulo de desenvolvimento e capital social traz uma abordagem sobre a evolução do conceito de desenvolvimento ao longo do tempo e a conceituação de capital social. O capítulo sobre a instituição cooperativa aborda os principais fatores e particularidades deste tipo de organização, mencionando as dimensões econômicas e sociais que são focadas para o desenvolvimento do cooperado. O capítulo 4 aborda o surgimento do cooperativismo e a região Oeste, destacando a criação da primeira cooperativa e a estruturação do cooperativismo no Brasil e no Paraná, neste capítulo também são mencionados os direcionamentos regionais do cooperativismo paranaense e da Região Oeste que é tema de estudo desta dissertação. No capítulo 5 é realizada a apresentação dos resultados da pesquisa na Cooperativa Copacol de Cafelândia e os procedimentos metodológicos, a pesquisa é aplicada e de cunho qualitativo não sendo possível traduzir totalmente os seus resultados em números. Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde estão incluídas as conclusões da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPITAL SOCIAL

Este capítulo envolve a revisão literária do conceito de desenvolvimento, partindo das noções anteriores à Revolução Industrial e evoluindo gradativamente até o conceito recente de desenvolvimento sustentável. São abordadas as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento, em que o crescimento é importante, porém insuficiente, sendo necessário que, paralelamente, outras áreas sociais também evoluam. Assim, são mencionadas as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, entre elas enfatizada a dimensão espacial que é fundamental para este trabalho, visto que é o primeiro passo para a delimitação do espaço ou do lugar. Posteriormente é abordada a importância do desenvolvimento do capital social para o empoderamento³ de uma determinada comunidade e, por fim, a relação do capital social com o cooperativismo.

2.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Originalmente desenvolvimento era visto como um processo de revelação e descoberta que apresentava mudança seqüencial de um estágio para outro, ocorria em ordem determinada e contemplava uma dimensão de valor (CAIDEN & CARAVANTES, 1988).

Para Furtado (1988) as origens da noção de desenvolvimento podem ser detectadas em três diferentes correntes, a primeira surge com a filosofia do Iluminismo⁴ em direção a supremacia da razão; a segunda na idéia de acumulação de riquezas com a promessa de um futuro melhor; e a terceira a expansão geográfica ocidental que demonstrava superioridade em relação aos demais povos.

³ O empoderamento é relacionado à participação comunitária e acontece na medida em que se conquista e se distribui o poder de realizar ações. Porém, não é apenas a mera realização de tarefas que define o empoderamento e sim a ação conectada a um senso de responsabilidade pelo trabalho, pela aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele. O empoderamento, então, serve como um propósito para atender objetivos. (WWW.UTM.BR/SITES/ENGENHODESONHOS/HIPERTEXTO/EMPODERAMENTO.HTM)

⁴ O Iluminismo foi um movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII (o chamado "século das luzes") que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna, obtendo grande dinâmica nos países protestantes e lenta, porém gradual, influência nos países católicos. O nome se explica porque os filósofos da época acreditavam estar iluminando as mentes das pessoas. (HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/ILUMINISMO).

Após o período denominado de Iluminismo, o homem passa a preocupar-se com o desenvolvimento de novas ciências e a explorar o meio-ambiente, pois até então a influência humana na natureza era inexpressiva e, com exceção da agricultura, o homem ainda não explorava os recursos ambientais. Gray (2004) destaca a influência do Humanismo⁵ de Henri Saint-Simon e Auguste Comte no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento da inteligência humana, através das descobertas científicas, foi usado para transformar a humanidade. Acreditava-se que, através das ciências, os povos se tornariam cada vez mais evoluídos e as diferenças ideológicas tenderiam a diminuir. Caron (1996, p. 22) faz a seguinte menção sobre o processo de desenvolvimento: “Cada sociedade tem o desenvolvimento de seu tempo. É uma questão de cultura do seu tempo. O desenvolvimento se explica no seu tempo. Para os homens do seu tempo. Portanto, o desenvolvimento só é compatível entre as sociedades de um mesmo tempo histórico”.

Com o advento da revolução industrial iniciou-se um novo ciclo, ainda que de forma tímida, mas foi a partir deste período que o homem começou a intensificar a exploração do meio-ambiente e visualizava como objetivo futuro o melhoramento da qualidade de vida de toda a humanidade. Para Caiden & Caravantes (1988): “Desenvolver significava empregar o talento e as energias do homem sobre a natureza para melhorar a condição humana”.

A ampliação da exploração natural iniciou e intensificou-se nos países ocidentais no início do século passado. Esta exploração veio acompanhada da utilização de tecnologias cada vez mais apuradas, as quais objetivavam atingir sempre os melhores resultados, basicamente econômicos. Dentro deste processo, surgiu o fenômeno da ocidentalização⁶ que passou a ser explorado e visto como um novo modelo de desenvolvimento. Dentro da sua fundamentação ideológica, este fenômeno buscava, a qualquer custo, o progresso através da aplicação de tecnologias e do crescimento econômico contínuo. A industrialização urbana e a evolução tecnológica eram alicerces essenciais e tinham grande importância para este processo de desenvolvimento.

⁵ O Humanismo, considerando inclusive como religião, surgiu no início do Século XIX e tinha como finalidade a criação de uma civilização universal baseada na ciência. A crença era que o ser humano poderia fazer um mundo melhor objetivando o progresso através do conhecimento e das invenções (GRAY, 2004).

⁶ A ocidentalização é uma denominação dada à influência dos países ocidentais no resto do mundo, no tocante à visão de desenvolvimento. Os países ocidentais alegavam que a ocidentalização beneficiaria a todos e as regiões atrasadas deveriam entrar no caminho do progresso. Esta influência foi mais intensa até a década de 40. (CAIDEN & CARAVANTES, 1988).

Para Caiden & Caravantes (1988, p. 223):

“A meta adequada do desenvolvimento era uma sociedade industrial urbana e o ‘moderno’ era medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que determinada sociedade houvesse atingido. Desenvolvimento era, sobretudo, desenvolvimento econômico que por sua vez era, acima de tudo, a renda ‘per capita’ expressa em termos monetários, baseados mais na capitalização do que na agricultura de subsistência. Conseqüentemente, o planejamento do desenvolvimento era, em grande parte, planejamento econômico, pouca preocupação havendo com equidade, justiça ou bem-estar, ou com outros fatores não-econômicos, isto é, o que era melhor para os ricos, tinha que ser melhor para os pobres”.

Após a segunda guerra mundial, este fenômeno tomou maiores proporções e a sociedade ocidental passou a investir pesadamente em tecnologia, além de enfatizar, perante outras partes do mundo, a sua engenhosidade e iniciativa desenvolvimentista. A ocidentalização, através do crescimento rápido das forças de produção, buscava na geração de riqueza o seu completo desenvolvimento, não havendo diretamente preocupação com outras variáveis fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, sendo o econômico o de maior importância.

Caron (1996) também destaca o processo de desenvolvimento após a segunda guerra mundial, quando ocorreram mudanças profundas no cenário político internacional. O principal objetivo de muitos países foi a expansão, fortalecendo a idéia de se atingir um processo de transformação estrutural a fim de superar o atraso histórico e de se aproximar do nível de bem estar dos países considerados desenvolvidos.

Sob a ótica econômica, Mendes (1998) destaca a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O crescimento é definido como um processo pelo qual a renda ou o PIB - Produto Interno Bruto aumenta durante um determinado período, não melhorando necessariamente o bem-estar geral da sociedade. Já desenvolvimento econômico é mais amplo, pois vincula a capacidade de distribuição e tem como objetivos o crescimento do produto interno per capita, a geração de empregos e a maior igualdade na distribuição de renda.

Silva (2005, p. 11) faz referência às distinções conceituais entre crescimento e desenvolvimento, destacando que a sustentação do tripé econômico: produção, consumo e riqueza era o grande desafio para o desenvolvimento da sociedade.

Para Caron (2003, p. 92):

“Há uma crença generalizada de que desenvolvimento é um processo de crescimento econômico, o que não é totalmente verdadeiro, pois para atingir o desenvolvimento é necessário contemplar a interatividade e interdependência com outras dimensões – econômico, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológico – que mantêm entre si um processo de interatividade e interdependência”.

Luz & Oliveira (2004) também apresentam considerações entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento. Crescimento é um processo fundamentalmente quantitativo que assegura a expansão das estruturas ou funções de organismos ou instituições. Desenvolvimento é um processo qualitativo que se caracteriza pela capacidade permanente de promover articulações seletivas por meio de adaptações e adequações ao meio que lhe é pertinente.

No processo de desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de riquezas são fundamentais, porém insuficientes. O crescimento econômico, medido mundialmente pela variação do PIB, expressa o crescimento da economia, enquanto que a renda per capita mede a proporção média direcionada para cada cidadão. Em países ou regiões de desequilíbrios na distribuição de renda, esta análise fica distorcida, pois este crescimento médio não mede efetivamente desenvolvimento. O crescimento econômico deve ser encarado como um aspecto complementar para o desenvolvimento. O crescimento não garante por si só o desenvolvimento, visto que tende a concentrar riquezas e a ser excludente, não reduzindo a pobreza e não atenuando as desigualdades sociais. O desenvolvimento exige, paralelamente, a evolução de outras dimensões além da econômica.

Os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material proporcionada pelo crescimento econômico. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se reduzir as desigualdades sociais, promover a eficiência alocativa e atingir uma melhor qualidade de vida da sociedade (SACHS, 2004).

Para Khan (1988) desenvolvimento é um conceito complexo e multifacetado e que deve beneficiar todos os setores da população. É um processo coletivo em que as preocupações e interesses de toda a sociedade são levados em conta.

Sachs (2004) menciona que desenvolvimento é um conceito em evolução, além de apresentá-lo como uma idéia histórica, que traz consigo uma promessa de mudanças e correções de desigualdades sociais criadas por gerações anteriores ou até mesmo por civilizações passadas.

Para Furtado (1988) desenvolvimento é um conceito que tem promovido a aproximação entre as disciplinas sociais, além de atingir uma amplitude interdisciplinar.

O termo desenvolvimento traz consigo a necessidade de ampliar a sua área de abrangência. Além dos aspectos econômicos, passou a ser fundamental a aproximação com outras áreas sociais a fim de contemplar uma visão mais ampla das necessidades de uma sociedade. Um novo conceito de desenvolvimento, com enfoque multidisciplinar, começa a surgir a partir de 1970 e demonstra que apenas variáveis e indicadores econômicos são insuficientes para construir o desenvolvimento. O termo desenvolvimento não caminha mais sozinho, recebe a companhia do adjetivo “sustentável” para se iniciar a construção de um novo modelo.

Como referência mundial, o relatório de Brundtland apresenta uma das mais conhecidas definições de desenvolvimento sustentável, afirmando que é o atendimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BRUSEKE, 1996).

A agenda 21, instituída em Barcelona no ano de 2004 e aprovada por 120 prefeitos de todo o mundo, é um referencial base para o desenvolvimento sustentável, visto que passa a tratar das questões multidisciplinares para o desenvolvimento. (BECKER, DUTRA e BUSS, 2006).

A Agenda 21 brasileira cita que o desenvolvimento deverá permear todas as dimensões da vida social: a econômica, a social, a espacial, a científica e tecnológica, a política e a cultural (CAMARGO, 2005).

Silva (2005, p. 18) destaca que, economicamente, o desenvolvimento sustentável deve preocupar-se com a questão de como produzir e não apenas o que e para quem produzir.

Para Sachs (2004, p. 36) “O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”.

Silva (2005) menciona que, conforme as discussões do grupo de Pesquisa em Sustentabilidade do mestrado da UNIFAE, desenvolvimento sustentável é visto como um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do indivíduo para o global.

Para Franco (2000, p. 32), “Desenvolvimento sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade”.

Bellen (2004) expõe que existem cerca de 160 definições oficiais de desenvolvimento sustentável e que, normalmente, termos-chaves como aspectos sociais, econômicos e ambientais são contemplados nestas definições. As definições variam em função do grau de importância que cada autor determina para as dimensões, bem como das suas concepções de sustentabilidade.

A preocupação com a continuidade produtiva e com as gerações futuras começa a integrar outras dimensões para se atingir o desenvolvimento sustentável. Os estudos e os novos paradigmas de desenvolvimento começam a considerar outros aspectos e outros pontos de vista além do econômico. Até meados de 1980, o termo desenvolvimento sustentável era discutido em três dimensões, a ambiental, a econômica e a social. Após este período outras duas dimensões passaram a fazer parte do conceito, a dimensão espacial e a dimensão cultural. O local e a estrutura cultural da sociedade passaram a ser consideradas para se atingir o desenvolvimento.

Nas citações acima, ocorreu a utilização dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade conjuntamente, como o foco deste trabalho era a conceituação de desenvolvimento sustentável, pela própria lógica da evolução do termo desenvolvimento, fica aqui necessário demonstrar também o conceito de sustentabilidade.

Ultramari (2003) cita que estamos longe da sustentabilidade plena, mas já avistamos a sustentabilidade parcial. Também define sustentabilidade como algo de difícil concretização e ainda sujeita a muitas revisões, inclusive revisão de origem, pois possui uma forte característica voltada a aspectos ambientais.

Silva (2005, p. 13) define sustentabilidade como o lugar que se pretende chegar, enquanto que desenvolvimento sustentável é o caminho que se deve percorrer para chegar lá.

Luz & Oliveira (2004) definem sustentabilidade como a propriedade de um processo capaz de manter padrão positivo de qualidade, autonomia de manutenção e pertencer simbioticamente a uma rede de coadjuvantes também sustentáveis.

Para Franco (2000), sustentabilidade diz respeito a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades autocriativas.

Quanto à sustentabilidade, a mesma é vista como o resultado final de um processo e o seu objetivo, de difícil efetivação, é atingido. A sustentabilidade pode ser vista como a concretização, com qualidade e resultado positivo, das inter-relações buscadas entre as dimensões exploradas no desenvolvimento sustentável.

A evolução do termo desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, através da aproximação de suas dimensões retrata a necessidade, tanto do indivíduo como das organizações, de agirem de forma harmoniosa e sistêmica com os demais agentes participantes na sua área de atuação, vislumbrando uma evolução efetiva na qualidade de vida e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Entre as dimensões para atingir o desenvolvimento sustentável, uma das primeiras que devem ser elaboradas é a delimitação da dimensão espacial, ou seja, qual o espaço ou o lugar que será observada uma dinâmica de desenvolvimento sustentável.

Silva (2006, p. 17) argumenta a questão espacial e relação social na seguinte citação: “O desenvolvimento sustentável é um processo multidisciplinar proveniente do resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção de estoques ambientais existentes”.

O local passa a ser específico e delimitado por um determinado espaço ou território. Nesta delimitação ocorrem dinâmicas específicas com características internas, mas também (este local) está ligado e é influenciado por variáveis externas, que podem ser oriundas de outros locais, regiões, países ou até mesmo variáveis globais. Mas afinal, o que efetivamente caracteriza o local? Quando a delimitação de um determinado espaço ganha importância e passa a ser relevante?

Caron (2003) amplia esta questão através da citação de dois extremos, o local e o global. No local ocorre a produção e vivem as pessoas e o global, com rápidas mudanças, é um fenômeno que passa a interferir na dinâmica do local trazendo insegurança, incerteza, ameaças e oportunidades.

Souza (2004), dentro de um ponto de vista empresarial, enfatiza os ambientes de atuação de uma organização, citando a delimitação de lugar como sendo um

espaço vulgar que a organização situa-se e destaca que, esta mesma empresa, sofre as influências externas como outros espaços definidos em outros planos. O local passa a ser um campo de força, atraindo e afastando objetos e atividades.

O vínculo entre estes dois conceitos não está claro. Caron (2003) ainda expande sua citação e menciona que alguns aspectos são de características globais como o mercado, as tecnologias e os capitais, mas a produção é local. Sendo assim, estes espaços locais são formados pelas empresas que lucram e querem ampliar participação de mercado e também por comunidades de cidadãos que querem qualidade de vida, renda e oportunidades.

Farah (2002. p. 68) corrobora com esta relação entre pessoas e produção e, embasado em Sarita Albagli, menciona que: “o conceito de local pode ser trabalhado não apenas como um mero espaço geográfico, mas como espaço onde se realizam e se transformam as relações de produção e de convívio social humano”.

A dimensão local passa a ser fundamental, pois delimita em que área ocorrerá e será analisada a relação entre os participantes e as dimensões para o desenvolvimento local, essa dimensão será abordada mais detalhadamente no item seguinte.

2.2 A DEFINIÇÃO DE “LOCAL”

Silva (2005) comenta que para iniciar um estudo sobre desenvolvimento sustentável uma das primeiras questões que vem à tona é a delimitação quanto ao espaço analítico.

Na dimensão espacial do desenvolvimento sustentável, local ou lugar é relativo ou pertencente ao espaço. A concepção de um lugar pode ser entendida como a posição de um corpo entre outros corpos, assim local remete a algo relativo ou pertencente a determinado lugar, limitado a uma região (RIBEIRO, MENDES e SALANEK FILHO, 2006).

Sobre a abrangência do espaço local, Caron (2003) diz que há momentos em que o local é a abrangência do espaço Estado-Nação para diferenciá-lo do espaço nacional de outros países. O local pode ser também o espaço subnacional contemplando Estados e regiões internas de um país. Em outro momento local é o

espaço territorial do município ou a consorciação de municípios visando o desenvolvimento de uma região.

Em uma pesquisa histórica, Caldas & Martins (2006) mencionam que, até os anos 70 no Brasil, na esfera pública, o “local” era o simples sinônimo de “municipal” e este conceito manteve-se até que os municípios ganhassem maior autonomia sobre a implantação de políticas públicas.

Ribeiro, Mendes e Salanek Filho (2006, p. 59) citam: “O município é o espaço territorial de governo mais próximo do cidadão, assim, a difusão das políticas públicas ficam mais freqüentes para as intervenções voltadas ao desenvolvimento local”.

Silva (2005) também exemplifica o espaço compreendido pela delimitação de um município como um exemplo de local, pelo fato de avaliar o desenvolvimento através de indicadores oficiais.

Dentro do ponto de vista político, no período em que as políticas públicas eram centralizadas e os grandes projetos desenvolvimentistas eram definidos pelo governo federal, os municípios brasileiros eram limitados quanto à autonomia tributária e a transferência de recursos era centralizada pelo governo federal. Após este período, iniciaram-se experiências locais a fim de descentralizar a gestão e democratizar as relações políticas com a sociedade. Os municípios passaram a ter maior poder de decisão e a aplicar recursos dentro das necessidades locais. Estatuto das Cidades, Plano Diretor, Plano Plurianual e as Agendas 21 Locais são exemplos de instrumentos de gestão pública local (RIBEIRO, MENDES e SALANEK FILHO, 2006).

Sob o ponto de vista econômico, Franco (2000) cita que a globalização vem possibilitando a formação de identidades nas localidades, a fim de criarem marcas e produtos típicos. A dimensão econômica possibilitará a estruturação das outras dimensões ligadas ao fortalecimento de um desenvolvimento sustentável.

A delimitação do local não é entendida apenas como um recorte administrativo ou uma região, uma cidade ou mesmo um bairro, este recorte dependerá da análise do conjunto de relações e das especificidades de um determinado território. (CALDAS & MARTINS, 2006).

Ferreira (1996) também faz menção à questão da sustentabilidade do local, enfatizando a sustentabilidade urbana e discorrendo sobre a necessidade de

elaboração de um planejamento ético, de forma integrada e sistêmica, visando o desenvolvimento urbano sustentável.

A definição de um espaço local terá inicialmente a sua delimitação geográfica, que pode ser um país, um estado da unidade federativa, um município, um bairro ou até mesmo uma parte deste bairro. Em um segundo momento a verificação de um potencial de desenvolvimento local, avaliando-se a capacidade de geração de renda, de qualidade de vida e de sustentabilidade própria.

Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006, p. 6) salientam que, o espaço de análise deve delimitar os atores e recursos usados para identificar o processo de desenvolvimento em curso. A delimitação depende dos objetivos da análise e da própria dinâmica da região.

Franco (2000) cita que local é produto da forma de olhar. O uso do termo local não quer dizer necessariamente um sinônimo de um espaço pequeno. Salienta também que local remete à idéia de se observar uma determinada comunidade.

Para Caron (2003, p. 94), “O desenvolvimento local nunca está pronto, mas é uma obra em constante transformação”.

Souza (2004) enfatiza em seu trabalho a necessidade da organização empresarial, não destacando, especificamente, o desenvolvimento local, entretanto, discorre sobre a importância da organização social para se alcançar o desenvolvimento, no longo prazo, de uma região. O autor, embasado nas propostas de S. Boisier⁷, destaca que o desenvolvimento regional dependerá de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, agrupados sob a denominação de “capacidade de organização social da região”. Uma região deverá ter a capacidade de internalizar o próprio crescimento e é dependente da capacidade interna de organização social. Sem a presença desta capacidade de gerar uma dinâmica interna, a região pode até gerar um processo de crescimento econômico agregado, mas não dará o passo qualitativo que vai do crescimento ao desenvolvimento.

Através da delimitação do espaço físico e da análise do conjunto de relações e das peculiaridades será possível avaliar a dinâmica própria desta localidade e a sua capacidade de desenvolvimento local. Para que o local atinja efetivamente um processo de desenvolvimento, o fator organização social da comunidade passa a ser relevante, pois dependerá exclusivamente da organização interna dos componentes.

⁷ Boisier menciona, em sua proposta, que o planejamento de desenvolvimento econômico regional pode ser dividido em organização econômica, em estilos de desenvolvimento e dos conceitos dominantes sobre desenvolvimento econômico (SOUZA, 2004).

Através deste processo interno a comunidade estruturada possibilitará uma melhor participação e inclusão da população, melhorando a qualidade de vida local.

Para Brito & Zapata (2004), o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Franco (2000, p. 19), traz como definição de desenvolvimento local: “É um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de fatores para tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade sócio-territorial delimitada”.

Um dos grandes desafios do desenvolvimento local é ampliar as formas organizativas da sociedade, principalmente através da construção de parcerias entre os agentes da comunidade. A organização é resultado do exercício da solidariedade, do compartilhamento de objetivos, do avanço do capital social (ARNS; ZAPATA; PARENTE; OSÓRIO; BRITO; 2000).

Jara (1998) discorre sobre as ações associativistas e comunitárias, enfatizando que, nestas situações, surge um agrupamento harmônico de pessoas, que se articulam pela cooperação e que se empenham para atingir determinados benefícios coletivos.

López & Durston (2006, p.107) citam a importância do capital social na formação dos grupos, discorrendo que este capital é propriedade dos indivíduos pertencentes aos grupos, através da seguinte citação: “Los grupos se multiplican para formar asociaciones de trabajo, comunidades y sociedades regionales con capital social. En esta transformación, los propietarios del capital social pasan de ser dos individuos a ser actores colectivos, o a ser la sociedad en su conjunto”.

Putnam (2000, p. 103) destaca a criação de associações civis da seguinte forma: “As associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade”.

Franco (1998) menciona que para se atingir o fenômeno do desenvolvimento local, o capital humano (conhecimento) deve gerar capital social (empoderamento) que gera capital empresarial (riqueza) que passe a gerar mais renda e que volte a gerar capital humano.

Quanto à delimitação do local é remetida à análise de uma determinada comunidade, cria-se uma delimitação que não seguirá, necessariamente, as delimitações geográficas, territoriais ou políticas pré-estabelecidas. Esta outra forma de delimitação demonstrará as relações existentes entre os agentes internos, bem como as inter-relações com os agentes externos à comunidade.

Franco (2001, p.59) enfatiza que o capital social pode ser reproduzido e acumulado através da seguinte citação: “Capital Social se refere à ‘capacidade de constituir comunidades’ porque comunidades são ‘usinas’ de Capital Social. Quanto mais comunidades existirem numa sociedade, mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente”.

Para atingir o desenvolvimento local é necessário analisar as potencialidades existentes no local, em conjunto com a comunidade e com a sustentabilidade. O espaço, as pessoas e a sustentabilidade devem ser observados de forma sistêmica e interdependente, necessitando analisar a inter-relação entre estes aspectos para se avaliar o desenvolvimento da localidade. Franco (2000) faz uma abordagem em relação a estes aspectos e propõe uma metodologia, denominada de DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, que é um novo modo de promover o desenvolvimento, pois possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, que são capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.

A estruturação do local, através da aplicação da metodologia da DLIS, possibilitará uma maior interação entre os agentes, bem como o fortalecimento da comunidade. As relações existentes dentro da comunidade formarão redes sociais, as quais possibilitam atingir os objetivos coletivos.

Os sistemas vivos são caracterizados pela organização em um padrão de redes⁸. Sempre que se olhar para sistemas vivos, estará se olhando para redes. O padrão de vida é um padrão de rede capaz de auto-organização (CAPRA, 1996).

Para o entendimento da dimensão local do desenvolvimento sustentável, a organização em rede é substancialmente para a visualização e entendimento das inter-relações existentes entre os atores participantes de uma comunidade. A disposição dessas relações também é essencial para a compreensão de todo um sistema que envolve um determinado espaço com proximidade geográfica.

⁸ Para conceitos de sistemas vivos e padrão de redes, ver Capra (1996)

Como grande resultado o sistema em rede desenvolve uma visão e um pensamento sistêmico, pois será possível mapear de forma dinâmica as relações locais existentes.

O pensamento cartesiano por muito tempo foi utilizado para a compreensão linear dos organismos vivos participantes de um sistema, onde através da divisão do todo em partes, procurava-se entender as relações existentes e encontrar a melhor alternativa de solução de problemas e/ou conflitos. Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes (CAPRA, 1996).

A Visão Sistêmica proporcionou o entendimento destes sistemas sob um novo enfoque, no qual as propriedades essenciais de um organismo, ou de sistema vivo, são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. O sistema como um todo desenvolve interações peculiares do sistema e que não ocorrem quando os organismos são observados isoladamente, ou seja, as relações entre as partes só podem ser entendidas dentro do contexto da avaliação do todo, por este motivo que a visão sistêmica é diferenciada da visão cartesiana, pois possibilita que as propriedades individuais só possam ser entendidas observando a organização do todo.

As redes sociais se constituem como uma nova forma de organização social, criando um leque de oportunidades de participação e de empoderamento às comunidades. Destacando que as redes sociais são capazes de promover e disseminar a solidariedade, a confiança e induzir o capital social, contribuindo para o aumento da eficiência da comunidade, facilitando as ações coletivas coordenadas (OLIVEIRA, 2006).

Ribeiro, Mendes e Salanek Filho (2006) também destacam a formação de redes no estudo da dimensão espacial. As redes contribuem substancialmente para a visualização e entendimento das inter-relações existentes entre os atores participantes.

Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006) também fazem menção às redes sociais, salientando que as mesmas fortalecem o capital social de uma comunidade e as reciprocidades que emergem dessas contribuem na obtenção de objetivos mútuos.

O empoderamento e fortalecimento da comunidade são essenciais para a compreensão do desenvolvimento local. Caron (2003) destaca que a capacidade do

local é fruto das forças vivas que se mobilizam e se articulam para empoderar-se e se desenvolver a partir de competências locais.

A organização da comunidade e da produção são aspectos vitais para se atingir o desenvolvimento local. Sempre será em um determinado território que as empresas irão produzir e as pessoas irão viver. Dentro desta delimitação espacial, as empresas querem ampliar a sua produção e rentabilizar cada vez melhor os seus negócios, enquanto as pessoas querem melhorar a sua qualidade de vida e progredir tanto economicamente quanto socialmente. Conforme já citado por Caron (2003), as pessoas e a produção fazem, diretamente, parte do local. Com relação às pessoas, a evolução do capital social e o empoderamento da comunidade são os caminhos para tornar a sociedade da localidade estruturada, inclusive capital social é um tema relevante que será abordado com maior profundidade adiante. Com relação à produção, que está ligada a dimensão econômica, será o aspecto que possibilitará a geração de renda e de riqueza para a região. Tratando-se de desenvolvimento local sustentável, a produção pode ser organizada através de estruturas regionais que envolvam tanto as empresas como as pessoas, mas que mantenham as características endógenas. Essas estruturas locais podem ocorrer através das APL's – Arranjos Produtivos Locais⁹, dos *Cluster's*¹⁰ e das Cooperativas, sendo essas abordadas com maior profundidade no próximo item.

2.3 AS COOPERATIVAS COMO ORGANIZAÇÕES LOCAIS

Rech (2000) cita o conceito de cooperativa, conforme definição dada pelo Congresso da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Manchester, na Inglaterra, em 1995: “Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que

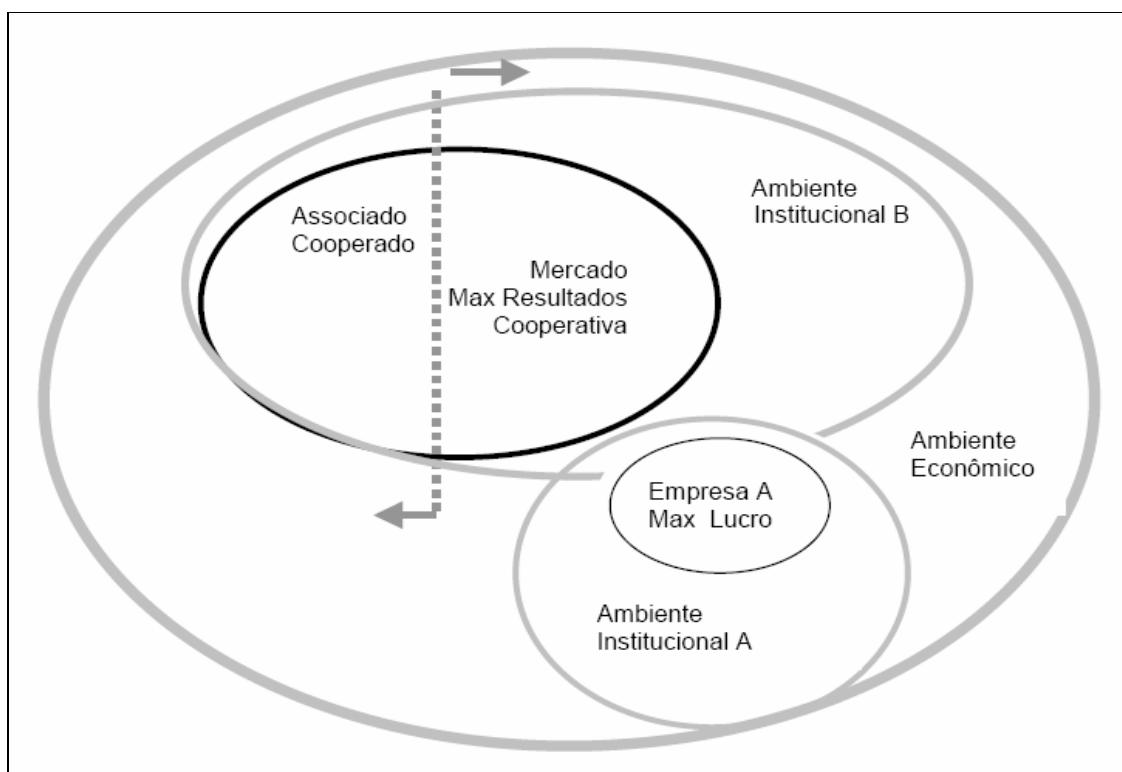
⁹ As APL's são práticas bastante utilizadas para o desenvolvimento local sustentável. Estes arranjos podem ser definidos como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas e são uma opção de desenvolvimento local endógeno. (OLIVEIRA, 2006)

¹⁰ Farah (2002, p.90) “o *cluster* é um tipo de arranjo produtivo setorial e geográfico, mas também tem outras atividades necessárias ao suporte da sua competência central, requer uma articulação entre as atividades principais e as demais, possibilitando um melhor relacionamento e integração que traga maior resultado, ao se atingir pontos comuns” Este autor realiza, em sua tese, uma ampla abordagem sobre as diversas definições e características de *cluster's* (p. 86 a 129). Para Araújo (2003) o sistema de *Cluster's* é importantes na estruturação do desenvolvimento local. São considerados aglomerados de agentes que procuram mostrar as integrações e inter-relações entre sistemas em um espaço delimitado. Além de integrar diferentes cadeias produtivas, dentro do conceito de *cluster*, passam a desenvolver também uma visão sistêmica, visto que os processamentos de determinados produtos servirão de matéria-prima para outra etapa do processo, promovendo as integrações necessárias.

se uniram voluntariamente para atender às necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”.

Bialoskorski Neto (2002), citando as cooperativas do ramo agropecuário, comenta que estas instituições estabelecem estratégias com relação à sua dimensão social, voltada ao bem estar do cooperado. Este mesmo autor sistematiza a relação da cooperativa com o associado e com o mercado, fazendo uma comparação com uma outra empresa que apenas é voltada ao mercado, conforme demonstrado da Figura 1.

FIGURA 1 – DIMENSÕES DAS ESTRATÉGIAS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS



FONTE: Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: Um ensaio analítico (BIALOSKORSKI NETO, 2002)

Rech (2000) menciona que as cooperativas singulares¹¹ são uma alternativa de organização popular e destaca que a prioridade deste tipo de instituição são os

¹¹ Cooperativas Singulares são constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. (LEI 5764, art. 6º). Cooperativas singulares são aquelas que possuem as pessoas físicas associadas em seu quadro social. É necessária esta conceituação, visto que existem cooperativas centrais que são formadas por cooperativas singulares e federações que são formadas por cooperativas centrais (OCEPAR, 2006).

associados. As cooperativas investem na educação, assistência técnica e no social dos seus associados e de suas famílias.

As cooperativas atuam em um espaço delimitado e formam uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados. A vinculação de uma pessoa em uma cooperativa torna-a um agente participante do desenvolvimento local (SALANEK FILHO, 2006).

Bialoskorski Neto (2002, p. 10) ainda expressa esta visão da sociedade cooperativa através do seguinte comentário:

“As cooperativas estão inseridas em um ambiente institucional diferentes das sociedades mercantis e apresentam duas lógicas motoras – a social e a lógica de mercado, enquanto as sociedades não-cooperativas apresentam apenas uma lógica de maximização em outro ambiente institucional. Por ser o mesmo ambiente econômico, é lógico esperar que os empreendimentos cooperativos tenham estratégias de mercado próximas às das empresas não-cooperativas, mas com particularidades”.

As cooperativas são instituições formadas essencialmente por pessoas e são criadas por livre e espontânea vontade de um determinado grupo, podendo ter seu objeto voltado tanto para questões produtivas como não produtivas.

Estes exemplos de organização local, descritos acima, procuram aglutinar os atores e criar comunidades estruturadas, fortalecendo o empoderamento e a formação do capital social, sendo este último melhor explorado em seguida.

2.4 CAPITAL SOCIAL

Capital social é um termo voltado ao estudo das relações entre agentes participantes de uma rede social. Albagli & Maciel (2003) citam que o termo capital social surgiu no âmbito da sociologia e denota as vantagens do indivíduo em pertencer a certas comunidades.

Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006) destacam dois componentes-chaves do capital social, a formação de redes de relacionamento e os altos níveis de confiança desenvolvidos entre os atores pertencentes a esta rede.

Franco (2000, p. 23) define o capital social:

“O capital social diz respeito aos níveis de organização de uma sociedade. Existe uma relação direta entre os graus de associativismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica. Tal relação pode ser compreendida como capital social”.

Tanto Albagli & Maciel (2003) como Oliveira (2006) fazem menção aos trabalhos e publicações realizados pelos teóricos Robert Putnam e James Coleman destacando-os como importantes pesquisadores do tema capital social.

Albagli & Maciel (2003) destacam três formas de capital social descritas por Coleman. A primeira diz respeito aos níveis de confiança, destacando que o capital social é elevado onde as pessoas confiam uma nas outras. A segunda forma diz respeito ao desenvolvimento de canais de informações e idéias. A terceira forma de capital social é destacada naquelas situações em que os indivíduos trabalham pelo bem coletivo, abandonando interesses próprios imediatos. Com relação aos trabalhos de Putnam, a definição de capital social é feita através de traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação conjunta em prol dos objetivos comuns. A confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e de uma forte tradição de ação comunitária.

Oliveira (2006) destaca nos trabalhos de Coleman que o capital social é um importante recurso, principalmente para as não-elites, e classifica o capital social como produtivo, pois possibilita atingir objetivos que seriam inalcançáveis se o mesmo não existisse. Com relação aos estudos de Putnam, destaca-se que o capital social consiste em características de organização social, como a confiança, normas de reciprocidade e formação de redes. A interação destes fatores promove a cooperação e a ação coletiva da comunidade.

O capital social propicia maior compartilhamento de informações e de conhecimento, devido à formação de relações de confiança, espírito cooperativo e objetivos comuns entre os agentes de uma comunidade. As ações e atitudes desses agentes passam a ser mais previsíveis, pois o conhecimento torna-se mútuo e proporciona decisões que atendam aos interesses coletivos, reduzindo assim, por outro lado, a possibilidade de ações oportunistas (PAGLIARUSSI & ALVES, 2006).

Putnam (2000, p. 180) discorre sobre capital social e faz a seguinte menção: “O capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado”.

A confiança criada entre os agentes pertencentes de uma rede de relacionamento é de fundamental importância na formação do capital social. A confiança possibilita uma maior interação entre os participantes, possibilitando que os resultados e os ganhos coletivos sejam maiores que os ganhos individuais.

Albagli & Maciel (2003, p. 426) consideram que “o capital social constitui em um ativo resultante do pertencimento a uma dada comunidade”.

Fukuyama (1996, p.41) define níveis de confiança criados em uma comunidade e destaca a relação com o capital social.

“Confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de ‘valor’ profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento.

O capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico”.

O capital social, considerado como um ativo, possibilita que uma comunidade, de alto capital social, tenha maior poder de barganha em suas negociações com comunidades alheias ou com qualquer outro agente externo a comunidade. Por outro lado, Franco (2000) confirma o contrário, dizendo que baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento da comunidade.

Pagliarussi & Alves (2006) destacam que na interface entre desenvolvimento econômico e capital social conceitos de confiança, cooperação e reciprocidade são fundamentais. Sendo utilizados como instrumentos para azeitar as relações entre agentes econômicos e melhorar a eficiência organizacional.

Albagli & Maciel (2003) mencionam perspectivas individuais e coletivas para a estruturação do capital social. Na individual tem maior importância “quem” se conhece e não “o que” se conhece. Na coletiva constitui como um bem público ou um ativo coletivo que contempla valores e crenças dos cidadãos nas suas relações de convivência.

Grootaert & Van Bastelaer (2002) também dividem em aspectos individuais e coletivos, porém denominam respectivamente como capital social “cognitivo” e capital social “estrutural”. O capital estrutural consiste nas relações sociais e nas informações e ações coletivas que são realizadas. O capital cognitivo é interno do indivíduo e refere-se as suas predisposições para colaborar com as ações coletivas.

Assim sendo, o capital social é dividido em duas formas distintas, podendo ser complementares. Inicialmente as ações individuais ou o compartilhamento das informações e do conhecimento, tratadas isoladamente na pessoa, poderão contribuir para atingir um melhor resultado no capital estrutural se forem

socializadas. Em um segundo momento, as informações disponíveis na rede social poderão tanto beneficiar as relações sociais do coletivo, como beneficiar os indivíduos no coletivo.

Putnam (2000, p. 102) menciona a importância da formação de comunidades cívicas através do seguinte texto:

“Os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes”.

Para Macke & Carion (2006), o alto nível de capital social propiciará a formação de comunidades cívicas, onde os cidadãos serão mais unidos, os direitos e deveres serão claros. A comunidade é unida, em grande parte, por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e as relação verticais de autoridade e dependência são pouco presentes.

Franco (2001) cita os padrões de conexão sendo horizontais, agregando agentes que têm o mesmo *status* e o mesmo poder. As conexões verticais agregam agentes desiguais em relação assimétrica de hierarquia e dependência.

Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006, p.2) comentam que nas redes sociais as relações entre os agentes podem ocorrer através de laços horizontais, como também de laços verticais:

“As conexões entre agentes em uma rede social se efetuam pelos laços sociais entre agentes pertencentes àquela rede. Dependendo da hierarquia dos agentes, esses laços sociais podem ser Verticais (entre elementos de hierarquias diferentes) e Horizontais (que ligam agentes de hierarquias equivalentes).

Laços Horizontais geralmente representam relacionamentos entre competidores no mercado e se caracterizam por baixos níveis de confiança e altos níveis de redundância de informações. Por outro lado, Laços Verticais são caracterizados por altos níveis de confiança e baixos níveis de redundância de informações.

Assim, Laços Horizontais (competidores) apresentam altos níveis de objetivos conflitantes e acesso a informações semelhantes. A possibilidade de competição direta reduz o incentivo para compartilhar informações e aumenta as possibilidades de que informações consideradas sensíveis não sejam compartilhadas”.

Independente da comunidade que o indivíduo participe, ele desenvolverá tanto laços verticais como horizontais com os demais participantes da rede social. Considerando, por exemplo, que esta comunidade seja uma cooperativa, os laços horizontais existentes entre os cooperados poderão estar relacionados às técnicas tradicionais adquiridas pelos mesmos ao longo do desenvolvimento da sua atividade econômica, já os laços verticais poderão ser os novos conhecimentos que serão

propiciados pela cooperativa junto a outros agentes pertencentes à rede, como por exemplo, outras instituições detentoras de conhecimentos inovadores ou de novas tecnologias que serão transferidas aos cooperados. Desta forma, a existência da cooperativa permitirá que novos conhecimentos sejam disponibilizados a todos os cooperados, o que não seria possível sem a existência da mesma, pois as pessoas (cooperados) seriam simplesmente competidoras de mercado e teriam uma atitude (natural) de reter novos conhecimentos considerando a relação de laços horizontais existentes.

Como a cooperativa propicia uma melhor interação entre indivíduos participantes, em seguida será apresentada a relação entre capital social e cooperativismo.

2.5 CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO

O capital social ocorre na base local e está ligado ao processo de desenvolvimento de uma comunidade. A evolução da comunidade com o crescimento do capital social propiciará que se alcance a sustentabilidade local. A partir do momento que o local ganha uma maior autonomia terá também que apresentar sustentabilidade própria. A sustentabilidade do desenvolvimento local é dada pelo desenvolvimento do ser humano que possibilita a constante inovação e renovação do processo de desenvolvimento econômico, social, cultural, político, institucional (CARON, 2003).

Franco (2001, p. 474) relaciona comunidade com sustentabilidade e apresenta uma nova expressão denominada “comunalidade”, “que é uma comunidade que atingiu um grau de complexidade tal que a combinação do seu padrão de organização (em rede) com o seu modo de regulação (democrático)”.

À medida que as variáveis inerentes à dinâmica econômica, social e ambiental são condicionadas ao comportamento da inter-relação e interdependência delas próprias e das questões culturais, espaciais e institucionais, deve-se compreender cada uma delas e as suas inter-relações para planejar e executar ações que visem a sustentabilidade do local, contemplando assim as redes sociais que se formaram.

O espaço de análise deve delimitar os atores e recursos usados para identificar o processo de desenvolvimento em curso. Essa delimitação depende dos objetivos da análise e da própria dinâmica da região em discussão.

Em alguns casos, a preocupação com as dimensões do desenvolvimento é relacionada aos resultados esperados. Porém, compreender essas dimensões sob a ótica do desenvolvimento sustentável exige uma reflexão sobre o processo de evolução de cada dimensão e do inter-relacionamento para consecução da história e futuro da comunidade.

Tal percepção não visa segmentar ao limite do indivíduo, mas à real dinâmica regional, a fim de que se possam estabelecer os objetivos e recursos existentes em uma região e refletir sobre a interação com os demais meios.

Uma comunidade definirá seus objetivos e terá como restrição seus recursos, porém, com sua própria dinâmica de desenvolvimento. Tem, contudo, a influência do restante da sociedade que deve ser avaliada como meio e não como fim. Essa influência pode afetar os objetivos da sociedade local, mas, em última instância, a alteração do perseguido em termos de sustentabilidade ocorrerá somente se houver interesse deles.

Franco (2001, p.104) destaca a relação entre confiança e cooperação: “A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”.

Bialoskorski Neto (2002) menciona que em regiões onde as cooperativas atuam há uma forte correlação positiva entre valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse da terra, portanto as cooperativas são organizações importantes, pois promovem tanto a distribuição de renda como também um estoque de capital social, principalmente na agricultura. Molenaers (2006, p.132) cita a importância de relações transparentes para a criação ou fortalecimento do capital social através do seguinte texto: “La creación de confianza y, por ende, de capital social depende entonces del funcionamiento transparente de las instituciones, proyectos e intervenciones y de la posibilidad de evitar y sancionar el abuso clientelista de los recursos”.

Com relação ao desenvolvimento da região, Souza (2004) sugere um modelo de mensuração¹² do desenvolvimento endógeno de uma região. O autor considera algumas variáveis que julga serem importantes, sendo uma delas o cooperativismo. Considerou como variável o número de cooperados existentes em cada região. Como resultado o autor verificou que ocorre uma relação estatística significativa entre cooperação e dinâmica interna da região.

Bialoskorski Neto (2001, p.16) desenvolve um estudo a cerca de formação do capital social no meio agropecuário e destaca, este tema, no seguinte texto:

“As evidencias iniciais são de que em regiões que apresentam maior nível de renda e desenvolvimento da agricultura, há maior nível de educação, entre os produtores rurais, maior proporção de associados em cooperativas agrícolas, e ausência de problemas relacionados aos direitos de propriedade da terra. Nestas regiões pode-se encontrar a presença de relações de contrato mais refinadas. Pode-se avaliar, preliminarmente, que o capital social e o humano são variáveis importantes, positivamente correlacionadas e significativas, para o nível de valor da produção por unidade de produção agropecuária e, portanto, possivelmente importante para o processo de desenvolvimento. Assim, não só o chamado capital humano – como a educação – é relevante como variável que determina o processo de desenvolvimento, mas também, a capacidade de organizar os processos produtivos aparece como elemento fundamental, isto é, o capital social”.

Quanto ao aumento do capital social, Pavarina (2003) destaca o cooperativismo como um fator representativo, considerando, em seu estudo, tanto as cooperativas (como associação que aglutina pessoas) como o percentual de produtores rurais associados em cooperativas. Após aplicação de um modelo estatístico¹³, a autora classificou para a sua análise as cooperativas em conjunto com as associações e os sindicatos. Verificou que a vinculação de um produtor rural em uma cooperativa tem como primeiro objetivo a finalidade econômica, mas destaca a relação de confiança criada entre os sócios e entre estes e os membros da diretoria. A sobrevivência, no longo prazo, de uma cooperativa somente é possível com a presença de relações de confiança. A autora cita dois trabalhos que confirmam a importância da cooperativa, através do seguinte texto:

“Dois trabalhos confirmam esta hipótese: Para Nascimento (2000), o capital social traduzido na confiança depositada no presidente da associação faz a diferença na sua sobrevivência no longo prazo. A análise deste autor confirma a importância de uma liderança forte, capaz de motivar os produtores rurais, para a continuidade das relações comerciais em conjunto. Outro trabalho trata da análise dos motivos relacionados à entrega da produção por parte dos associados de uma cooperativa de grãos. Considerando-se os fatores que levam os quase 2.000 cooperados a entregar volume superior a 70% da colheita à cooperativa, quase 65%

¹² É um modelo de mensuração que considera uma região hipotética. É um modelo estatístico que busca-se avaliar a dinâmica Interna da região, considerando nas suas variáveis o cooperativismo, a representação política, a infra-estrutura de saúde e a educação (SOUZA, 2004; p.72 a 103).

¹³ Foi considerado no modelo de mensuração de capital social as principais instituições regionais, sendo: escolas de samba, grupos de escoteiro, Lions, Rotary Club, associações, sindicatos, agrupamentos culturais, associações desportivas, edificações destinadas a convivência social, equipamentos culturais, entidades filantrópicas, igrejas, organizações políticas e organizações profissionais (PAVARINA, 2003: p.109).

dos entrevistados ressaltaram a 'confiabilidade na cooperativa maior que em outras empresas concorrentes'; o preço pago pela cooperativa aparece como fator bem menos importante. Para quase 60% dos entrevistados, a razão é a 'entrega habitual na cooperativa', percentual similar à 'afinidade com a cooperativa'. Estes dois motivos podem ser considerados sinônimos da credibilidade nas estratégias comerciais da cooperativa e na boa relação cooperativista com os produtores, confirmando, assim, a importância da confiança na diretoria e nos demais sócios. (Pavarina, 2003: p.127 e 128)"

As cooperativas atuam em um espaço delimitado pela rede estabelecida entre os cooperados. O acesso de uma pessoa a um sistema cooperativo torna-a um agente participante do desenvolvimento local. A sua capacidade de articulação e de influência dependerá, contudo, da forma como interage com os demais cooperados. A interação, confiança, definição de objetivos comuns e estruturação da rede social são questões fundamentais para compreender o processo cooperativista e a importância relativa do capital social para o desenvolvimento do local onde ocorre. Assim, as cooperativas contribuem para o desenvolvimento da região e para o aumento do capital social da comunidade.

2.6 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA

O desenvolvimento local é um tema abrangente que se concentra na estruturação de uma dinâmica própria da comunidade de um determinado território. Para que a comunidade local se estruture, a formação ou o fortalecimento do capital social é relevante para o processo de desenvolvimento.

Mesmo com as citações de diversos autores para a definição de local, a citação de Franco (2000), dizendo que local é produto da forma de olhar e remete à idéia de se observar uma determinada comunidade, é um conceito fundamental para a continuidade deste trabalho. As cooperativas são entidades que atuam em área de ação delimitada e promovem o agrupamento de pessoas através da formação de rede cooperada.

A comunidade se desenvolve através da formação de redes sociais que fortalecem as relações existentes entre os agentes pertencentes a esta comunidade. A organização social passa a ser um fator relevante neste processo, pois dependerá da união dos membros da comunidade com participação efetiva, objetivando o melhoramento da qualidade de vida de todos.

Este maior comprometimento dos membros e o melhoramento da qualidade de vida da comunidade será fruto do capital social existente neste local. Com o capital social mais desenvolvido, esta comunidade criará uma maior força (denominada empoderamento) que será primordial para a promoção do desenvolvimento local. Conforme já mencionado por Franco (1998) no fenômeno do desenvolvimento local, o capital humano (conhecimento) deve gerar capital social (empoderamento) que gera capital empresarial (riqueza) que passe a gerar mais renda e que volte a gerar capital humano. O capital social passa a ser um recurso importante no fortalecimento e empoderamento da comunidade.

A entidade cooperativa aglutina pessoas, fortalece as redes sociais de seus cooperados e promove o capital social, contribuindo assim para o desenvolvimento local. A organização das pessoas através da associação em empresas cooperativas é uma forma de organização em rede e de desenvolvimento do capital social.

3 A INSTITUIÇÃO COOPERATIVA

Neste capítulo iniciará a revisão literária, com maior profundidade, a respeito de cooperativas. Sendo primeiramente conceituado cooperativismo e o que é uma sociedade cooperativa.

É abordada a filosofia cooperativista voltada ao desenvolvimento econômico e social, bem como as particularidades deste tipo de organização e as distinções da sociedade cooperativa com a cooperação empresarial.

Para que esta filosofia seja aplicada na prática, o cooperativismo está galgado em sete princípios mundiais que respeitam a democracia e a liberdade humana. No Brasil, na década de 80, as cooperativas passaram a operar como empresas de mercado, visto que deixam de ser tuteladas pelo Governo Federal e assim, neste novo cenário, tiveram que se adaptar e passaram a atuar como empresas comerciais.

Na parte final deste capítulo são comentados a estrutura das cooperativas no Brasil e no Paraná, bem como os ramos do cooperativismo brasileiro.

3.1 DEFINIÇÃO E FINALIDADE DE UMA COOPERATIVA

Primeiramente, serão apresentadas as definições de cooperativismo e de cooperativa, visto que, apesar da aparente semelhança, existem diferenças conceituais entre estes dois termos. O cooperativismo é mais amplo, sendo considerado uma doutrina econômica, enquanto que uma cooperativa é um tipo formal de organização que tem por base a vontade espontânea das pessoas que acreditam que trabalhando em conjunto terão melhores resultados.

Rech (2000) menciona que o cooperativismo, em seu conteúdo ideológico, funciona de forma parecida em todo o mundo e destaca duas grandes posições, denominadas como o ponto de vista capitalista¹⁴ e o ponto de vista socialista¹⁵. Na visão capitalista destaca que as cooperativas surgiram para atenuar as

¹⁴ No ponto de vista capitalista, Rech (2000) faz uma abordagem do período do surgimento do cooperativismo e destaca os liberais e fisiocratas capitalistas que pertenciam a correntes baseadas no princípio de que o que está estabelecido como natural e individual é que deve prevalecer, não citando nenhum capitalista da época.

¹⁵ No ponto de vista socialista, Rech (2000) faz uma abordagem dos socialistas utópicos e destaca teóricos como Robert Owen, Charles Fourier, Charles Gide como personalidades que contribuíram para a estruturação da doutrina cooperativista.

características concentradoras do capital. Quanto ao ponto de vista socialista, as cooperativas eram entendidas como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social.

Menegário (2000, p.15) seguindo a mesma linha, cita que: “A doutrina cooperativista define-se como intermediária entre a doutrina liberalista, também chamada individualista, e a doutrina socialista, já que consegue realizar eqüitativa repartição dos ganhos, mantendo, ao mesmo tempo, a liberdade dos indivíduos”.

A doutrina cooperativista vislumbra atingir uma espécie de equilíbrio entre o capitalismo e o socialismo. Quanto ao capitalismo, o mesmo é visto com um regime concentrador, porém é mais propício para a geração de riqueza, enquanto que o socialismo tem como característica a distribuição de forma mais eqüitativa. Conforme Mendes (2003, p.15) “O capitalismo¹⁶ é o melhor sistema econômico para a produção, mas o socialismo¹⁷ é o melhor na distribuição”.

Menegário (2000, p.15) cita Lavergner entre os socialistas que idealizaram o cooperativismo, que traz a seguinte contribuição: “O cooperativismo como a ‘terceira via’ entre o coletivismo do Estado e o capitalismo”.

Bialoskorski Neto (2000) faz a seguinte citação sobre cooperativismo: “O cooperativismo é uma doutrina econômica que discute os aspectos de organização econômica da população sob o prisma das relações solidárias entre os agentes”.

Cooperativismo origina-se da palavra cooperação, e é uma doutrina cultural e sócio-econômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente (OCEPAR, 2006).

Rech (2000, p. 22) menciona a definição da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em sua recomendação 127, quanto às organizações cooperativas:

“Cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrativa e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente”.

¹⁶ Capitalismo, como sistema econômico, tem uma característica própria de se regular, com um governo que pouco se envolve em decisões econômicas. Este sistema depende de forças de mercado para determinar os preços, alocar os recursos e para distribuir a renda à produção. No capitalismo as forças da demanda e da oferta comandam a economia. Os fatores de produção são de propriedade privada e cada proprietário dos recursos faz as decisões de produção motivadas pelo desejo de realizar um lucro (MENDES, 1998: p.14).

¹⁷ Socialismo, como um sistema econômico, é a propriedade coletiva ou estatal dos recursos produtivos, sendo que o Estado toma as decisões. As indústrias são de propriedade da sociedade como um todo. O controle da propriedade é mantido pelo Estado para o mútuo benefício da população. As três características básicas do socialismo são: a) a coordenação de toda ou quase toda atividade produtiva diretamente pelo governo; b) a propriedade governamental ou coletiva dos fatores de produção, exceto os seres humanos; e c) a falta de incentivos para a ação dos agentes econômicos. (MENDES, 1998: p.17).

Boesche (2005, p. 24) também cita a definição de cooperativa formulada pela ACI, em 1995. “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático”.

As cooperativas são empresas constituídas a partir da vontade e necessidade de um grupo de pessoas autônomas em disponibilizar os seus produtos e serviços, de forma mais eficiente, para o mercado consumidor (OCEPAR, 2006).

Pela definição do 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em 1995, “uma cooperativa é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades”.

Outra distinção relevante diz respeito à sociedade cooperativa como organização e como instituição. Nesta questão Boesche (2005) destaca a sociedade cooperativa e pressupõe duas entidades: a “associação de pessoas” e a “empresa comum”. Enquanto associação de pessoas, a cooperativa precisa buscar ações voltadas à participação do seu quadro social, precisando ser democrática, participativa e eqüitativa. Como empresa comum, precisa ser focada ao mercado, comprometida com resultados, inovações tecnológicas e prestar o melhor serviço ao cooperado. Desta forma, a utilização da empresa cooperativa é para viabilizar a associação de pessoas à entidade social.

Estas definições demonstram que toda sociedade cooperativa é uma sociedade de pessoas e não uma sociedade de capital. A vontade de constituição é espontânea, não sofrendo interferência direta de outras instituições. Outro aspecto relevante diz respeito ao atendimento das necessidades, tanto econômicas como sociais, assim as cooperativas são sociedades de pessoas que se dedicam, conjuntamente, a uma atividade econômica e atingem também benefícios sociais.

Pela legislação brasileira, estas organizações foram regulamentadas pela lei 5764/71 e são conceituadas nos artigos 3º e 4º. O primeiro menciona que: “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. O artigo 4º cita: “que as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não

sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”.

Bialoskorski Neto (1998, p. 20) faz a seguinte citação para a constituição de uma cooperativa:

“A formação e o estabelecimento de uma empresa cooperativa acontecem nas situações em que há uma escassez inicial do fator de produção ‘capital’. Esta escassez, aliada ao necessário tamanho da firma e às características de mercado, faz com que não seja possível, nesta situação, a montagem de uma organização alternativa como uma empresa de ‘capital’ familiar.

Na atividade agrícola, esta situação é bastante comum, dado que os mercados de insumos e de produtos são concentrados e que, para estabelecer um empreendimento, é necessário porte para proceder as compras em comum ou a armazenagem e processamento da produção.

Se o fator de produção ‘capital’ existir uma quantidade suficiente, a forma organizacional escolhida será, provavelmente, a de uma ‘firma de capital’, que, aproveitando-se da oportunidade de negócios, poderá oferecer uma possibilidade de rendimento muito maior a um só ator econômico.

Como isto não é viável, os agentes econômicos escolhem outras formas organizacionais, como as cooperativas, para possibilitar a prestação de serviços e a melhora da renda”.

Uma cooperativa deve ser criada quando um grupo sente, efetivamente, a necessidade de consolidar uma união, visando assim obter melhores benefícios e resultados através do trabalho em conjunto, otimizando a renda individual de cada um dos participantes. O espírito da cooperação deve nascer junto com a cooperativa, ficando claro para o cooperado, que a cooperativa terá a finalidade de prestar serviços ao seu quadro social, além de disponibilizar ao mercado consumidor os produtos e serviços produzidos.

Uma cooperativa possibilitará que a renda gerada seja distribuída para uma grande parcela de atores participantes de uma rede social. No caso de outro tipo de sociedade, principalmente aquelas de capital, a tendência é a concentração de renda apenas em poucos atores.

Boesche (2005, p. 15) menciona que: “Uma cooperativa nasce a partir de um forte movimento social, se organiza economicamente e depois deve equilibrar as duas dimensões (econômica e social) na busca de excelência dos seus produtos e serviços”.

A constituição de cooperativas deve ter como principal objetivo a organização, econômica e social, de um grupo autônomo de pessoas que desenvolvem uma mesma atividade econômica. O cooperativismo brasileiro tem atuado no desenvolvimento destes dois aspectos, os quais fazem parte da própria filosofia, ou seja, a responsabilidade econômica e social junto ao seu grupo de cooperados.

3.2 A COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA DE INCLUSÃO ECONÔMICA E SOCIAL

O cooperativismo brasileiro tem orientação clássica voltada o seu quadro social, visto que busca prioritariamente atender aos interesses dos cooperados. Por outro lado, a cooperativa está inserida em um ambiente econômico e deve investir em estratégias comerciais para serem competitivas, porém considera este mercado uma variável secundária. (BIALOSKORSKI NETO, 2002).

A cooperativa, como empresa, não possui finalidade lucrativa própria, pois o objetivo é rentabilizar a atividade individual do seu cooperado, o qual é visto, no Brasil, como a razão da existência da cooperativa.

Segundo Boesche (2005, p. 13) “No cooperativismo encontramos aspectos essenciais para o seu perfeito desenvolvimento. Encontramos duas dimensões: uma ‘dimensão social’ e uma ‘dimensão econômica’. A dimensão social está relacionada às pessoas e a dimensão econômica à empresa em comum”.

Para Bialoskorski Neto (2002) as cooperativas, especialmente as de produção agropecuária, apresentam duas dimensões consideráveis, a econômica e a social. Normalmente, o foco é social, mas mantêm-se uma forte relação com a eficiência econômica.

Segundo Rech (2000, p. 22)

“A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato da mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes”.

A formação de cooperativas é uma alternativa para o desenvolvimento local visto que promove, inicialmente, a inclusão econômica das pessoas em uma determinada região. Esta inclusão econômica pode até ser refletida em nível nacional e até global, pois através da cooperativa é possível que um determinado produto ou serviço atinja uma outra região ou mesmo um outro país. Esta amplitude comercial, talvez fosse impossível com as ações isoladas de cada um dos participantes.

Outro ponto de grande importância é a preocupação com o aspecto social, a atuação da cooperativa junto ao quadro social é muito forte e já advém da sua própria filosofia, desta maneira, diversas ações de apoio são realizadas,

promovendo a geração de renda e a inserção social. Estas ações contribuem substancialmente para um desenvolvimento local e sustentável. As cooperativas são entidades de grande influência nas áreas de ação onde atuam, sendo em muitas localidades rurais as maiores empresas, gerando emprego, renda e arrecadação de impostos.

As cooperativas contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos seus cooperados. Um produtor que vem a tornar-se um cooperado cria um vínculo de confiança e credibilidade com a cooperativa, acreditando que através desta instituição, obterá melhores resultados econômicos e acesso a maiores informações, além de ampliar a sua rede de contatos com outros cooperados que executam a mesma atividade, assim a cooperativa contribui com o capital social de seus cooperados.

Bialoskorski Neto (2002) destaca que o cooperativismo, através das cooperativas, contribui no processo sócio-econômico brasileiro e as classifica como provedoras da economia social¹⁸:

“O Cooperativismo é Economia Social e é composto por organizações diferentes das empresas que apenas visam o lucro nos mercados, pois gera empregos, desenvolvimento econômico e procede na geração e distribuição de renda, o que as outras empresas não o fazem com eficiência. Mas, para que essas funções sociais possam ser exercidas, tem-se que co-operar a organização cooperativada de modo economicamente eficiente, isto é, se não existir eficiência econômica também não existirá geração de renda e, portanto, não haverá prestação de serviços e distribuição de renda. Então, para alcançar a eficácia social, a cooperativa deve apresentar eficiência econômica”.

Uma instituição cooperativa, dentro da sua filosofia, buscará contemplar o desenvolvimento econômico e social do seu quadro social. Assim há um compromisso que vai além de gerar lucro na atividade do cooperado. As cooperativas apresentam uma importante função de desenvolvimento sócio-econômico, aliada à geração e distribuição de renda. O cooperativismo aproxima o econômico do social, que são duas linhas fundamentais para o desenvolvimento de uma comunidade.

¹⁸ ¹A economia social é uma referência estrita aos estudos econômicos em áreas de interesse social, ou seja, de interesse público como a economia da saúde, a economia do trabalho, ou ainda as análises da distribuição de renda na sociedade, entre outros. As discussões em economia social procuram explicar a lógica de funcionamento das atividades econômicas que atendem às demandas sociais, isto é, como possibilitar à parcela social excluída do bem-estar o acesso a benefícios sociais básicos como educação, saúde, trabalho e, portanto, renda. Este conceito faz referência à importância econômica das organizações de fins sociais e assistenciais sem objetivo econômico, as organizações *non-profit*, caracterizadas como integrantes do *Terceiro Setor*. No entanto, o conceito também abrange as organizações que têm objetivo econômico e de desenvolvimento, desde que essas sejam de fins não lucrativos (*not-for-profit*) com características de distribuição de renda, como as organizações cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

3.3 OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS MUNDIAIS

Os princípios cooperativistas nasceram com a cooperativa de Rochdale, em 1844, na Inglaterra. Posteriormente, em 1932, 1966, 1992 e 1995 sofreram modificações, além de serem acrescentados também outros princípios (RECH, 2000). Boesche (2005) também relata as alterações nos princípios cooperativistas, porém cita que ocorreram alterações em 1937, 1966 e 1995, em congressos da ACI.

O cooperativismo está arraigado em sete princípios mundiais que estão diretamente voltados à valorização e à promoção do próprio indivíduo na sociedade. Os princípios mundiais são citados por Boesche (2005), Oliveira (2001) e Rech (2000):

1) Adesão voluntária e livre – cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades, sem discriminação de gênero, social, racial, religiosa ou política. Ninguém é obrigado a entrar e nem impedido a se retirar;

2) Gestão democrática – é o ato pelo qual orienta-se uma sociedade cooperativa com auxílio, cooperação e decisões de todos os associados;

3) Participação econômica dos membros – os sócios contribuem eqüitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa;

4) Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda controladas por seus membros;

5) Educação, formação e informação – as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento;

6) Intercooperação entre cooperativas – as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais;

7) Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento local e sustentável das comunidades onde atuam. Estes princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas.

Esses princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. No Quadro 1 são apresentadas as evoluções e reformulações ocorridas nos princípios cooperativos.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS - ACI

Princípios de Rochdale 1844	Congresso da ACI em 1937 (Paris)	Congresso da ACI em 1966 (Viena)	Congresso da ACI em 1995 (Manchester)
1. Adesão livre (porta aberta)	1. Adesão livre	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)	1. Adesão livre sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2. Gestão democrática	2. Gestão democrática	2. Gestão democrática	2. Gestão democrática e livre
3. Retorno “pro rata” das operações	3. Retorno “pro rata” das operações	3. Distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) serviços comuns; c) aos associados “pro rata” das operações.	3. Participação econômica dos membros
4. Juros limitados ao capital	4. Juros limitados ao capital	4. Taxa limitada de juros à capital social	4. Autonomia e independência
5. Vendas a dinheiro	5. Vendas a dinheiro	5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral	5. Educação, formação e informação
6. Educação dos membros	6. Desenvolvimento da educação em todos os níveis	6. Ativa cooperação entre as cooperativas em plano local, nacional e internacional	6. Intercooperação
7. Cooperativização global	7. Neutralidade política, religiosa e racial		7. Interesse pela comunidade

FONTE: Boesche, L. Fidelidade Cooperativa: Uma abordagem prática. Curitiba, 2005 p. 23

Boesche (2005) ainda cita que os princípios são interdependentes e são considerados os alicerces para a estruturação do estatuto uma cooperativa. Com base na reformulação de 1995, os três primeiros remetem à dinâmica interna da cooperativa, os três últimos influem nas condutas internas, mas intensificam as relações externas da cooperativa. O quarto princípio complementa os três primeiros e demonstra a responsabilidade da cooperativa perante os três últimos.

Para Oliveira (2001), os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, ampliando-os em seus significados originais, para se contemplarem as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

Hazen (2000, p.16) destaca a importância dos valores cooperativistas nos Estados Unidos, através da seguinte citação:

“Cooperatives are a sector of the economy that will grow and expand because of their values. Cooperative values of self-help, self-determination, equity, equality, solidarity, and democracy make their businesses different, ensure economic freedom and give their members an advantage in the marketplace. Every year, millions of new people are drawn to cooperatives because of their values”.

Rech (2000) enumera as principais legislações que influenciaram as cooperativas no período militar:

“O Decreto-Lei 5.154 de 1942 (sobre a intervenção do estado nas cooperativas); o Decreto-Lei 5.893 de 1943 (sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas) apesar de em menor escala; o Decreto-Lei 6.274 de 1944 (que aumenta a interferência do Estado) todos da ditadura getulista. E da ditadura militar, as Leis 4.380 (que submetem as cooperativas habitacionais ao BNH) e 4.595 (que regula a vida das instituições financeiras, entre as quais as cooperativas de crédito), ambas de 1964; o Decreto-Lei 59 de 1966 (que revogou todas as conquistas de liberdade cooperativistas anteriores).

As únicas exceções seriam o Decreto 22.239 de 1932 que previa o incentivo às cooperativas; o Decreto Lei 8.401 de 1945 que reavivou o Decreto de 1932; e a Lei 4.214 de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) que, apesar de não ser uma lei específica sobre o assunto, poderia ter aberto as portas para a atuação cooperativista no campo.”

Rech (2000) comenta que a atual lei (5764/71) também é uma lei do período militar, que impõe uma estrutura muito rígida na organização cooperativa e, após a Constituição Federal de 1988, abriram-se algumas perspectivas de liberalização do sistema cooperativista brasileiro.

Bialoskorski Neto (2000, p.14) também faz menção à lei 5764/71, salientando a necessidade de uma nova legislação que possa promover uma forma flexível de organização e capitalização (que não seja apenas a usual chamada de capital de seus associados ou de recursos de terceiros com alto custo financeiro). Uma nova legislação fortaleceria o cooperativismo, adensando a malha social, criando empregos e promovendo a geração de renda.

Boesche (2005) salienta que até a década de 80 as cooperativas eram tuteladas pelo poder público e a preocupação com o resultado era mínima, visto que a cooperativa era voltada quase que integralmente ao lado social, chegando muitas vezes ao paternalismo e ao assistencialismo.

Apesar de toda a filosofia democrática e a liberdade para constituição de cooperativa já mencionada, no Brasil, até a reforma constituinte de 1988, as cooperativas tinham uma forte tutela fiscalizadora governamental exercida, no cooperativismo agropecuário, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, até esse período, as cooperativas recebiam influência deste órgão e não participavam efetivamente como empresas de mercado, além de terem suas ações econômicas cerceadas, pois estavam mais voltadas a aspectos sociais. Apesar do término do vínculo, as cooperativas ainda possuem impedimentos, principalmente quanto a aporte de capital, em função das limitações da legislação.

3.4 PECULIARIDADES DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Essas sociedades, de natureza civil necessitam de pelo menos 20 pessoas físicas para a sua estruturação e viabilidade, conforme artigo 6º da lei 5764/71. Já no artigo 4º destaca-se que as cooperativas distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

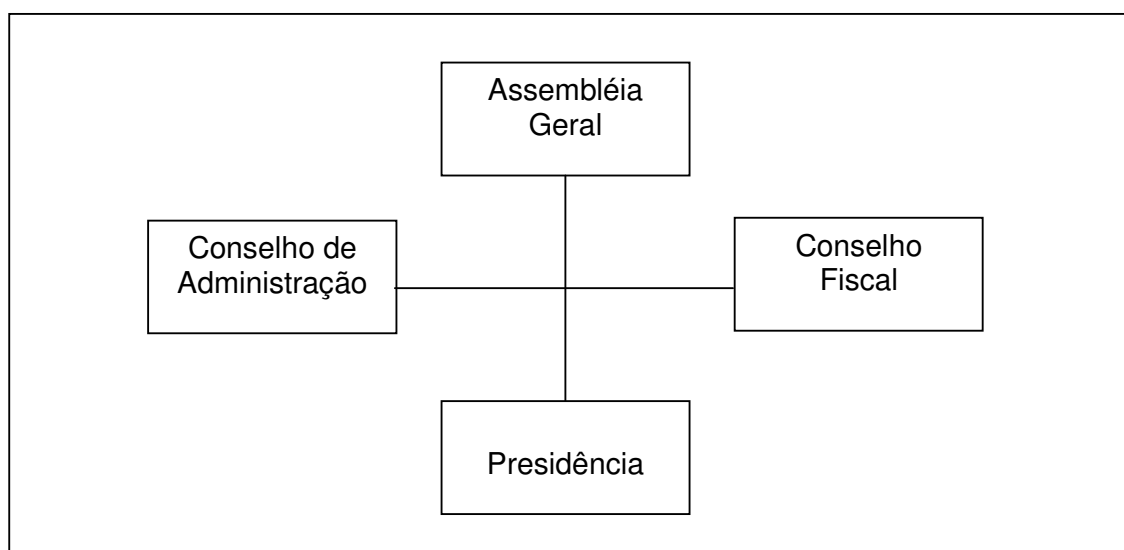
I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; IV - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; V - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital; VI - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral; VII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; VIII - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; IX - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; X - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Quanto à estrutura diretiva, três órgãos sociais norteiam a administração de uma cooperativa: a assembléia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal. Destaca-se a assembléia geral como o órgão supremo da sociedade, caracterizando-se pela forma democrática nas suas deliberações efetuadas pela

igualdade de votos, assim, cada associado, independente da quantidade das cotas-partes (cotas de participação na sociedade) ou da movimentação econômica realizada com a cooperativa, terá direito a apenas um voto, participação democrática que vem em cumprimento ao segundo dos princípios cooperativistas, citados mais adiante.

Oliveira (2001) destaca as maneiras de estruturas hierárquicas das cooperativas¹⁹ através de modelos de organogramas e estruturas de departamentalização, a Figura 2 foi extraída destes modelos.

FIGURA 2 – MODELO DE ORGANOGrama DE UMA EMPRESA COOPERATIVA



FONTE: OLIVEIRA D.P.R, figura extraída dos modelos entre páginas 181 e 197

Outra particularidade destas sociedades é com relação ao resultado, chamado de “sobras” quando positivo e de “perdas” quando negativo.

Rech (2000, p.144 e 145) destaca quanto ao processo de distribuição de resultados, “a distribuição dos excedentes aos sócios, sob a forma de sobras, não pode ser proporcional ao número de quotas-partes ou de acordo com a sua posição ou cargos diretivos, mas apenas de acordo com a quantidade de produtos ou trabalho realizados dentro das finalidades de cooperativa. Os prejuízos devem ser assumidos como um problema coletivo”.

As sobras, após as destinações para os fundos estatutários, são colocadas à disposição da assembleia geral para que ela defina se haverá distribuição para os

¹⁹ Oliveira (2001) apresenta em sua obra oito modelos de estrutura hierárquica de uma empresa cooperativa, todos os modelos seguem a estrutura acima, conforme Figura 2, ficando abaixo da presidência os níveis táticos e operacionais.

cooperados e/ou investimentos em outros fundos de desenvolvimento. Eventualmente, quando ocorrem perdas, estas também são assumidas pelo quadro social na proporção das operações de cada cooperado. Os ganhos oriundos das atividades dos cooperados são reinvestidos na própria região de atuação da cooperativa, conforme determinação da assembléia geral.

Rech (2000, p. 142) menciona que “A cooperativa não tem fins lucrativos. O seu objetivo é prestar serviços aos sócios”.

Ronkoski (2003) destaca a importância das cooperativas na comunidade local, enfatizando que esta preocupação advém do 7º princípio mundial do cooperativismo. O interesse pela comunidade visa atingir uma maior integração entre a instituição cooperativa e a sociedade. Nas entidades cooperativas existe uma preocupação em trabalhar em conjunto com os interesses da comunidade, através de políticas definidas nas assembléias gerais. As cooperativas têm contribuído com ações sociais junto a escolas, hospitais e outras entidades comunitárias.

As cooperativas são organizações dinâmicas e têm como função principal a prestação de serviços a seus cooperados. Estas empresas atuam em regiões delimitadas e criam um forte vínculo com a comunidade local. As contribuições com o desenvolvimento local são oriundas da própria cultura e ideologia das cooperativas, pois estas organizações são formadas por pessoas que buscam, na cooperação solidária e conjunta, atingir melhores resultados para a sua atividade individual. As cooperativas são instituições com enorme potencial de multiplicação de ações, pois atuam em regiões delimitadas e envolvem-se com a comunidade de associados e criam um vínculo efetivo com a sociedade.

Santos (2002, p. 53) menciona a seguinte particularidade da organização cooperativa:

“Uma característica peculiar da organização é a relação entre ela e o cooperado. No caso da cooperativa, essa relação é diferente daquela realizada pela empresa não cooperativa. O cooperado é parte da cooperativa e seu objeto. Dessa maneira, o cooperado assume vários papéis dentro da organização. Como associado, é dono; quando adquire produtos junto à cooperativa é considerado cliente ou consumidor; ao entregar seus produtos é visto como fornecedor; ao assumir cargos dentro da administração exerce a função de dirigente e, finalmente, ao zelar pelo bom andamento da organização, age como fiscal. Essa peculiaridade da organização cooperativa requer de seus dirigentes habilidades específicas para, além de promover um equilíbrio entre os benefícios econômicos e sociais a serem prestados aos associados, lidar com diferentes interesses dos cooperados nos seus diferentes papéis”.

No processo de gestão cooperativa, a visão dos dirigentes, por mais empreendedora e arrojada que seja, jamais deve perder o seu principal foco: o cooperado. O atendimento às necessidades do cooperado é a principal função da sociedade cooperativa e o grupo gestor deve perceber o tamanho do desafio e a importância de conquistar e preservar a fidelidade do seu quadro social. Uma cooperativa que não promove o desenvolvimento do seu quadro social estará propensa a perder a sua identidade como cooperativa, pois as cooperativas são instituições formadas por pessoas.

3.5 A EMPRESA COOPERATIVA E A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

Apesar de serem termos parecidos, a entidade cooperativa e a cooperação empresarial não são sinônimos. A empresa cooperativa singular, conforme já definido anteriormente, é uma entidade jurídica própria, criada para prestar serviços a um grupo de associados, já a cooperação empresarial é uma rede criada entre empresas que buscam melhorar os ganhos econômicos, operacionais e de escala, esses agrupamentos também são conhecidos como RCE's - Redes de Cooperação Empresarial, sendo citados a seguir alguns tipos e modelos.

As RCE's têm impactos diretos na escala e na produtividade, além de contribuir para o processo de inovação das empresas envolvidas neste processo. As empresas que participam deste processo apropriam-se dos ganhos conjuntos e passam a ter maiores vantagens competitivas frente aos seus concorrentes. O termo "co-operação" é usado para ilustrar as parcerias e a sinergia entre as empresas participantes das redes (TÁLAMO; CARVALHO: 2004).

Brito (1992) discorre a respeito da cooperação empresarial e enfatiza neste fenômeno a formação de redes que melhoram a competitividade e a escala produtiva do conjunto de empresas que participam. A importância da formação deste grupo, principalmente na atuação no mercado externo, com a formação de volume mais expressivo para exportação.

As redes de empresas são configurações (*network*) de cooperação entre empresas, e estas, usualmente, estão presentes nas aglomerações industriais e

ajudam a qualificar e melhor entender as estruturas e os *Modus operandi* dos aglomerados de empresas (CASAROTTO FILHO; PEREIRA; CUNHA, 2006).

Quando ocorrem limites de crescimento internos, as corporações buscam nas alianças estratégicas uma forma de crescimento. Todos os relacionamentos entre empresas têm algum grau de competição e de cooperação. As alianças são formas convenientes de penetrar em novos mercados; obter habilidades, tecnologia ou produtos e de dividir custos fixos e recursos (KOTLER, 1997).

Castells (2001) comenta sobre os modelos de formação de redes entre empresas e as alianças corporativas estratégicas. Este autor cita o “Modelo Benetton”²⁰ como uma organização em rede, a qual é uma forma intermediária de arranjo entre a desintegração vertical por meio dos sistemas de subcontratação de uma grande empresa e as redes horizontais das pequenas empresas. Com relação às estratégias empresariais, Castells considera às interligações entre grandes empresas, ocorrendo situações como o acesso a mercados e a recursos de capital em troca por tecnologia e conhecimentos industriais, em outros casos a união entre empresas para o desenvolvimento de um novo produto.

Farah (2002, p.43) destaca o sistema de cooperação ocorrido na Terceira Itália²¹, enfatizando a cooperação empresarial entre pequenas e médias empresas, através do seguinte texto:

Nos distritos industriais da Terceira Itália é marcada por uma forte coesão empresarial que funciona em rede composta notadamente por pequenas e médias empresas especializadas. Esta especialização permitiu que se desenvolvesse um sistema de subcontratação dentro do próprio distrito, onde cada empresa dedica-se a produzir uma parcela e/ou componente de um produto. O resultado foi a possibilidade de alcançar uma eficiência coletiva capaz de gerar uma capacidade competitiva coletiva, que isoladamente as pequenas e média empresas encontravam muita dificuldade para alcançar.

Caron (1997, p. 69) enfatiza a importância das redes empresariais através da seguinte citação: “As alianças, as parcerias, a cooperação empresarial são desafios e oportunidades que se apresentam para as empresas modernas, não mais apenas como uma alternativa eventual, mas como condição fundamental e indispensável para sobrevivência e crescimento”.

²⁰ Castells considera o modelo Benetton como objeto de muitos comentários no mundo empresarial. É um modelo da malharia italiana, oriunda da região de Veneto, operando com franquias comerciais e contando com cerca de 5 mil lojas em todo o mundo. O modelo de redes é efetivo no nível de produção, oferecendo trabalho em pequenas empresas da Itália e em outros países do Mediterrâneo.

²¹ A terceira Itália, localizada no nordeste italiano, é uma forma de estruturação local, que visa a criação de condições favoráveis para a consolidação de pequenas e médias empresas. Para aprofundar este modelo ver Farah (2002, p.25 a 55).

Brito (1992, p.21) destaca a importância da cooperação nas atividades entre empresas:

“Cooperar não é apenas coordenar atividades. A coordenação de tarefas é algo que, exigindo uma maior ou menor complexidade administrativa, pode ser fácil de realizar. Mas cooperar é muito mais difícil. Porque para existir cooperação deverá haver confiança de parte a parte. O clima de confiança pressupõe que haja, tanto um relacionamento estreito baseado na experiência passada acumulada como comprometimento junto aos objetivos aceitos”.

Keller (2004) destaca a importância das relações conjuntas entre empresas, denominando-as de cooperação interfirmas. Este tipo de cooperação promove aglomeração espacial e setorial e as relações de cooperação oriundas dessas parcerias possibilitam avanços significativos para o meio empresarial e para o desenvolvimento local.

Caron em sua tese (2003, p.56) corrobora com a cooperação empresarial e destaca a teoria das transações de Coase e Williamson²²:

“A teoria dos custos de transação originalmente foi apresentada por Coase, porém só adquire importância após ser reelaborada por Oliver Williamson. Para Coase, a coordenação das atividades de produção e distribuição implicam custos diferentes se a transação ocorre intra-organização empresarial ou via mercado. Cabe ao empresário decidir a alternativa mais conveniente em função dos custos de transação e dos objetivos de lucro da empresa. A diferenciação entre uma ou outra opção está em comparar os custos das transações via autoridade administrativa (empresa) e os preços das transações via mercado. Os estudos partem da constatação que a teoria neoclássica sobre o comportamento da firma estava limitada apenas a duas entidades como responsáveis pelas trocas no sistema econômico. Isto é, a empresa e o mercado eram as únicas entidades em que as transações aconteciam. (...) Os estudos dos custos de transação são retomados por Williamson no início dos anos 70. Seu objetivo era explicar que as transações no sistema econômico não acontecem somente por intermédio das instituições, empresas e mercado, mas podem ser realizadas com vantagens mediante acordos de cooperação econômica entre diferentes empresas. O que Williamson propõe é uma teoria da organização dos mercados e das empresas que têm a transação como unidade básica de análise”.

Coase vislumbrou os custos de transação e percebeu que não mais poderiam ser desprezados, deixando uma característica exógena e passou a ser um direito de propriedade. Em relação à Williamson o destaque no pós-guerra e na dificuldade de identificar e compreender os custos de transação (ROCHA JR., 2001).

Pinto & Meirelles (2006, p.4) destacam as teorias de Coase e Williamson, ressaltando os custos de produção como etapa relevante no processo de cooperação empresarial, conforme a citação abaixo:

“A firma, além de um espaço para a transformação de insumos em bens e serviços, é também um espaço para a coordenação dos agentes econômicos, podendo ser definida como um nexos de contratos que apresentam custos de funcionamento. A eficiência da firma, portanto, também está relacionada com as interações e relações contratuais que estabelece com o ambiente no qual está inserida, não se restringindo aos resultados decorrentes das condições tecnológicas e de escala em que opera. Os custos de transação são custos

²² Para aprofundar a teorias da transações de Coase e Williamson, ver tese de doutorado – Caron (2003: p.55 a 57).

relacionados à negociação, monitoramento e execução de contratos, como também aos custos associados às rupturas e falhas destes contratos. Dois pressupostos comportamentais são fundamentais para entender a formação dos custos de transação: a racionalidade limitada e o oportunismo. Apesar de procurarem ser racionais no momento da tomada de decisão, os indivíduos possuem uma limitação cognitiva que os impede de antever por completo os acontecimentos futuros”.

Brito (1992) destaca que existem diversos tipos de alianças²³ que são formadas e que caracterizam cooperação empresarial. Este autor ainda menciona que as empresas que passam a compor uma RCE passam a ter vantagens tanto operacionais como estratégicas. As vantagens operacionais estão ligadas à redução de riscos, acesso a financiamentos, redução de custos, acesso a novos modelos de gestão. Em relação às vantagens estratégicas, o autor destaca as vantagens competitivas e o fortalecimento do setor.

Entre as cooperativas também ocorrem formações de redes de cooperação empresarial, ou seja, as cooperativas buscam parcerias tanto com outras empresas, conforme conceitos demonstrados acima, como também com outras cooperativas. A parceria entre cooperativas também está prevista no sexto princípio mundial do cooperativismo, que aborda e define a intercooperação. Desta forma, as cooperativas singulares, no mínimo de três, associam-se e criam uma nova cooperativa, denominada de cooperativa central²⁴, que terá a finalidade de atender os interesses das cooperativas filiadas.

Ronkoski (2003) faz menção ao sexto princípio do cooperativismo e destaca a importância da cooperação empresarial:

“O princípio da intercooperação, também entendido como cooperação entre as cooperativas, expressa que as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus associados e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. A palavra chave é a parceria, que estende-se para alianças estratégicas (integração) e significa dizer, somar forças agregando novos valores aos produtos e serviços prestados. Percebe-se que diante da globalização esta integração é fundamental para o sucesso do empreendimento e resultado certo para o cooperado. Voltando-se para as empresas mercantis existem vários exemplos que estão sendo utilizados. É o caso de formação de *Joint Ventures*, em que empresas juntam suas forças com outra, sendo do mesmo negócio ou não, para alcançar algum ganho de competitividade, por meio de volume, produção, vendas, logística e outros. Isto representa dizer que há uma espécie de cooperação empresarial, de somar forças para obter maiores resultados e buscar novas estratégias e alianças, unindo forças com outros parceiros”.

²³ Tipos de RCE's: subcontratação, *franchising*, *join venture* e consórcio (BRITO, 1992).

²⁴ Uma cooperativa central é aquela que associa, no mínimo, três cooperativas singulares. Ela organiza e desenvolve serviços para as cooperativas filiadas em maior escala e com economia de custo (OCB, 2006).

Boesche (2005) também cita a intercooperação, dizendo que as cooperativas atendem mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo quando trabalham em conjunto. As cooperativas devem ser livres para articular alianças, fusões e *joint ventures*²⁵.

Oliveira (2001, p. 111) destaca a cooperação entre cooperativas através da seguinte abordagem:

“Como as cooperativas devem ter o princípio da cooperação, inclusive entre elas, o modelo de gestão proposto tem todas as condições de se aprimorar pelo aprendizado integrado, pelo processo de *benchmarking*²⁶. Essa é uma situação muito interessante para o sistema cooperativista, pois a melhor maneira de se aprender é com os parceiros, com as outras instituições que atuam no mesmo sistema, dentro de uma abordagem cooperada e compartilhada”.

Rech (2000) cita que as cooperativas podem ser constituídas em três níveis de organização, permitindo uma estruturação de representação cooperativista, sendo:

- a) Cooperativas singulares – constituídas por pessoas físicas e jurídicas;
- b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas – constituídas de, pelo menos, três cooperativas singulares;
- c) Confederação de cooperativas – constituídas por, pelo menos, três centrais ou federações de cooperativas.

A promoção da intercooperação, através da formação de cooperativas centrais está prevista na legislação cooperativista (lei 5764/71) descrita nos artigos abaixo:

Art. 8º As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único - Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

Art. 9º As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

²⁵ *Joint venture* é um instrumento jurídico que estabelece as regras de relacionamento entre duas ou mais empresas, sem interferir na estrutura societária, restringindo-se aos aspectos operacionais (www.eastech.com.br)

²⁶ *Benchmarking* é um processo sistemático e contínuo de comparação das práticas, processos e resultados de uma empresa com as mesmas práticas, processos e resultados de seus concorrentes, visando melhorar sua competitividade. Essa comparação pode ser feita também com empresas não concorrentes, consideradas líderes nas práticas ou processos que a empresa quer melhorar (www.inovacao.unicamp.br).

Art. 60º As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação”.

As cooperativas, além da sua tradicional forma de constituição de estruturas singulares, que visa principalmente o agrupamento de pessoas físicas, possuem dentro dos critérios legais o agrupamento também em estruturas centrais, que objetivam melhorar a competitividade, atingir ganhos de produtividade e de escala e promover a cooperação empresarial entre cooperativas.

3.6 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo teve por finalidade discorrer sobre a estrutura e as peculiaridades de uma sociedade cooperativa. As cooperativas são constituídas para promover a aproximação econômica e social de um grupo de pessoas que teriam maiores dificuldades trabalhando individualmente. Neste intuito, as cooperativas passam a ser uma alternativa de inclusão econômica e social para as pessoas, sendo esta ação parte da própria ideologia cooperativista (RECH, 2000; BOESCHE, 2005; BIALOSKORSKI NETO, 2002).

As cooperativas são consideradas empresas de pessoas e não de capital. Rech (2000, p. 142) menciona com propriedade esta relação através da seguinte frase: “A cooperativa não tem fins lucrativos. O seu objetivo é prestar serviços aos sócios”. Desta forma, a cooperativa é uma empresa sem lucratividade própria, pois o objetivo é rentabilizar a atividade do seu quadro social.

O cooperativismo é regido por sete princípios mundiais que visam a democracia e o igualitarismo entre os seus associados. Dentro do enfoque de desenvolvimento local e formação do capital social deste trabalho, o quinto princípio trata do fortalecimento do capital social, visto que as cooperativas buscam a educação, a formação e a informação para os cooperados. Na questão do desenvolvimento local, o primeiro princípio, que é a livre adesão, possibilita que qualquer pessoa, que desenvolve a atividade do objeto da cooperativa poderá tornar-se associada, assim a cooperativa não é uma sociedade fechada, visto que não impede o acesso de novos cooperados. O sétimo princípio, denominado de “interesse pela comunidade”, também demonstra a preocupação das cooperativas

junto à sociedade, pois além de atender aos interesses do seu quadro social, promove ações junto à comunidade local.

As sociedades cooperativas possuem particularidades em relação a outras sociedades. A legislação própria, lei 5764/71, descreve as características das cooperativas, o processo de gestão e a constituição patrimonial também diferem de outras organizações. Outro aspecto peculiar das cooperativas diz respeito à forma de distribuição de resultados que é proporcional às atividades de cada cooperado.

No próximo capítulo serão destacados os aspectos históricos do surgimento do cooperativismo, tanto em âmbito mundial como a estruturação no Brasil e no Estado do Paraná e no Oeste paranaense, sendo este último a delimitação espacial de estudo deste trabalho.

4 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO E A DINÂMICA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo tem como finalidade, na sua parte inicial, uma pesquisa bibliográfica quanto ao surgimento do cooperativismo em nível mundial, com destaque a cooperativa de Rochdale e, em seguida, são destacadas as primeiras iniciativas cooperativistas no Brasil e no Paraná.

Após serem mencionadas as origens cooperativistas, o capítulo tem um direcionamento mais específico para o Estado do Paraná. Primeiramente são abordados os fluxos de colonização, bem como os projetos de cooperativismo implantados na década de 70, posteriormente, o capítulo direciona-se para o Oeste do Paraná com uma pesquisa que aborda essa região desde o período de descobrimento do Brasil até os dias de hoje. O capítulo é encerrado com informações gerais da Cooperativa Copacol.

4.1 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO

Como referência mundial, o cooperativismo tem início com a criação da cooperativa de Rochdale, fundada na Inglaterra no ano de 1844. Apesar dos relatos históricos de outras organizações de cooperação e processos de ajuda mútua entre seus participantes, esta entidade de Rochdale é considerada a referência para todo o movimento cooperativista mundial (RECH, 2000).

Para Alves & Bustamante (2000) o cooperativismo surgiu no século XIX, no auge de uma crise econômica (exploração do trabalho pelo capital durante a revolução industrial), como um instrumento de mudanças da sociedade por meio de uma economia solidária.

Com dificuldades comerciais, sócio-econômicas e de políticas desfavoráveis, um grupo de tecelões fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, na qual 28 pessoas, com 1 libra cada uma, decidiram criar uma organização que tinha por objetivo inicial a abertura de um armazém para comercialização de gêneros alimentícios (LIMA, 1988).

Bialoskorski Neto (1998, p. 6) faz a seguinte citação quanto ao surgimento do cooperativismo: “A consolidação da empresa cooperativa se dá no ambiente capitalista do século XIX, iniciando o chamado movimento cooperativista a partir da experiência de cooperação efetuada em 1844 em Rochdale, localidade próxima a Manchester, na Inglaterra”.

Os 28 tecelões de Rochdale, em 21 de dezembro de 1844, após diversas reuniões, promoveram a abertura do armazém cooperativo para realizar operações em conjunto, comercializando: manteiga, açúcar, farinha de trigo e aveia. Além destas necessidades comerciais, os administradores do armazém perceberam a necessidade de estimular mais a participação dos sócios e, posteriormente, passaram a promover reuniões de educação cooperativista e a participação familiar nas ações da cooperativa (BOESCHE, 2005).

O cooperativismo tem o seu marco inicial na constituição da cooperativa de Rochdale, na qual seus integrantes agiram com persistência para superação das dificuldades oriundas da Revolução Industrial, que dificultavam as relações do capital com o trabalho, principalmente pela fragilidade dos trabalhadores. Nesta organização comercial, além de viabilizar o próprio consumo de alguns produtos de necessidade básica, também foi estimulada a educação dos participantes, assim, este grupo destacou-se e passou a ser reconhecido por todos os movimentos cooperativistas internacionais como a instituição pioneira em cooperativismo.

4.2 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO PARANÁ

No Brasil, após a constituição republicana de 1891, imaginou-se um ambiente favorável para o surgimento do cooperativismo, viabilizado com o fim da escravidão e a intensificação da imigração européia. Na prática, as cooperativas que surgiram não foram economicamente expressivas e somente após 1930 ocorreu um maior estímulo governamental para a estruturação do sistema cooperativista no país (LIMA, 1988).

O cooperativismo brasileiro teve início no Estado de São Paulo, mas sem despertar muito interesse da população por este modelo de organização comercial. Em 1932 surge a primeira legislação específica para o cooperativismo,

principalmente em função das dificuldades oriundas do comércio internacional do café. Em 1971, através da Lei 5.764, fica instituída no Brasil uma legislação específica para as cooperativas (RECH, 2000).

Pela legislação brasileira, as cooperativas são conceituadas na lei 5764/71, no artigo 3º: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

Bialoskorski Neto (1998) também faz menção à lei 5764, de 16 de dezembro de 1971, citando que com a conceituação de cooperativa no terceiro artigo este tipo de sociedade é reconhecida no Brasil.

O cooperativismo brasileiro tem na imigração europeia a sua maior responsável pela consolidação do sistema. As primeiras cooperativas brasileiras são concentradas em cooperativismo de consumo. Mesmo assim, não houve uma consolidação imediata em virtude da falta tanto de estímulos governamentais como políticos. Com uma maior concentração da imigração nos estados do sul do Brasil, o Estado do Paraná passa a ter uma participação importante para a estruturação do sistema cooperativista.

O cooperativismo paranaense tem como um dos seus pioneiros e agrônomo ucraniano Valentim P. Cuts, que chegou no Paraná em 1912. Cuts orientou a formação das primeiras cooperativas paranaenses, como a Sociedade Cooperativista de Consumo “Svitlo”, da Comarca de União da Vitória, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Limitada “Liberdade”, na localidade do atual município de Paulo Frontin. Esta última cooperativa recebeu o registro de nº 1 em maio de 1942 (DIAGNÓSTICO E ANÁLISES, 1974).

A Cooperativa Mista 26 de Outubro, a qual surgiu em 1906, e a Cooperativa Florestal Paranaense, de 1909, são consideradas as mais antigas do Estado do Paraná. Posteriormente, entre a década de 30 e de 50, surgiram as cooperativas de origem holandesa e alemã, iniciadas com a chegada de imigrantes europeus. Na década de 60 surgiram as cooperativas agropecuárias do Oeste e Sudoeste do Paraná com imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já no Norte do Paraná as cooperativas foram formadas com os imigrantes de São Paulo (SETTI, 2006).

A política imigratória paranaense após 1930 possibilitou que na região dos “Campos Gerais”, anteriormente denominada de Tradicional, fosse viabilizada a

implantação de colônias européias as quais, posteriormente, deram origem às cooperativas de origem holandesa: Batavo – 1935, Castrolanda -1951, Capal – 1960; e a cooperativa de origem alemã: Agrária – 1951 (BOESCHE 2005). Em DIAGNÓSTICO E ANÁLISES (1974 p.4): “Foi na região do Paraná Tradicional onde se concentrou por mais de dois séculos a população paranaense”.

Em 1911, as primeiras famílias oriundas da Holanda se estabeleciam na região dos Campos Gerais através do programa Brazil Railway Company, que vendia terrenos a colonizadores. Em 1925, começaram os primeiros movimentos para estruturação de uma sociedade cooperativa de produção, para comercialização de manteiga e queijo na região de Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo (www.batavo.coop.br). No período após a segunda guerra mundial, imigrantes holandeses se estabeleceram em uma área de 5.000 hectares nos Campos Gerais do Paraná, em 1951 foi estruturada a colônia de Castrolanda e, em seguida, fundada a cooperativa (www.castrolanda.coop.br). Em outra região dos Campos Gerais, Guarapuava, surgia em 1951 a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, oriunda dos alemães suábios²⁷ refugiados da região da antiga Iugoslávia. Através do engenheiro agrônomo Michael Moor, foi viabilizada a instalação de aproximadamente 500 famílias na região de Entre Rios, situada no município de Guarapuava (www.agraria.coop.br).

O cooperativismo paranaense tem suas origens na região centrosul, principalmente em função das migrações européias e da concentração populacional do Estado nesta região. Historicamente, as primeiras cooperativas surgiram também nesta região tendo a cultura européia grande influência na estruturação cooperativista. Como boa parte dos imigrantes europeus vinha de uma situação crítica, em virtude da Segunda Guerra Mundial, a região dos Campos Gerais propiciou a estes imigrantes fixarem suas residências e explorarem principalmente a pecuária, que era uma característica inata de seus países de origens.

²⁷ Suábios são alemães que tiveram que fugir de regiões que hoje correspondem à antiga Iugoslávia, durante a Segunda Guerra, e se encontravam em campos de refugiados, na Áustria. (www.agraria.coop.br)

4.3 A ESTRUTURA COOPERATIVISTA NO BRASIL E NO PARANÁ

Santos (2002, p. 41) destaca o sistema cooperativista brasileiro da seguinte forma:

O sistema cooperativista brasileiro é responsável por um volume de transição equivalente a 5,5% do PIB nacional, representado por mais de quatro mil entidades cooperativas e quatro milhões de associados, gerando mais de 150 mil empregos diretos. Somente o 'agribusiness' cooperativo detém 70% da produção nacional de trigo, 55% da produção de leite, 30% do café e 33% do conjunto da agropecuária nacional.

O sistema cooperativista no Brasil tem na OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras seu órgão máximo de representação. Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais, buscando preservar e aprimorar o sistema, assim como incentivar e orientar as sociedades cooperativas.

O sistema conta também com o SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, instituição responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras. Sendo a mais nova instituição do Sistema "S", o SESCOOP investe continuamente nos cooperados, dirigentes e empregados, ajudando a profissionalizar a gestão das cooperativas.

Além dessas duas estruturas nacionais, o sistema cooperativista possui, em cada um dos estados, uma unidade de organização, denominada OCE – Organização das Cooperativas do Estado, como também uma unidade estadual do SESCOOP.

O Brasil possui (OCB, 2005) 7.518 cooperativas registradas em todo o território nacional, conforme descritos na Tabela 1, possuindo 6.791.054 cooperados e contando com 199.680 empregados. O ramo agropecuário, que é o mais representativo, possui 1.514 cooperativas com 879.918 cooperados e 123.368 empregados.

TABELA 1 – NÚMERO DE COOPERATIVAS POR RAMO E NÚMERO DE COOPERADOS - BRASIL

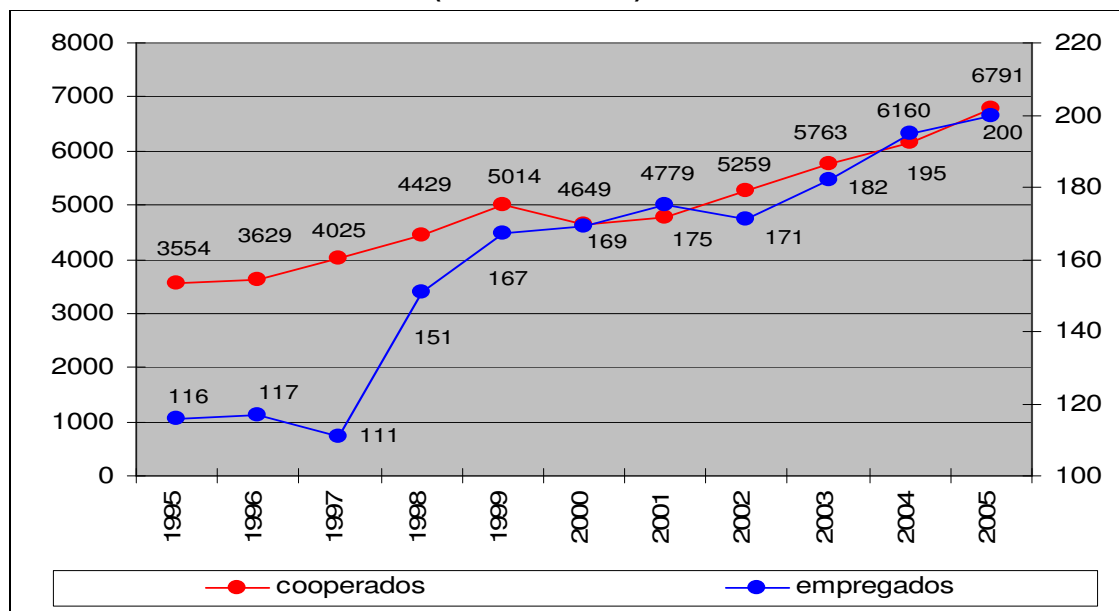
RAMO DE ATIVIDADE	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.514	879.918	123.368
Consumo	147	2.181.112	6.938
Crédito	1.101	2.164.499	20.555

Educacional	319	73.951	3.144
Especial	10	529	-
Habitacional	355	91.299	1.562
Infra-Estrutura	160	600.399	5.213
Mineral	44	15.212	52
Produção	173	17.569	323
Saúde	899	287.868	28.599
Trabalho	1994	425.181	6.506
Transporte	783	50.600	3.411
Turismo e Lazer	19	2.917	9
TOTAIS	7.518	6.791.054	199.680

FONTE: OCB (dez/2005) Elaboração: GEMERC

No período de 1995 a 2005, as cooperativas brasileiras passaram de 3,554 para 6,791 milhões de cooperados. O número de empregados, no mesmo período, variou de 116 mil para cerca de 200 mil, demonstrado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS E EMPREGADOS DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (EM MILHARES)



FONTE: OCB (dez/2005) Elaboração: GEMERC

Conforme Tabela 2, no Estado do Paraná a OCEPAR conta (base 2005) com 228 cooperativas registradas, totalizando 403.195 cooperados e em torno de 50.000 empregados. O ramo agropecuário possui 74 cooperativas, 106.211 cooperados e cerca de 45.000 empregados, sendo, também, o ramo mais representativo do Paraná.

TABELA 2 – NÚMERO DE COOPERATIVAS POR RAMO E NÚMERO DE COOPERADOS - PARANÁ

RAMO	NÚMERO DE COOPERATIVAS	NÚMERO DE COOPERADOS
Agropecuário	74	106.211
Consumo	01	681
Crédito	67	261.671
Educacional	14	2.913
Habitacional	01	52
Infra-Estrutura	08	7.865
Saúde	33	10.606
Trabalho	14	11.137
Transporte	14	1.970
Turismo e Lazer	02	89
TOTAL	228	403.195

FONTE: BANCO DE DADOS DA OCEPAR (dez/2005)

A vocação agropecuária do Paraná oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial, face à disponibilidade de matérias-primas, de energia, à infra-estrutura para escoamento da produção, à proximidade aos grandes centros de consumo e pela capacidade empreendedora do seu povo. Por outro lado, a expansão da agropecuária está limitada pela ocupação total da fronteira agrícola, portanto o crescimento da produção depende da melhoria da produtividade e da agregação de valores aos produtos primários via agroindustrialização. Outro aspecto que merece citação é a diversificação das cooperativas, pois operam com todos os produtos agrícolas importantes da economia paranaense, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos. Assim, a agronegócio tem se apresentado como a mola propulsora para a transformação do Estado de exportador de matérias-primas em exportador de bens de consumo, aproveitando o potencial disponível. As cooperativas agropecuárias se constituem em elemento fundamental para implantar novos projetos, já que através delas suas ações no setor resultam na agregação de valores sobre o produto primário retornando ao produtor, que por sua vez poderá reinvestir na atividade

produtiva, garantindo, com isso, a oferta de matérias-primas em níveis permanentes e, ao mesmo tempo, desenvolvendo o meio rural (OCEPAR, 2006).

Urban (1995) cita a agroindústria como a perna forte da indústria paranaense, apoiando-se no bom desempenho da agropecuária e ampliando-se tanto quantitativamente como qualitativamente. Esta atividade vem se diversificando com a criação de novos produtos e com a verticalização da produção. A agroindústria paranaense está voltada ao mercado interno e externo brasileiro, destacando-se com produtos como o café solúvel, óleos vegetais, laticínios, fiação, suco de laranja e carnes (principalmente aves e seus industrializados).

Albuquerque (1995) menciona o Paraná como um estado de grande importância no agronegócio brasileiro, possuindo um dos maiores índices de produtividade em produtos como a soja, milho, algodão, trigo, cana-de-açúcar, mandioca, pecuária leiteira e de corte, avicultura e suinocultura. O agronegócio tem destaque muito forte no PIB agrícola estadual, representando mais de 50% da economia agrícola paranaense.

Urban (1995) dá ênfase ao processo de desenvolvimento da agroindústria paranaense através da seguinte citação: “O nosso estado avançou, desde os anos setenta, nos grandes aspectos da produção de ‘*commodities*’ agroindustriais, e sofisticou sua produção nos anos oitenta e noventa, criando a partir daí uma indústria de alimentos bastante competitiva”.

Samuel Z. Milléo Filho, coordenador de Imprensa da Ocepar, em entrevista no dia 25 de janeiro de 2007, relatou que o cooperativismo agropecuário representa hoje cerca de 55% da economia agrícola do Estado do Paraná e participa de forma intensa em todo o processo de produção, desde o recebimento, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuária. Milléo ressaltou que “as cooperativas são instrumentos de difusão de tecnologias, agindo também como importante elo entre o produtor rural e o governo”. Isto ocorreu com a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização, entre outros, e levou o Paraná à liderança nacional na produção e produtividade agrícola, transformando as cooperativas em agentes de desenvolvimento, tanto econômico como social. As cooperativas vêm dando sustentação à atividade agropecuária em bases dinâmicas e inovadoras, mantendo os produtores rurais na atividade através da prática de uma economia moderna, que possibilita a agregação de valor à produção, dando maior

retorno aos agricultores, possibilitando seu reinvestimento no processo produtivo. É expressiva a participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 hectares) nos quadros sociais das cooperativas, representando atualmente 74% do total. Milléo ainda evidenciou a importância das cooperativas para esse segmento de produtores, que são, normalmente, os menos favorecidos. A participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do Estado é de 41%, elevando-se esse percentual para 45% na armazenagem a granel. A integração das cooperativas e a agregação dos interesses dos produtores rurais permitiram a montagem de uma infra-estrutura básica de armazenagem da produção, vindo na seqüência à agroindústria, objetivando a geração de valores adicionais aos produtores: assim, as cooperativas iniciaram o processo e hoje são detentoras de modernos parques industriais.

4.3.1 Os ramos de atuação do cooperativismo brasileiro

Em todo o Brasil, conforme dados da OCB de 2006, há instituições cooperativas em diversos setores: agropecuário, saúde, crédito, transporte, educação, etc. No total são treze ramos de atuação do cooperativismo brasileiro, entre estes, o que está melhor estruturado e recebe grande destaque é o agropecuário. São descritos no site da OCEPAR (2006) as características de todos os ramos, conforme citados abaixo:

a) Agropecuário: é composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado. É um dos ramos com maior número de cooperativas e cooperados no Brasil. O leque de atividades econômicas abrangidas por esse ramo é enorme e sua participação no PIB é significativa. Essas cooperativas geralmente cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.

b) Consumo: é composto pelas cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. É o ramo mais antigo no Brasil, cujo primeiro registro é de 1889, em Minas Gerais, com o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. No período

altamente inflacionário, essas cooperativas perderam mercado para as grandes redes de supermercados e atualmente estão se rearticulando como cooperativas abertas a qualquer consumidor.

c) Crédito: é composto pelas cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. O Cooperativismo de Crédito é um dos ramos mais fortes em diversos países desenvolvidos, como na França, na Alemanha e no Canadá. No Brasil, ele já estava bem estruturado, desde o início do Século XX, mas foi desarticulado e desmantelado pelo Banco Central, mediante restrições de toda ordem.

d) Educacional: é formado pelas cooperativas de professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais, por cooperativas de alunos de escola agrícola que, além de contribuírem para o sustento da própria escola, às vezes produzem excedentes para o mercado, mas têm como objetivo principal a formação cooperativista dos seus membros, por cooperativas de pais de alunos, que têm por objetivo propiciar melhor educação aos filhos, administrando uma escola e contratando professores, e por cooperativas de atividades afins.

e) Especiais: são cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. Essa lei criou a possibilidade de se constituírem cooperativas "sociais" para a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos, mediante atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, contemplando as seguintes pessoas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, condenados a penas alternativas à detenção e adolescentes em idade adequada ao trabalho e em situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

f) Habitacional: é composto pelas cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.

g) Infra-estrutura: são cooperativas constituídas para a finalidade de atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria desse ramo, aos poucos estão deixando de serem meras repassadoras de energia para se tornarem geradoras de energia. A característica principal desse ramo do cooperativismo é a prestação de

serviços de infra-estrutura básica ao quadro social para que ele possa desenvolver melhor suas atividades profissionais.

h) Mineral: é formado pelas cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. É um ramo com potencial enorme, principalmente com o respaldo da atual Constituição Brasileira, mas que necessita de especial apoio para se organizar.

i) Produção: é composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Para os empregados, cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho.

j) Saúde: é formado pelas cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana. É um dos ramos que mais rapidamente cresceram nos últimos anos, incluindo médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades afins. É interessante ressaltar que esse ramo surgiu no Brasil e está se expandindo para outros países.

l) Trabalho: é composto pelas cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. Certamente este será o ramo que em breve terá o maior número de cooperativas e de cooperados. Mas simultaneamente também é o ramo mais complexo e problemático, pois abrange todas as categorias profissionais, menos as de professores, de Saúde e de Turismo e Lazer, organizadas em ramos específicos.

m) Transporte: é composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e passageiros. Este ramo foi criado pela AGO – Assembléia Geral Ordinária, da OCB no dia 30 de abril de 2002, e até essa data essas cooperativas pertenciam ao ramo Trabalho, mas pelas suas atividades e pela necessidade urgente de resolver problemas cruciais dessa categoria profissional, suas principais lideranças se reuniram na OCB e reivindicaram a criação de um ramo próprio. Cumprindo todos os pré-requisitos para esse fim, obtiveram a aprovação desse novo ramo pelo Conselho de Administração da OCB, reunido no dia 29 de abril de 2002, e a aprovação pela AGO da OCB, no dia seguinte.

n) Turismo e Lazer: composto pelas cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nessas áreas. Este ramo foi criado pela

AGO da OCB no dia 28 de abril/00. Este ramo está surgindo com boas perspectivas de crescimento, pois todos os estados brasileiros têm potencial fantástico para o Turismo Cooperativo, que visa organizar as comunidades para disponibilizarem o seu potencial, hospedando os turistas e prestando-lhes toda ordem de serviços e, simultaneamente, organizar o uso desse novo paradigma de lazer, mais barato, mais prazeroso e muito mais educativo. É um ramo ainda em fase de organização.

4.4 OS DIRECIONAMENTOS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

4.4.1 A colonização e o processo de desenvolvimento paranaense

A ocupação territorial do Estado do Paraná ocorreu através de três grandes fluxos imigratórios de comunidades colonizadoras distintas, denominados de três ondas de colonização, conforme apresentado a seguir na Figura 3.

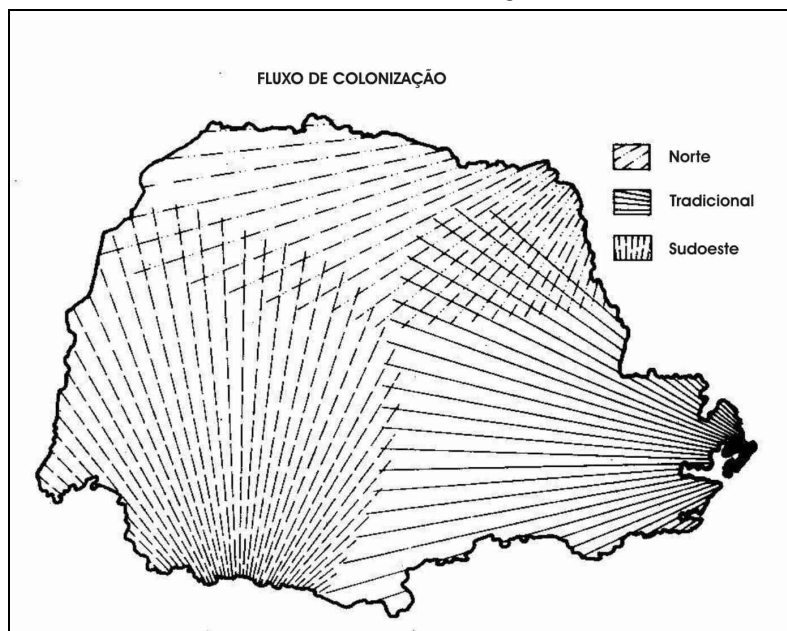
Rolim (1995) destaca dois grandes projetos de desenvolvimento que ocorreram no Estado do Paraná, mesmo acontecendo em épocas diferentes, são considerados marcos históricos. O primeiro foi no governo de Lamenha Lins²⁸, no final do século XIX, e o segundo no governo de Ney Braga²⁹ nos anos sessenta. O primeiro projeto visava uma política de colonização estrangeira, em agricultura familiar, para abastecer o município de Curitiba, o qual contribuiu para a formação do grande mercado consumidor, existente até hoje na região da Capital, afinal o Paraná era pouco mais que Curitiba, litoral e Campos Gerais com a extração da madeira e do mate. Já o projeto do governo de Ney Braga lutava para apresentar o Paraná como importante Estado na Federação e criava internamente uma

²⁸ Governo de Bento José Lamenha Lins, período de 29.11.1891 a 25.02.1892. Suas convicções republicanas e suas ligações afetivas com o Paraná apontavam-no como pessoa capaz de representar o Governo Federal na Junta Governativa trina que, em situação provisória, dirigisse os destinos do Estado. O movimento imigratório para o Paraná e para Curitiba inicia-se a partir de 1850 com o apoio do Governo Imperial. No governo de Lamenha Lins acontece um programa de apoio a assentamentos visando dar subsídios para que esses imigrantes possam povoar a região dos campos da Província do Paraná. (www.pr.gov.br/casacivil/gov_bentolamenha).

²⁹ Governo de Ney Aminthas de Barros Braga, período de 31.01.1961 a 17.11.1965. Realizou grandes inovações, pois o Estado se encontrava com sérios problemas administrativos. O Paraná ainda estava vivendo vertiginoso processo de ocupação, assoberbado pela monocultura do café, sem energia elétrica, nem rodovias pavimentadas capazes de dar vazão ao fluxo da produção agrícola, enfim, sem infra-estrutura compatível com a votação diversificada do seu espaço geográfico. Sua preocupação primeira foi atender aos pendores do Estado para a industrialização. Importava, pois, fontes de geração de energia, rede viária, sistema de abastecimento de água, redes de armazéns, assistência ao produtor rural, enfim, praticamente tudo em termos de uma política global de desenvolvimento social e econômico (www.pr.gov.br/casacivil/gov_neyaminthas).

integração territorial e política dos três Paranás: Norte, Tradicional e Sudoeste. No governo Braga intensificou-se a exploração agrícola nestas três regiões.

FIGURA 3 – FLUXO DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ

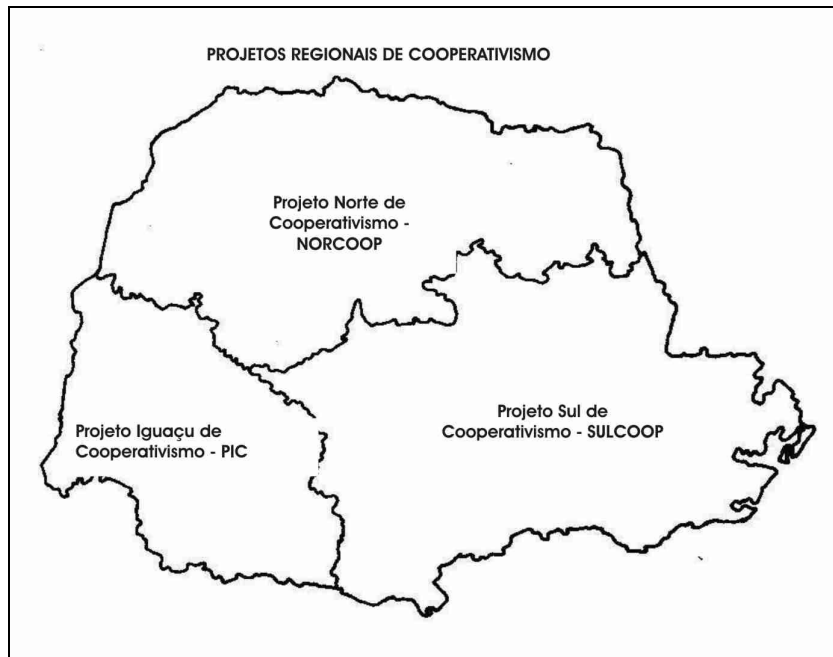


FONTE: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, **Diagnóstico e Análises**. Convênio: CPEc – BRDE – OCEPAR – IPARDES, 1974.

Na região Centrosul do Estado, também denominada de Tradicional, houve, após 1930, uma forte influência de imigrantes europeus e a exploração econômica inicial foi através da criação de gado e, posteriormente, com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho. A região Norte teve forte influência do Estado de São Paulo com a agricultura do café. A Região Sudoeste sofreu a influência do Estado do Rio Grande do Sul, com a imigração de produtores da agricultura de subsistência, cultivando cereais e criando suínos. (DIAGNÓSTICO E ANÁLISES, 1974).

4.4.2 O desenvolvimento do cooperativismo no Paraná

Com base nas ondas de colonizações, surgiram os primeiros projetos que vislumbravam a organização das cooperativas paranaenses. Na região Tradicional, ou região centro-sul, foi desenvolvido o projeto SULCOOP - Projeto Sul de Cooperativismo, na região Norte o projeto NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo e na região Sudoeste o projeto PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo, conforme Figura 4 (DIAGNÓSTICO E ANÁLISES, 1974).

FIGURA 4 – PROJETOS REGIONAIS DE COOPERATIVISMO

FONTE: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, **Diagnóstico e Análises**. Convênio: CPEc – BRDE – OCEPAR – IPARDES, 1974.

Os projetos denominados de PIDCOOP's - Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo, foram desenvolvidos pelas entidades que representavam o setor e surgiram respeitando as tendências culturais e imigratórias das três grandes regiões do estado (SETTI, 2006).

Boesche (2005, p. 38) relata a primeira estruturação de desenvolvimento regional do cooperativismo do Estado do Paraná, a qual respeita as origens de colonização regional, através do seguinte texto:

“Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-sul”.

Nas regiões Oeste e Sudoeste surge o primeiro projeto integrado do sistema cooperativista paranaense, denominado de PIC, através do apoio de instituições como o INCRA, a ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e o DAC – Departamento de Assuntos do Cooperativismo (LIMA, 1988).

A agricultura brasileira, através de um processo de modernização e melhoramento tecnológico, se consolida na década de 60. Após este período, começa a ser desbravada a última fronteira agrícola do Sul do Brasil, entre elas o

Oeste e Sudoeste paranaense, onde grandes áreas de florestas foram derrubadas para o cultivo da soja e milho, utilizados como insumos para as indústrias moageiras e frigoríficos (ROCHA JR., 2001).

As regiões Oeste e Sudoeste do Estado tiveram na imigração de pequenos produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul seus principais colonizadores. Estes produtores exploravam a criação de suínos e o plantio de culturas de alguns cereais de subsistências. Na década de 1960 começa a ser estruturado o cooperativismo na região, devido a dificuldades que os produtores da região tinham para o armazenamento dos produtos, escoamento da safra e mecanização da lavoura. Nesta região do Estado, no final da década de 60, começa a ser explorada a cultura da soja.

O projeto tinha por objetivo o mapeamento regional com a estruturação e distribuição de 45 cooperativas agropecuárias atuantes nas regiões Oeste e Sudoeste. O projeto teve como objetivo formar uma rede de cooperativas que foram inicialmente avaliadas quanto à sua viabilidade econômica e eficiência na atuação da sua área de ação, após esta ordenação o projeto fomentou a criação de cooperativas centrais.

Conforme Lima, (1988, p. 25) “A maior prova de sucesso do PIC não está apenas no crescimento e fortalecimento das cooperativas que dele participaram, mas sim na implantação de projetos similares em todo o Estado, unificando o sistema, contribuindo para colocar o Paraná na situação de projeção nacional”. O cooperativismo começa, na região de abrangência do projeto PIC, a direcionar seu foco comercial e a agir de uma forma mais estratégica para a consolidação do sistema.

Outro fator fundamental que ocorreu com resultado direto do projeto de integração da região Oeste e Sudoeste foi a criação da OCEPAR, instituição criada para o fortalecimento do cooperativismo no Estado, através de estudos de desenvolvimento e divulgação do sistema. Esta instituição foi criada após o III Encontro de Dirigentes Cooperativistas, que foi realizado em abril de 1971 e teve como frase de destaque: “vozes isoladas não se podem fazer ouvir”. Para a criação da OCEPAR (RELATÓRIO DO III ENCONTRO DE DIRIGENTES COOPERATIVISTAS, 1971, p. 1) foi citado: “Forjado o elo que faltava entre as

cooperativas para tornar o cooperativismo do Estado em movimento único, criou-se e dotou-se com a constituição do seu Órgão de Representação”.

O momento da integração do sistema, com criação da OCEPAR, ocorreu em conjunto com a importância que a agricultura passava a obter tanto no Estado como no cenário nacional, principalmente com a importância econômica da soja (SETTI, 2006).

A região Norte tinha uma característica diferente de colonização e produção das regiões Oeste e Sudoeste. Com tipo de solo semelhante ao do Estado de São Paulo, o Paraná foi visto como um prolongamento natural do território do Estado vizinho e tinha o café como seu principal produto. O plantio de café nesta região ocorreu em três momentos distintos. A primeira etapa, denominada de Norte Velho, vinha da divisa de São Paulo até o município de Cornélio Procópio; a segunda etapa (Norte Novo), de Cornélio Procópio até Londrina; e a última etapa (Norte Novíssimo); entre os Rios Ivaí e Piquiri. Em 1939, foi criada a primeira cooperativa de cafeicultores, denominada de Cooperativa Três Barras Ltda, no município de Assaí, a qual alcançou, em 1956, a associação de 877 cooperados. Nos anos de 1962 e 1963 foram criadas 21 cooperativas, estruturadas com participação de cooperados de pequena estrutura fundiária (DIAGNÓSTICO E ANÁLISES, 1974).

O projeto NORCOOP, que integraria 31 cooperativas com área de ação em 173 municípios, foi criado no I Seminário de Integração das Cooperativas Agropecuárias do Norte do Paraná. Este projeto tinha como objetivo inicial a integração para a formação de escala econômica, a organização de cadastros de cooperados e a formação de comitês educativos (SETTI, 2006).

O projeto SULCOOP, lançado em setembro de 1976, completa o planejamento global e encerrava o plano de organização do cooperativismo paranaense. Inicialmente, 23 cooperativas fizeram parte do projeto que teve maior facilidade de implantação em virtude dos dois projetos dos PIDCOOP's bem sucedidos anteriormente (SETTI, 2006).

Os projetos de integração definidos e implantados na década de 70 possibilitaram que as cooperativas agropecuárias paranaenses se reestruturassem economicamente e filosoficamente, possibilitando um direcionamento para os investimentos em verticalização e agroindustrialização.

Estes projetos permitiram uma participação mais efetiva das cooperativas na economia do Estado. A economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização, desde a colonização até o processamento do mate, madeira, café e da soja (FAJARDO, 2006).

Na Tabela 3 é apresentada a confiança que o produtor rural passa a ter no sistema cooperativista através do aumento expressivo de vinculações.

TABELA 3 – CRESCIMENTO ANUAL DE ASSOCIADOS EM FUNÇÃO DOS PIDCOOP´S

Associação por PIDCOOP´S	1971	1973	1976
PIC	10.691	19.644	30.257
SULCOOP	11.447	12.936	14.220
NORCOOP	10.651	12.156	21.805
TOTAL	32.789	44.736	66.282

FONTE: BANCO DE DADOS OCEPAR

As particularidades das três regiões que originaram os projetos mencionados são influentes até os dias atuais. Em 1991, estas regiões receberam, após aprovação dos dirigentes da OCEPAR, uma nova estruturação. Com a finalidade de descentralização, maiores participações e integração de um maior número de lideranças cooperativistas nas discussões sobre temas do interesse comum do sistema, a OCEPAR criou os Núcleos Regionais Cooperativistas. Para tanto, o Estado foi dividido em 5 Núcleos, de acordo com a localização geográfica, área de ação e vocação das cooperativas. A região Centrosul permaneceu inalterada, a região Sudoeste foi desmembrada da região Oeste, o mesmo ocorrendo com a região Noroeste em relação ao Norte.

Em 2005, o cooperativismo agropecuário conta com 74 cooperativas registradas na OCEPAR, estas cooperativas representam 53% da economia agrícola do Estado do Paraná, além de participar em todos os processos de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização de produtos agropecuários. Estas cooperativas aglutinam 106.211 produtores associados.

A seguir será apresentada e abordada, dentre as três regiões³⁰, a região Oeste, que é tema deste trabalho.

4.4.3 A região Oeste do Estado do Paraná – Uma abordagem histórica

No final do século XV os reinados da Espanha e Portugal chegaram a um acordo com relação às terras descobertas na América. As duas nações resolveram dividir as suas áreas com as delimitações previstas no Tratado de Tordesilhas³¹. Neste tratado coube à Espanha o domínio de praticamente toda a atual área do território paranaense, incluindo-se a região Oeste. (COLODEL, 2003).

Pelo site da AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, o início da colonização da região Oeste é descrita da seguinte forma:

“Ao tempo da colonização do Prata pelos espanhóis, a Região Oeste passou a integrar a administração espanhola, constituindo-se na Província Del Guayrá. Os espanhóis, desde cedo, a partir da expansão do núcleo colonial de Assunção – Paraguai, fundado em 1537, começaram a constituir um sistema de "encomiendas" pelo qual se valeram da mão-de-obra indígena para a exploração de produtos coloniais e erva-mate”.

Apesar das delimitações previstas no Tratado de Tordesilhas, na prática não foi exatamente o que aconteceu. Ambas as nações tinham interesse na exploração do ouro e da prata, que eram riquezas que moviam o mundo e sustentavam os reinos metalistas de Portugal e Espanha. No tratado ficou estipulado que a área onde se localiza atualmente o território do Estado do Paraná, inicialmente, pertencia cerca de 90% para a coroa Espanhola, ficando para os portugueses uma pequena parte da região, localizada mais próxima do litoral do oceano Atlântico. Colodel (2003, p. 35) menciona: “os portugueses procuravam chegar ao Prata, partindo do litoral atlântico por caminhos terrestres. Já os espanhóis procuravam o caminho inverso, pois a porção oriental da América encontrava-se sob jurisdição portuguesa”. A presença portuguesa na região do Prata era muito intensa e foi se consolidando com o tempo.

Os primeiros exploradores europeus chegaram à atual região Oeste ainda no século XVI. O primeiro estabelecimento fundado nesta região foi em 1556, na

³⁰ Este trabalho não trata, com profundidade, dos processos de desenvolvimento da região Centrosul (Tradicional) e da região Norte, bem como das suas particularidades. Nestas regiões ocorreram processos de desenvolvimento diferenciados e complexos. De forma geral, o Norte teve seu desenvolvimento voltado à cultura do café e o centro sul a atividade madeireira e agropecuária, enquanto que o Oeste direcionou-se à soja e à cadeia de carnes.

³¹ O Tratado de Tordesilhas, assim denominado por ter sido celebrado na povoação castelhana de Tordesillas, foi assinado em em 7 de Junho de 1494 entre Portugal e Castela (parte da atual Espanha), definindo a partilha do chamado Novo Mundo entre ambas as Coroas (http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas).

Ciudad Real del Guayrá, aproximadamente onde se localiza hoje o município de Guaíra (AMOP, 2000).

Após as delimitações estipuladas no tratado, os espanhóis logo começaram a explorar a região que lhes pertencia através do acesso marítimo pela Bacia do Prata. Vale citar também que, apesar da jurisdição espanhola, portugueses aventureiros também tinham grande interesse na região do Prata, devido à facilidade de acesso para a exploração do ouro e da prata, que eram riquezas muito valorizadas naquela época. O conflito regional gerado perdurou por várias décadas. A colonização portuguesa à margem oriental do Prata, passou a ser mais intensa devido aos portugueses que chegavam pela Bacia do Prata e de outros portugueses desbravadores que chegavam por terra. Após a consolidação desta ocupação, foi assinado um novo tratado no ano de 1750, denominado de Tratado de Madri³². Este tratado retificava a delimitação oriunda do Tratado de Tordesilhas, a qual, na prática, não existia mais. A nova delimitação da região do Prata foi definida pela própria divisão natural do Rio Paraná e, desta forma, a área em que se localiza a região Oeste passou a pertencer para a Coroa Portuguesa.

No final do século XIX, os interesses econômicos da região mudaram, passando para a extração da erva-mate nativa e da madeira, estas explorações foram o binômio econômico que despertou interesse de novos aventureiros. A região Oeste era considerada isolada, visto que o acesso por terra de outras regiões brasileiras era difícil e demorado, o que a manteve mais voltada para o acesso marítimo estrangeiro do que ao acesso terrestre brasileiro. Este fator dificultava a chegada de brasileiros à região e, por outro lado, facilitava a investida de estrangeiros. Colodel faz a seguinte citação (2003, p. 48): “A região Oeste estava como que de costas para o restante do território paranaense e de frente para os vizinhos platinos”.

É mencionado no relatório da AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (2000) que, mesmo com a emancipação política do Paraná em 1853, a região permaneceu isolada. Em 1888 foi implantada pelo governo federal uma Colônia Militar, que compreendia a área entre os rios Iguazu e Paraná. Em 1914 foi

³² O Tratado de Madrid foi firmado na capital espanhola entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas. O objetivo do tratado era substituir o de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites (http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid).

criado o município de Foz do Iguaçu, que possuía área maior do que a atual região Oeste.

A exploração da erva-mate nativa e da madeira de lei passou a ser o negócio mais lucrativo na região, a qual compreendia entre os atuais municípios de Guaíra e de Foz do Iguaçu. Este modelo de exploração ficou conhecido pela história como “obrages”³³ (COLODEL, 2003).

A exploração exercida pelos obrageiros (denominação dada àqueles que tinham o domínio rural do sistema de obrages) tinha, dentro da conjuntura econômica, na erva-mate um mercado platino favorável e na madeira a facilidade de exportação para os Estados Unidos e Canadá. Os obrageiros tinham acesso livre à região de fronteira brasileira e exploravam a região Oeste do Estado do Paraná sem muita preocupação e controle do governo brasileiro. O contrabando corria solto e a arrecadação aduaneira era irrisória (Colodel, 2003). O sistema de obrages havia estabelecido suas raízes no isolamento geográfico da região Oeste paranaense e impôs-se como um modelo econômico, político e social da região e eram dominados pelos interesses platinos. Normalmente, os brasileiros que moravam na região eram remanescentes indígenas, soldados desertores, bandidos foragidos e alguns colonos miseráveis.

Para Piffer (1999 p. 59):

A região Oeste do Paraná ficou praticamente isolada, apenas algumas intenções sem efeito, devido ao difícil acesso terrestre e ao pouco interesse dos governos federal e estadual em ocupá-la. A única via de acesso era pelo Rio do Prata, resultado de um acordo entre Brasil e Argentina, para facilitar a entrada de estrangeiros para exploração da erva-mate e da madeira.

Somente em 1913 foi criada pelo governo paranaense uma repartição do serviço fiscal, mas sem muito interesse e resultado (Colodel, 2003). Até 1920, a região era vista como uma porção do território brasileiro desconhecida, atrelada, principalmente, aos interesses do capital estrangeiro e a sua integração apenas ocorreu com a vinda de imigrantes de outras regiões do país, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (PIERUCHI; BULHÕES, 2003).

Os primeiros sinais de mudança ocorreram em 1924 com a passagem das tropas revolucionárias pela área de domínio dos obrageiros. Com este cenário

³³ Obrages eram definidos como imensos domínios rurais que se estabeleceram no Oeste do Paraná e na porção sul do Mato Grosso do Sul. Este modelo se instalou no Oeste do Paraná quando começaram a ser tornar deficitárias em áreas do território argentino. A atividade desenvolvida era a extração de produtos que tinham excelente rentabilidade comercial. Os obrages eram administrados por capitalistas argentinos que exploravam até o esgotamento da área e tinham como princípio econômico o mínimo de investimento com retorno absoluto (COLODEL, 2003).

instável, os capitalistas estrangeiros saíram às pressas da região e entre os revolucionários mais notáveis estava Luiz Carlos Prestes.

Em 1930, o governo revolucionário de Vargas passou a ter um controle maior de toda a fronteira brasileira, buscando viabilizar políticas de nacionalização dessas regiões. Nesta época, o governo de Vargas também queria nacionalizar a imensa região Oeste do Paraná, mas dependia que o efetivo povoamento fosse uma realidade, assim surgiu a denominada “*marcha para o Oeste*”. No Rio Grande do Sul começava a se formar um excedente populacional nas pequenas propriedades agrícolas. Estes agricultores buscavam novas terras para exploração agrícola, desta forma o governo federal e os defensores da marcha para o Oeste ampliaram seus horizontes tanto para o Oeste paranaense como catarinense. Para evitar reações contrárias das autoridades locais, Vargas defendeu a criação do território federal do Iguaçu, tendo como justificativa a nacionalização da fronteira. Os governos estaduais ficaram proibidos de fazer quaisquer investimentos ou projetos colonizadores sem prévia autorização de Vargas. Em setembro de 1943 criou-se o Estado do Iguaçu, o qual teve vigência até 1946, quando foi extinto por uma emenda constitucional motivada pela bancada paranaense na constituinte (AMOP, 2000).

Na década de 40 e 50, com o povoamento intenso da região, as companhias colonizadoras gaúchas desempenharam um papel de grande importância, em conjunto com a ação governamental cedeu espaços para empreendimentos empresariais e venda de lotes agrícolas por agricultores interessados no cultivo da terra. Muitos agricultores catarinenses e gaúchos se instalaram na região, sendo denominada a fase de povoamento sulista.

O exemplo empreendedor mais marcante dessa fase de colonização foi a da MARIPÁ – Indústria Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A., esta indústria estruturou-se em 1946 e tinha sede em Toledo. Entre as ações de maior repercussão foi a abertura de estradas e aquisição de 124 mil alqueires com a respectiva medição e demarcação em lotes rurais e urbanos.

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir dos anos 70. A distância geográfica da porção leste do Estado, por onde começou o povoamento, e as limitações de infra-estrutura de comunicação foram os fatores que mantiveram esta região por tanto tempo isolada. (IPARDES, 2004).

4.4.4 A região Oeste do Estado do Paraná – Delimitação regional

A preocupação com a divisão de regiões no Estado do Paraná iniciou-se apenas na década de 60. Inicialmente, o objetivo era o planejamento econômico e a descentralização da administração pública. Com relação à região Oeste, de 1960 até 1996 ocorreram quatro divisões.

Pierucchi & Bulhões (2003) elaboram uma descrição detalhada das divisões da região Oeste e mencionam, considerando os municípios emancipados na época, que em 1961 a região Oeste congregava um total de 56 municípios. Na nova distribuição de 1963 reduziu para 26 municípios, em 1967 diminuiu para 21 municípios e, finalmente, na década de 90, conforme o critério de mesorregião³⁴ do IBGE, a região passa a ter 50 municípios. Conforme o IPARDES (2004), na figura 5, é demonstrada a mesorregião Oeste, que é destacada por uma expressiva dinâmica, que tem se mostrado capaz de contrabalancear as fortes tendências de concentração econômica e populacional da Região Metropolitana de Curitiba.

FIGURA 5 – DELIMITAÇÃO DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DO IBGE



FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004)

³⁴ São regiões definidas pelo IBGE, que adotou como critério fundamental definidor a estrutura produtiva. Estes recortes visam traduzir, ainda que de maneira sintética, as diferenças na organização do território nacional quanto às questões sociais e políticas (IPARDES, 2004).

A divisão e avaliação da região Oeste através da mesorregião é também mencionada em Leituras Regionais – IPARDES (2004), porém cita que as mesorregiões foram criadas pelo IBGE em 1976. A mesorregião Oeste está localizada no terceiro planalto e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a 11,5% da área do território do Estado.

A região faz fronteira com a Argentina e Paraguai, estabelece divisas naturais com os rios Piquiri, Iguçu e Paraná, e possui 50 municípios, com destaque para Cascavel, Toledo e Foz do Iguçu como as principais cidades, detalhada na Figura 6.

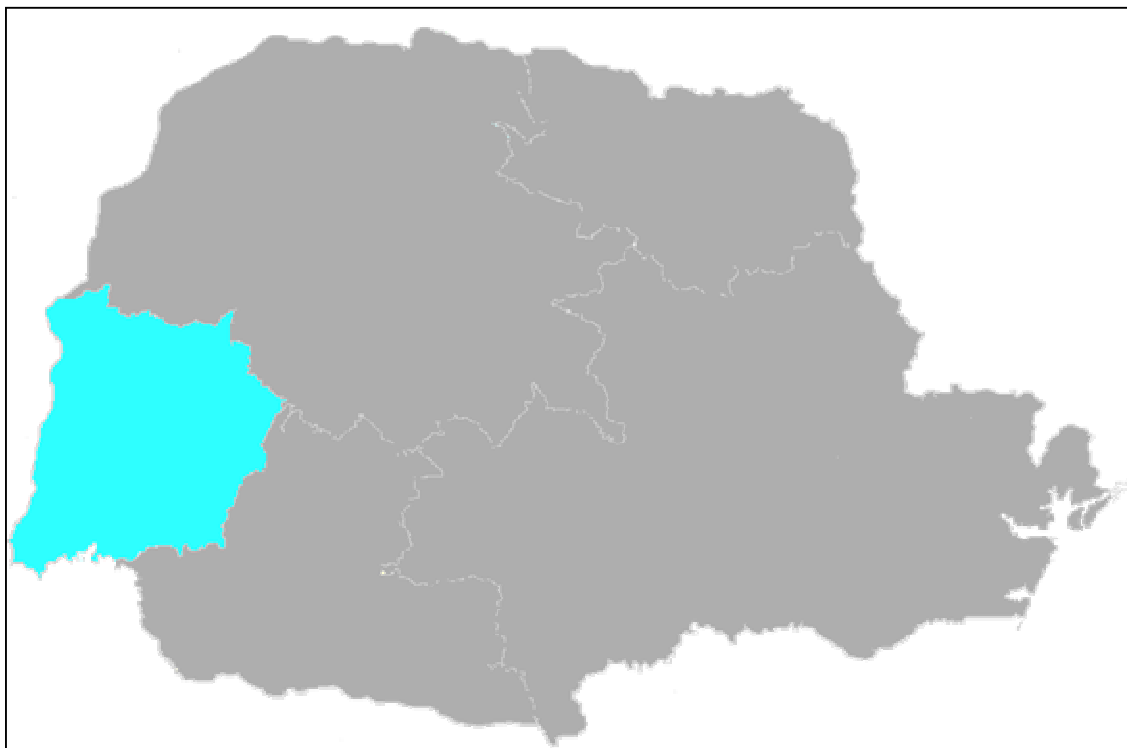
FIGURA 6 – MUNICÍPIOS DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DO IBGE



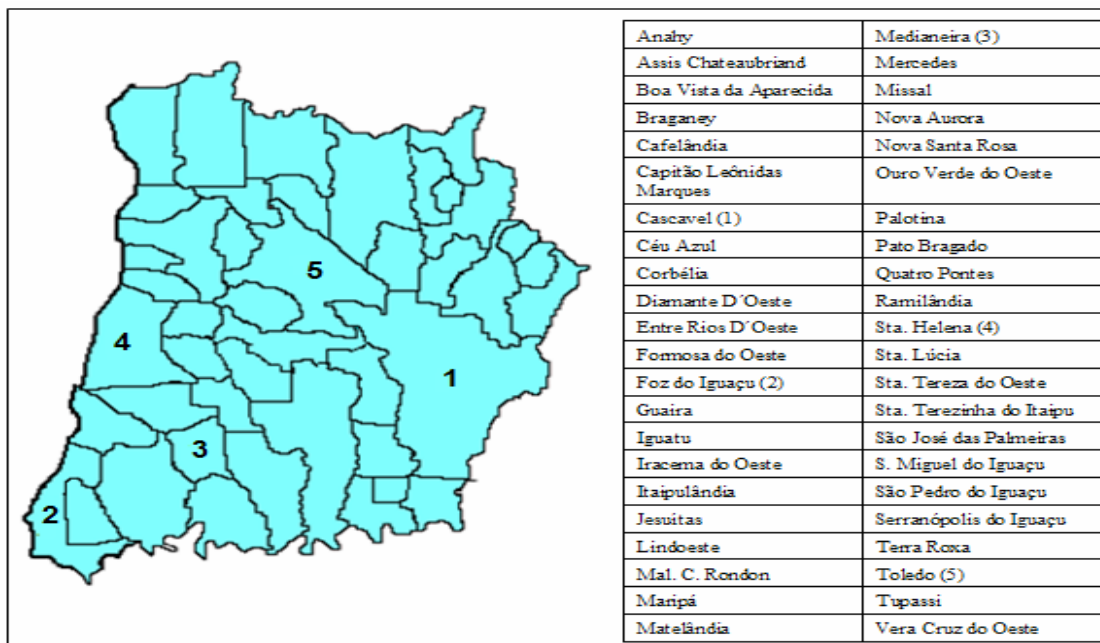
FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004)

A inclusão dos municípios na região Oeste varia em função dos objetivos das instituições que os elaboram. Para o relatório da AMOP³⁵ (2000), conforme Figura 7, a distribuição regional é diferenciada em relação ao IBGE, visto ser formada por apenas 45 municípios. Fundada em 1969, a AMOP é parceira de diversas entidades da sociedade organizada na execução e acompanhamento de programas

³⁵ O relatório da AMOP, ano base 2000, traz uma delimitação de 45 municípios, porém em consulta ao site da associação www.amop.org.br, em 22 de fevereiro de 2007, esta instituição adotou o mesmo critério de mesorregião do IBGE e tem, além dos 50 municípios que compõem esta mesorregião, o município de Laranjeiras do Sul, da mesorregião Centro-sul, também vinculado à AMOP.

FIGURA 8 - DELIMITAÇÃO DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DA OCEPAR

FONTE: BANCO DE DADOS OCEPAR (2006)

FIGURA 9 - MUNICÍPIOS DO OESTE PELOS CRITÉRIOS DA OCEPAR

FONTE: BANCO DE DADOS OCEPAR (2006)

Os municípios de Catanduvas, Campo Bonito, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Ibema e Três Barras do Paraná, localizados na porção ao Leste da região, diferenciam a delimitação da mesorregião do IBGE com a delimitação pelos critérios da OCEPAR. Este critério adotado pela OCEPAR é justificado pelo fato de que as cooperativas que atuam nestes municípios não possuem características de industrialização e não atuam com avicultura.

A sociedade do Oeste, que ali se organizou e continua a fazê-lo de forma contínua, proporcionou, mediante a utilização dos recursos naturais, uma ampla dinamização na produção agrícola, relacionada em grande parte à agroindústria local. (PIERUCCHI & BULHÕES, 2003).

É relevante a correlação da atividade agrícola da região e a agroindústria local na medida que contribui para a formação de uma dinâmica própria, responsável pela atual configuração da região Oeste, voltada economicamente à atividade agropecuária, com um setor industrial muito atrelado ao processamento dos produtos gerados por esta atividade. É esta a dinâmica responsável pela formação desta região, através da organização deste espaço (PIERUCCHI & BULHÕES, 2003).

O Oeste, devido principalmente à sua condição hidrográfica, sempre despertou interesses e é considerada uma região estratégica. Entre 1960 e 1980 a região finalmente vence as dificuldades de acesso e atinge estabilidade geográfica e demográfica, começando a ter destaque econômico nacional com a mecanização da agricultura e com a produção de soja e de suínos.

Na região Oeste, a agricultura destaca-se pela alta produtividade em grãos, bem como no desenvolvimento tecnológico e industrial da cadeia de frango de corte. Estes fatores levaram ao crescimento da comercialização, exportação e ao desenvolvimento de uma infra-estrutura agroindustrial compatível com o volume produzido. As cooperativas desta região deixam de ser meramente agrícolas e passam a atuar no setor de alimentação, agregando valor à produção primária além de voltarem-se ao mercado consumidor de forma mais competitiva. Silva & Zanatta (2003) destacam que as cooperativas são as empresas que mais crescem no mercado de frango de corte no Estado do Paraná, devido à estratégia de agregar valor ao produto soja e milho. As cooperativas têm no domínio da matéria-prima, destinada à ração, a principal vantagem competitiva em relação às outras empresas.

As Cooperativas da região Oeste prestam serviços a seus cooperados, como a assistência técnica de campo, aquisição de insumos, beneficiamento da produção (armazenagem e secagem), transporte e comercialização da produção (OCEPAR, 2006).

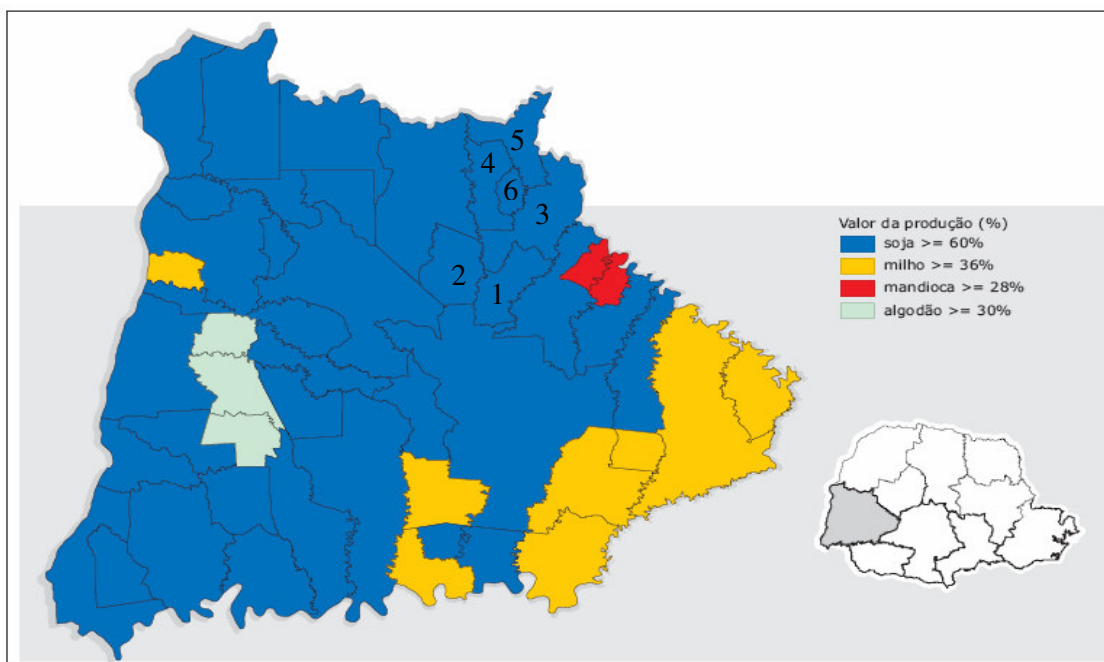
A região tem no município de Cascavel o principal pólo regional, principalmente no setor agrícola. Outras cidades também merecem destaque neste setor: Toledo, Mal. Candido Rondon, Palotina, Cafelândia e Medianeira. Já a cidade de Foz do Iguaçu tem o seu desenvolvimento atrelado ao setor de turismo. Com relação à organização industrial da região, observa-se que não ocorre uma concentração muito intensa das indústrias próximas ao principal pólo regional, como, por exemplo, ocorre na região metropolitana de Curitiba. Na região Oeste, as indústrias das cooperativas estão localizadas de forma pulverizada e é também conhecida pelo pioneirismo no desenvolvimento de projetos integrados. Para Lima (1988, p. 25) este foi o primeiro grande projeto sincronizado do cooperativismo paranaense e motivou a criação de projetos similares também nas regiões sul e norte do Paraná.

A região Oeste, utilizada neste trabalho, será a delimitação da mesorregião, salientando que a delimitação utilizada pelo AMOP e pela OCEPAR não alteraria a região de atuação da cooperativa Copacol. A opção pelo IBGE ocorreu em função das informações sócio-econômicas oficiais.

4.4.5 Oeste do Estado do Paraná – Informações Regionais

A região tem na cultura da soja o principal produto agrícola, predominando na maior parte do território. Na Figura 10 é demonstrada a proporção do produto soja nos 37 municípios destacados em azul, onde este produto representa mais de 60% da produção municipal. Os municípios destacados em amarelo, oito no total, têm no produto milho sua maior representatividade, com 36%. Os dois municípios em vermelho, têm na cultura da mandioca sua maior representatividade e, finalmente, nos três municípios em azul claro, o algodão é o mais representativo.

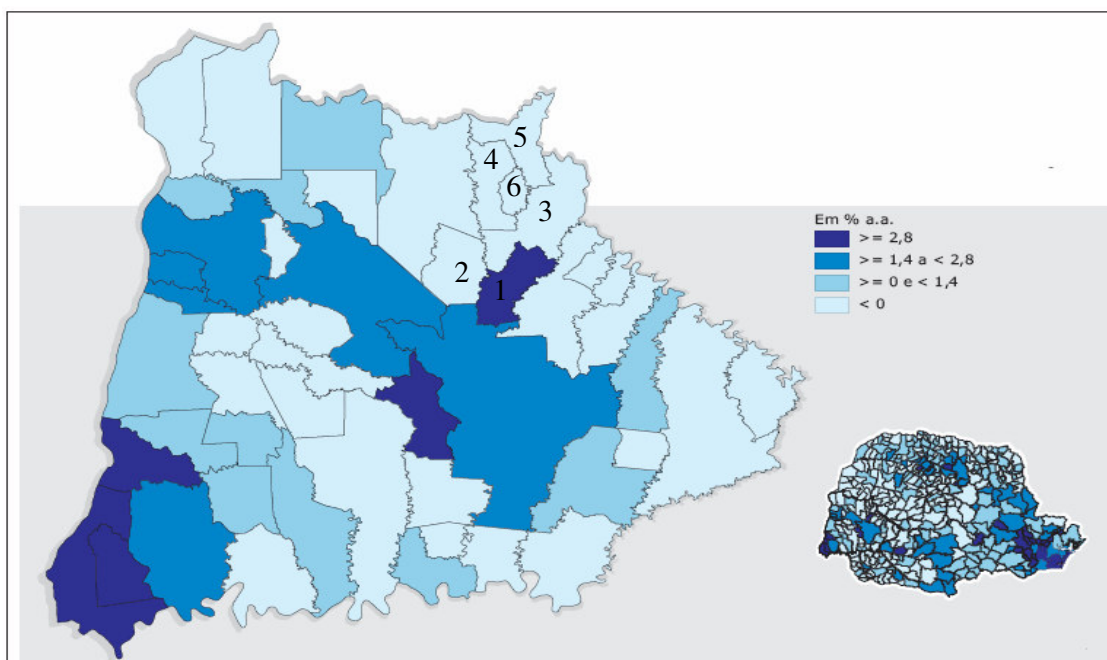
FIGURA 10 – CULTURAS PREDOMINANTES NA PAUTA DOS MUNICÍPIOS – BASE 2001



FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004). Numeração dos municípios incluída pelo autor: (1) Cafelândia; (2) Tupãssi; (3) Nova Aurora; (4) Jesuítas; (5) Formosa do Oeste e (6) Iracema do Oeste.

A taxa de crescimento anual da população é representada na Figura 11.

FIGURA 11 – TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO – 1991 A 2000

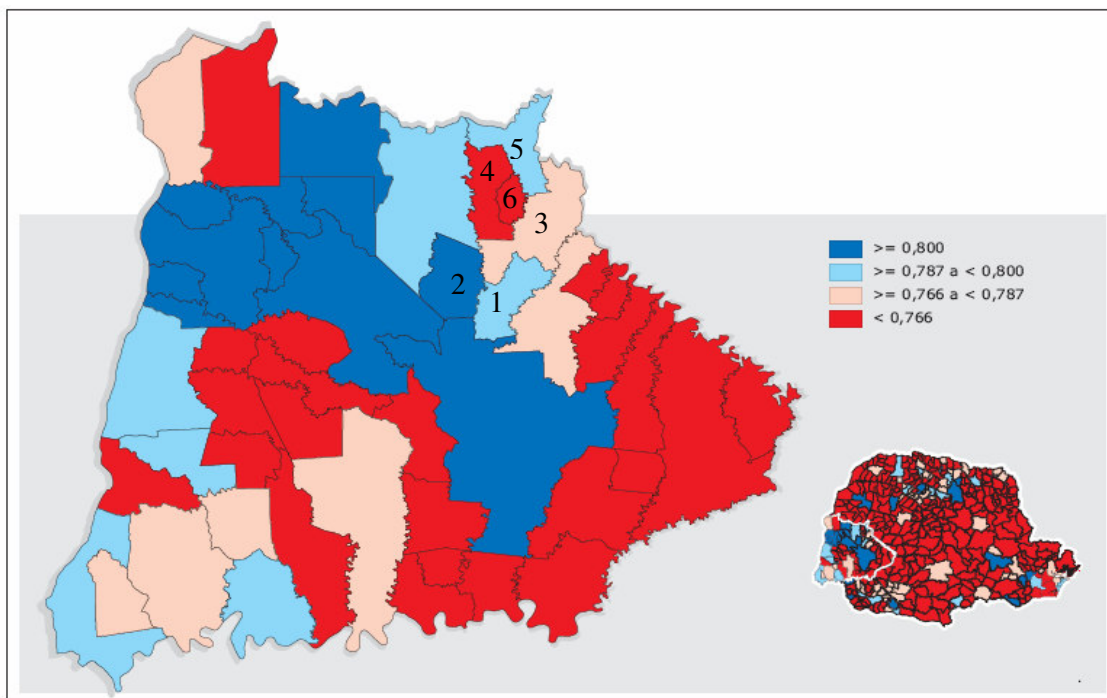


FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004). Numeração dos municípios incluída pelo autor: (1) Cafelândia; (2) Tupãssi; (3) Nova Aurora; (4) Jesuítas; (5) Formosa do Oeste e (6) Iracema do Oeste.

A região tem nos município de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Santa Tereza do Oeste e Cafelândia as maiores taxas de crescimento da população, acima ou igual a 2,8% ao ano. Os municípios de São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Toledo e Cascavel, crescimento entre 1,4 e 2,8% ao ano. Salientando que a linha de corte de 1,4% ao ano é a média do Estado do Paraná.

Com relação ao IDH-M, considerando a média nacional de 0,766 – a Figura 12 demonstra a distribuição da região Oeste paranaense. Com relação aos municípios com indicador acima ou igual a 0,800, observa-se que 11 deles classificam-se neste parâmetro. Na classificação maior ou igual a 0,787 e menor que 0,800 são 7 municípios no total. Abaixo da média estadual, encontram-se 32 municípios, sendo 7 com classificação maior ou entre 0,766 a 0,787, e os demais 25 municípios com índice abaixo de 0,766.

FIGURA 12 – IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (ANO BASE 2000)

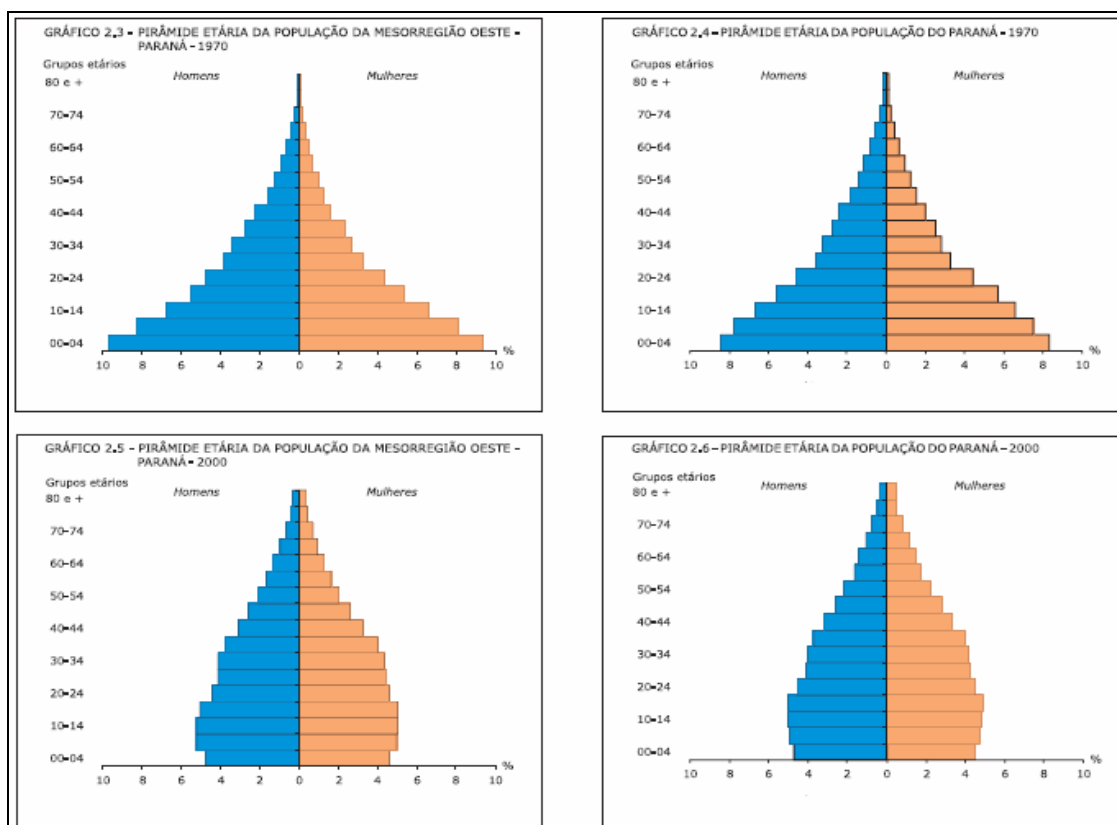


FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004). Numeração dos municípios incluída pelo autor: (1) Cafelândia; (2) Tupãssi; (3) Nova Aurora; (4) Jesuítas; (5) Formosa do Oeste e (6) Iracema do Oeste.

Na Figura 13 é apresentada a evolução da faixa etária tanto da população estadual como da população da mesorregião Oeste. Observa-se comparativamente que o comportamento da região Oeste é proporcional à evolução estadual,

reduzindo a concentração nas faixas de 0 a 4 e de 10 a 14, que dava à pirâmide um formato acentuadamente triangular com base longa, aumentando a concentração nas faixas de população entre 20 e 40 anos, passando a pirâmide, no ano de 2000, para um formato mais equilibrado nas faixas de sua base.

FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA MESORREGIÃO OESTE E DO ESTADO DO PARANÁ – COMPARATIVO DOS ANOS DE 1970 E 2000.



FONTE: IBGE Censo Demográfico, dados trabalhados pelo IPARDES.

Com relação à participação no valor da produção agrícola do Estado do Paraná, observa-se que a região Oeste possui uma participação de 17,3%, que corresponde a R\$ 1,22 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 4.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO OESTE NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ – ANO BASE 2001

Produção Agrícola	Paraná	Oeste	% de participação
Valor da produção agrícola (em bilhões de R\$)	7,049	1,220	17,3

FONTE: IPARDES 2004, tabela trabalhada pelo autor.

Com relação à população ocupada na atividade agropecuária, em todo o Paraná são 1.287.632 pessoas que desenvolvem atividades nesta área, sendo 14,1% no Oeste. A tabela 5 apresenta, com base em 1995, um total de 181.407 pessoas que desenvolvem esta atividade na região, sendo 149.832 (82,6%) oriundas de estruturas familiares, 14.668 (8,1%) com empregos permanentes, 12.998 (7,2%) com empregos temporários e 3.909 (2,2%) com outras categorias de ocupação. Desta forma, a região Oeste tem uma concentração acima de 80% da população oriundas da própria família, classificando-se acima da média estadual e contribuindo para a redução nas demais categorias.

TABELA 5 – PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO – MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ – 1995.

Local	Total	Categoria de Ocupação							
		Familiares		Permanentes		Temporários		Outros	
	Qtde.	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Oeste	181.407	149.832	82,6	14.668	8,1	12.998	7,2	3.909	2,2
Paraná	1.287.632	983.329	76,4	143.124	11,1	118.699	9,2	42.480	3,3

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 1995, dados trabalhados pelo IPARDES

4.4.6 Histórico da Cooperativa Copacol

A Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata foi constituída em 23 de outubro de 1963, sendo a primeira cooperativa do Oeste do Paraná. A iniciativa da fundação partiu do Padre Luís Luise, que reuniu-se a 32 agricultores imigrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os 33 pioneiros se uniram com o objetivo de reverter as dificuldades que enfrentavam em decorrência da exploração de intermediários, que se aproveitavam da falta de recursos dos produtores para a comercialização das safras e pagavam cada vez menos pela produção. Além dos atravessadores, os produtores ainda se deparavam com a insegurança em relação às suas terras, em decorrência dos interesses de grandes latifundiários. Dentro destas dificuldades, a união dos pequenos produtores poderia torná-los fortes e o padre Luise empenhou-se para dar o suporte necessário aos agricultores. A primeira reunião presidida pelo padre aconteceu em 17 de setembro de 1963 e, após a constituição, o início de suas atividades ocorreu no dia 30 de outubro do mesmo ano (www.copacol.com.br).

No início da década de 70, a Copacol recusou a incorporação ao PIC, pois este projeto reconhecia uma nova cooperativa em Cascavel. A decisão levou os técnicos do INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, a alterar o projeto inicial, delimitando a atual área de ação e possibilitando que a Copacol também participasse. Este foi o marco que contribuiu para o recebimento de incentivos governamentais e linhas de crédito para financiamento da infra-estrutura. Desta forma, os produtores conseguiram melhores condições para armazenar e garantir a comercialização dos seus produtos.

4.4.7 Área de ação e Informações Gerais da Cooperativa Copacol

A cooperativa Copacol atua em seis municípios desta região, tendo a sua sede em Cafelândia e estruturas de recebimento da produção nos municípios de Tupãssi, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas e Nova Aurora.

Conforme Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Copacol (2006, p.23), a cooperativa descreve a sua atuação da seguinte forma:

“A sociedade atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, milho, trigo, algodão, café, aves e sementes; comercialização de insumos agropecuários; supermercado e prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições sócio-econômicas dos seus associados, representada por um complexo de 10 unidades de recebimento de grãos, 01 abatedouro de aves, 01 fábrica de ração, 03 matrizeiros de aves, 01 incubatório de ovos, 01 usina de beneficiamento de algodão, 01 unidade de beneficiamento de café, 02 unidades de produção de leite, 03 unidades de vendas e 05 lojas de supermercado”.

O Relatório descreve ainda os projetos ambientais que são desenvolvidos pela cooperativa, objetivando a conservação da natureza. Entre eles destacam-se:

- Recuperação das matas ciliares³⁶ em 16 rios, córregos e nascentes da área de ação, com distribuição de mudas em parceria com a Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e com as prefeituras dos municípios da região;

³⁶ Mata ciliar é a formação vegetal nas margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. Considerada pelo Código Florestal Federal como “área de preservação permanente”, com diversas funções ambientais, devendo respeitar uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes (www3.pr.gov.br/mataciliar).

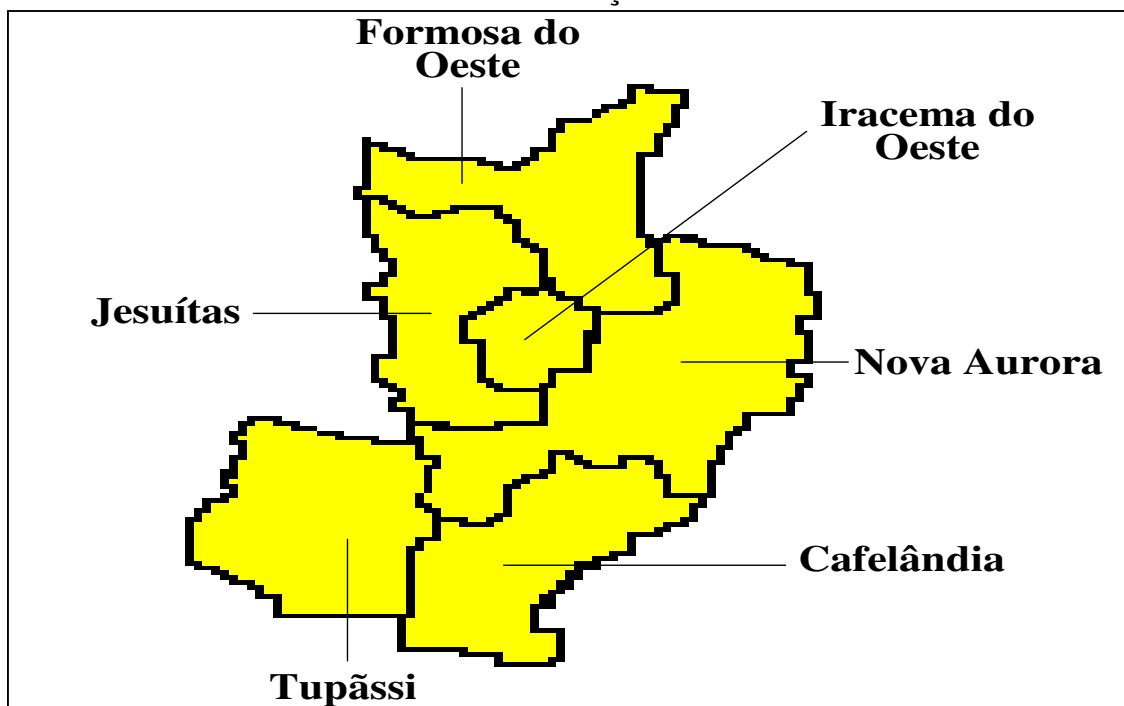
- Projeto Escola no Campo, conscientizando crianças na fase do ensino fundamental sobre a importância do meio ambiente;
- Tratamento de efluentes, através do sistema de lagoas;
- Projeto Recicla, que objetiva dar destino correto aos resíduos produzidos na cooperativa.

A cooperativa possui 10 unidades para o atendimento do cooperado, sendo elas: Cafelândia, Nova Aurora, Jesuítas, Formosa do Oeste, Universo, Iracema do Oeste, Carajá, Jotaesse, Palmitópolis e Central Santa Cruz. A cooperativa também possui duas unidades de beneficiamento, uma de algodão, em Formosa do Oeste e outra de café, em Jesuítas. Quanto à sua estrutura industrial, o complexo de industrialização de frangos está todo em Cafelândia, com capacidade diária de abate (base 2006) de 246.700 frangos, também nesta cidade está instalada a fábrica de ração.

A cooperativa Copacol conta com um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável. Considerando que a sua linha de atuação, desde a sua fundação, está galgada no econômico, no social e no ambiental, que são os pilares da sustentabilidade, a entidade lançou o Projeto DNA 1/40/5³⁷, com o objetivo de atingir 3 metas até o final de 2008, sendo: o faturamento de R\$ 1 bilhão; a preservação de matas ciliares em 40 rios, córregos e nascentes da região; e a promoção da cidadania corporativa com a educação de 5.000 crianças e adolescentes na sua área de atuação. No site da cooperativa este projeto é definido da seguinte forma: “Projeto que atuará como um grande guarda-chuva, unificando as ações existentes na cooperativa aos novos programas e valores organizacionais, que terão sempre a mesma direção, para que possamos atingir os objetivos propostos”.

A Figura 14 ilustra os municípios em que a cooperativa atua e onde se localiza a maioria dos seus cooperados.

³⁷ Para conhecer melhor o projeto DNA 1/40/5, acessar www.copacol.com.br.

FIGURA 14 – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA COPACOL

FONTE: Banco de Dados - OCEPAR

A cooperativa tem em seu quadro funcional 4.686 funcionários e em seu quadro social 4.258 cooperados, conforme Tabela 6. Os cooperados estão distribuídos da seguinte forma: nos seis municípios da área de ação da cooperativa, concentram-se 81% dos cooperados, os outros 19% estão distribuídos em outros municípios da região.

A cooperativa vem mantendo, com pequenas variações, o seu quadro de associados. Quanto ao quadro funcional, em função do aumento da atividade da avicultura, o crescimento é mais acentuado nos últimos quatro anos.

Nos dois últimos anos, observa-se uma inversão na relação entre número de funcionários e número de cooperados. Tradicionalmente, nas cooperativas agropecuárias, o número de funcionários é menor que o número de cooperados. Esta premissa é válida para as cooperativas que não possuem uma estrutura industrial expressiva, pois os funcionários, em geral, têm como principal função atender o associado. Com a evolução do processo industrial, esta relação tende a diminuir, visto que a atividade industrial (principalmente a ligada à avicultura) demanda uma quantidade considerável de empregados no processo industrial, já que a maior parte do processo é manual, confirmando assim o aumento do quadro funcional.

TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – COPACOL

Ano	2003	2004	2005	2006
Cooperados	4.208	4.263	4.244	4.258
Empregados	3.529	4.000	4.340	4.686

FONTE: Copacol - Relatório do Conselho de Administração 2004, 2005 e 2006.

Quanto ao faturamento, a cooperativa atingiu em 2006 um total de R\$ 579,54 milhões, distribuídos entre produtos agrícolas, insumos agropecuários, bens de revenda e carnes. Quanto a sobras à disposição da AGO – Assembléia Geral Ordinária, em 2006 atingiu-se R\$ 3,77 milhões, conforme demonstrado na Tabela 7. Observa-se redução tanto no faturamento como nas sobras nos dois últimos anos. O faturamento, em preços reais, aumentou entre 2003 e 2004 em 1,11%, nos anos de 2005 e 2006 reduziu, respectivamente, em 5,95% e 11,18%. As sobras, em preços reais, apresentaram redução em todos os períodos, sendo 17,28% em 2004, 1,41% em 2005 e 10,54% em 2006.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO, EM PREÇOS REAIS, DO FATURAMENTO E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO – COPACOL (R\$) – BASE 2006

Ano	2003	2004	2005	2006
Receita Operacional Bruta	686.133.364,64	693.769.425,45	652.470.988,37	579.536.608,79
Varição percentual ao ano	-	1,11%	-5,95%	-11,18%
Sobras à disposição da AGO	5.167.841,16	4.275.090,21	4.214.842,46	3.770.719,95
Varição percentual ao ano	-	-17,28%	-1,41%	-10,54%

FONTE: Copacol - Relatório do Conselho de Administração 2004, 2005 e 2006 – elaborado pelo autor com atualização inflacionária acumulada pelo INPC, entre 2003 e 2005. Indicadores consultados no site do Bacen (www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie1-02.xls)

A redução de faturamento e sobras foi um efeito que atingiu, de forma geral, todas as cooperativas agropecuárias paranaenses, tanto pela variação cambial como em função de problemas climáticos. Em âmbito estadual, a redução de preço dos produtos comercializados foi o fator primordial para a diminuição das receitas, o

volume de recebimento e comercialização de grãos, que é responsável por boa parte das receitas das cooperativas, conforme informado em entrevista pessoal pelo gerente do GETEC - Gerência Técnica e Econômica da OCEPAR, Flávio E. Turra, no dia 8 de dezembro de 2006.

Conforme informado, também em entrevista pessoal, pelo Gerente do GDA - Gerência de Desenvolvimento e Autogestão do SESCOOP/PR, Gerson José Lauermann, o faturamento de 2005 da Copacol representou 4,64% do faturamento das cooperativas agropecuárias do Estado, esta informação é oriunda do sistema SAAC³⁸.

A área de atuação da cooperativa é composta, em sua grande maioria, por produtores associados com pequena estrutura fundiária. Além desta característica, a cooperativa também possui uma parcela considerável de produtores associados de sua área de atuação, considerando que 81% dos associados estão dispostos nos seis municípios da área de ação e totalizam 3.449 cooperados. Comparado ao Censo Agropecuário do IBGE, de 1996, existem 7.145 agricultores entre proprietários e arrendatários de áreas agrícolas, sendo que 48,27% são associados à Copacol. Os outros 19% dos associados, ou seja, 809 cooperados estão dispostos em áreas de atuação de outras cooperativas, porém o produtor optou em ser associado da Copacol.

Boesche (2005) destaca a Copacol como uma cooperativa de exemplo bem sucedido de organização dos cooperados. Através da formação de comitês educativos³⁹ como, por exemplo: comitê feminino, comitê da juventude e comitê integrado, através das quais são manifestadas as opiniões, pareceres e pensamento dos associados em relação à cooperativa. Estes comitês também funcionam como órgãos consultivos auxiliares para a gestão da cooperativa.

Com relação à distribuição fundiária, apresentada na Tabela 8, observa-se que em 2005: 88,69% dos produtores associados possuem área de até 50,99 ha; 6,76% entre 51 e 100,99 ha e somente 4,55% com área acima de 101 ha. Em 2006, a classificação fundiária não variou muito em relação a 2005, 88,58% dos produtores

³⁸ O sistema SAAC – Sistema de Análise e Acompanhamento de Cooperativas, é um software de uso exclusivo do Sistema Ocepar que tem como principal finalidade agrupar informações econômicas e financeiras de todas as cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná.

³⁹ Para aprofundar o conceito e o funcionamento dos diversos tipos de comitês educativos da cooperativa Copacol, ver Boesche (2005, p.74 a 77).

associados possuem área de até 50,99 ha; 6,86% entre 51 e 100,99 ha e somente 4,56% com área acima de 101 ha.

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSOCIADOS DA COPACOL
Situação em 31.12.2005

ÁREA (ha)	NÚMERO DE ASSOCIADOS	%	ÁREA TOTAL DOS ASSOCIADOS	%
0 A 10,99	1.941	45,74	7.660,08	6,42
11,00 a 50,99	1.823	42,95	39.277,55	32,90
51,00 a 100,99	287	6,76	19.277,05	16,09
101,00 a 500,99	171	4,03	33.847,45	28,35
acima de 501	22	0,52	19.400,87	16,25
TOTAL	4.244	100,00	119.396,73	100,01

Situação em 31.12.2006

ÁREA (ha)	NÚMERO DE ASSOCIADOS	%	ÁREA TOTAL DOS ASSOCIADOS	%
0 A 10,99	1.923	45,16	7.724,54	6,27
11,00 a 50,99	1.849	43,42	39.977,07	32,44
51,00 a 100,99	292	6,86	19.833,75	16,09
101,00 a 500,99	172	4,04	35.720,43	28,98
acima de 501	22	0,52	19.982,80	16,21
TOTAL	4.258	100,00	123.238,59	100,00

FONTE: Copacol - Relatório do Conselho de Administração 2005 e 2006, elaborado pelo autor.

Na questão econômica dos municípios de atuação da Copacol, observa-se o seguinte comportamento: a região produziu 263.390 toneladas de soja, que correspondem a 2,8% da produção estadual. Com relação ao milho, a região produziu 1,7% da produção estadual. O PIB per capita médio da região é de R\$ 17.350,00, sendo 61,7% acima da média estadual. O valor adicionado total corresponde a 0,8% do valor estadual. Conforme disposição na Tabela 9.

TABELA 9 - COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA E MILHO, RENDA PER CAPITA E VALOR ADICIONADO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COPACOL

Municípios	Produção de Soja Ton – IBGE 2005	Produção de Milho Ton – IBGE 2005	PIB (per capita) IBGE – IPARDES 2004	Valor Adicionado Total SEFA – 2005 (R\$)
Cafelândia	57.638	41.772	28.548	282.462.407
Tupãssi	60.750	55.469	14.701	112.302.710
Nova Aurora	72.840	47.730	14.695	177.402.629
Jesuítas	26.880	-	11.837	69.513.303
Iracema do Oeste	15.672	-	11.691	19.641.500
Formosa do Oeste	29.610	-	13.532	80.045.520
Total dos Municípios	263.390	144.971	17.350⁽¹⁾	741.368.069
Total Paraná	9.492.153	8.572.364	10.725⁽²⁾	95.827.124.080
Participação percentual	2,8%⁽³⁾	1,7%⁽³⁾	61,7%⁽⁴⁾	0,8%⁽³⁾

FONTE: Perfil dos municípios – IPARDES (2004) dados trabalhados pelo autor. (1) Valor médio ponderado da renda per capita dos municípios da área de ação da Copacol (www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal_2004.pdf); (2) Renda per capita média do Paraná (www.ipardes.gov.br/cadernosmunicipais); (3) Valor percentual do total dos municípios da área de atuação da Copacol em relação ao Paraná; (4) Crescimento relativo do PIB (per capita) médio dos municípios de atuação da Copacol em relação ao PIB (per capita) médio do Paraná.

Com relação aos dados populacionais observa-se, na Tabela 10, que a população censitária dos municípios da área de ação da Copacol corresponde a 0,57% da população estadual; quanto à população estimada, corresponde a 0,48 da população estadual. A população economicamente ativa equivale a 0,59% da população estadual desta categoria, sendo praticamente o mesmo patamar da população ocupada, que corresponde a 0,60%. Quanto aos domicílios, o agrupamento destes 6 municípios equivale a 0,56% do Estado. De forma geral, a tabela 10 demonstra que, nas variáveis apontadas, a região, em média, possui 0,50% da população e dos domicílios estaduais.

TABELA 10 – DEMONSTRAÇÃO DA POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COPACOL.

Municípios	População censitária IBGE – 2000	População estimada IBGE – 2006	População economicamente ativa IBGE – 2000	População ocupada IBGE – 2000	Número de domicílios IBGE – 2000
Cafelândia	11.143	13.397	5.710	4.993	3.367
Tupãssi	8.018	7.419	3.585	3.121	2.662
Nova Aurora	13.641	12.271	6.844	5.973	4.030
Jesuítas	9.832	7.608	5.270	4.991	3.517
Iracema do Oeste	2.951	2.553	1.411	1.254	965
Formosa do Oeste	8.755	6.574	4.429	4.086	2.970
Total dos Municípios	54.340	49.822	27.249	24.418	17.511
Total Paraná	9.563.458	10.387.378	4.651.830	4.055.763	3.126.912
Participação percentual	0,57%	0,48%	0,59%	0,60%	0,56%

FONTE: perfil dos municípios – IPARDES– dados trabalhados pelo autor

Apresentados os dados gerais da área de atuação da Copacol, através da delimitação geográfica dos seis municípios e descrição das informações econômicas e sociais relevantes, foi também delimitado o local que a pesquisa de campo será aplicada. Dentre estas informações mencionadas, a região demonstra um PIB *per capita* consideravelmente acima da média estadual, porém este fator, analisado isoladamente, não representa necessariamente desenvolvimento em relação a outras regiões com índice inferior, conforme já discutido na seção 2.1. Há a possibilidade de distorção da análise de distribuição de renda quando avaliado somente pelo crescimento médio, já que este não mede efetivamente desenvolvimento.

As cooperativas de frango de corte são as empresas que mais crescem no Paraná. A Copacol é citada como uma estrutura de governança cooperativa na integração entre a produção de ração, a criação, o abate e a industrialização de frango. Uma das principais estratégias de desenvolver o mercado de frango é o fato de escoar a produção e milho. As cooperativas que atuam desta forma apresentam vantagens devido à disponibilidade de insumos, distribuição dos resultados em toda a cadeia, bem como na coordenação desta (SILVA & ZANATTA, 2003).

Morais (2002) cita a Copacol como um empresa que adota a tecnologia da informação como um instrumento de gestão moderna, objetivando atender as necessidades da cooperativa frente ao seu quadro social e de colaboradores como também frente às exigências do mercado.

O próximo capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia da pesquisa de campo e resultado da aplicação a fim de avaliar se uma cooperativa agropecuária contribui para o desenvolvimento local sustentável com a formação e o fortalecimento do capital social.

5 ESTUDO DE CASO: A REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA COPACOL

O objetivo deste capítulo é avaliar a importância do cooperativismo para o desenvolvimento da região de atuação da Copacol, definida no capítulo anterior. Para isso, será apresentado o resultado de uma pesquisa junto aos cooperados desta cooperativa. O capítulo está organizado, em sua parte inicial, com a apresentação do local, ou seja, a delimitação espacial da pesquisa. Na parte seguinte é apresentada a metodologia e os critérios para realização da pesquisa, bem como a estruturação das perguntas do questionário e o período de aplicação. Na parte final são apresentados resultados com destaque àqueles mais relevantes.

5.1 DETERMINAÇÃO DO LOCAL DA APLICAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação do local está embasada em duas definições já mencionadas neste trabalho. Primeiramente, a definição de Franco (2000), citando local como produto da forma de olhar, além de remeter à idéia de se observar uma determinada comunidade. A outra é de Farah (2002, p. 68), que comenta a relação entre pessoas e produção e, embasado em Sarita Albagli, menciona que: “o conceito de local pode ser trabalhado não apenas como um mero espaço geográfico, mas como espaço onde se realizam e se transformam as relações de produção e de convívio social humano”.

Uma pesquisa sobre a relação do capital social local e uma cooperativa agropecuária já havia sido realizada anteriormente pelo pesquisador na Cooperativa Bom Jesus no município da Lapa/PR. Nesta ocasião, o estudo foi direcionado a avaliar, sob a ótica dos dirigentes, a importância da organização cooperativa no fortalecimento do capital social dos produtores rurais. Conforme descrito em Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006, p. 17) a pesquisa teve apontada em sua conclusão o seguinte comentário: “A cooperativa tem o poder de aumentar o Capital Social de seus associados por intermédio das relações hierárquicas. É importante destacar que todo esse potencial de desenvolvimento de Capital Social que as cooperativas possuem pode ser perdido se elas não tiverem um enfoque estratégico.” Considerado este comentário com enfoque mais voltado à gestão, o pesquisador

buscou realizar uma pesquisa junto aos associados objetivando verificar se a questão do Capital Social também se mostrará relevante.

A Copacol, com sede no município de Cafelândia, atua em outros cinco municípios da região: Formosa do Oeste, Tupãssi, Jesuítas, Iracema do Oeste e Nova Aurora e, conforme mencionado no item 4.4.6, concentra 81% dos cooperados nestes seis municípios, os 19% restantes estão dispostos em outros municípios que são áreas de atuação de outras cooperativas, porém em função, muitas vezes, de uma proximidade geográfica dos entrepostos, os produtores optaram em ser associados da Copacol.

Uma das principais preocupações do pesquisador era conseguir entrevistar os cooperados. Inicialmente imaginou-se viabilizar o deslocamento até a propriedade, porém esta opção demandaria um tempo maior, dificuldades logísticas, além de, provavelmente, necessitar da presença de um funcionário da cooperativa que conhecesse tanto os cooperados como a localização de suas propriedades.

Considerando as dificuldades logísticas acima mencionadas, bem como o curto período de tempo que o pesquisador estava na região, optou-se em realizar a pesquisa nos municípios de Cafelândia, Formosa do Oeste, Jesuítas e Nova Aurora. Esta opção ocorreu por sugestão dos próprios gestores da cooperativa, visto que nestas unidades existe uma central de negociações e acertos com os cooperados, facilitando assim o acesso e o contato com os produtores. O início da colheita de grãos foi outro aspecto que também contribuiu para esta opção, já que ocorre um maior movimento de cooperados na cooperativa na primeira quinzena de fevereiro. Desta forma, a opção de realizar a pesquisa nos entrepostos foi acertada, pois o movimento contínuo de cooperados, em horário bancário, facilitou o acesso para a realização da pesquisa. Assim sendo, toda a pesquisa foi realizada, pessoalmente, entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2007, pelo próprio autor deste trabalho.

5.2 METODOLOGIA

Para definição da amostragem de cooperados necessária a ser pesquisada, partiu-se da população cooperada total, tendo como base o número de cooperados oficial em 31 de dezembro de 2006, conforme citado na tabela 6.

Com base em cálculos estatísticos por amostragem mencionados por Gil (2002, p.101), aplicou-se o método de amostragem⁴⁰, através da utilização da fórmula de população finita, demonstrada a seguir:

$$n = \frac{z_{\alpha/2}^2 \cdot P(1-P)N}{e^2 (N-1) + z_{\alpha/2}^2 \cdot P(1-P)}$$

- n = número da amostra
 $z_{\alpha/2}$ = grau de confiança
 P = percentagem para o qual o fenômeno se verifica
 N = tamanho da população
 e = erro máximo da amostra

Ficaram estabelecidos os seguintes valores para cada componente da fórmula:

- $z_{\alpha/2}$ = grau de confiança para 90% = 1,64
 P = 50%
 N = 4.258
 e = 11,00%

Com relação ao percentual estimado para “P”, Gil (2002) recomenda que, quando não se conhece uma estimativa para a qual o fenômeno ocorre, a sugestão é que se utilize 50%.

Aplicando a fórmula, obteve-se a seguinte amostra:

$$n = \frac{1,64^2 \cdot 0,50 \cdot (1-0,50) \cdot 4258}{0,11^2 \cdot (4258-1) + 1,64^2 \cdot 0,50 \cdot (1-0,50)} = 51,86$$

⁴⁰ Este método de amostragem foi aplicado para definição de uma amostra de uma população total de 5.874 domicílios, com parte de estudo no artigo: Pertinência da Pesquisa com os públicos para elaboração do planejamento em comunicação estratégica, disponível em: www.sec.adaltech.com.br/intercom/2005/resumos/R1449-1.pdf – acessado em 23 de fevereiro de 2007.

Considerando um desvio padrão de 11,00% e um nível de confiança de 90%, para a população cooperada total de 4.258 cooperados, foi atingida uma amostra mínima de 52 cooperados.

Para este universo foi aplicado um questionário com 31 perguntas, com respostas tanto fechadas como abertas, visando avaliar a geração ou fortalecimento do capital social da cooperativa junto a seus cooperados, como também para verificar se a cooperativa contribui para o desenvolvimento local nos seus municípios da área de ação.

A pesquisa foi realizada apenas com cooperados, não envolvendo em nenhum momento funcionários ou informações oriundas da cooperativa.

A aplicação da pesquisa teve início na manhã do dia 14 de fevereiro de 2007 no entreposto de Cafelândia, visto ser a sede da cooperativa e considerado o principal entreposto, foram entrevistados doze cooperados. Na tarde do mesmo dia, foi aplicada a pesquisa junto a nove produtores do município de Nova Aurora, cerca de 20 km de Cafelândia. Na manhã do dia seguinte, a pesquisa prosseguiu no município de Jesuítas, cerca de 45 km de Cafelândia, com doze cooperados e na parte da tarde, em Formosa do Oeste, cerca de 60 km de Cafelândia, com mais seis cooperados. O restante da pesquisa ficou para ser concluída novamente em Cafelândia na manhã do dia 16 de fevereiro de 2007, sendo concluído um total de 55 entrevistas, 3 entrevistas a mais do que a amostragem calculada e mencionada acima.

O quadro 2 detalha a programação da visita acima descrita.

QUADRO 2 – PROGRAMAÇÃO DE LOCAIS, HORÁRIOS E NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS.

Locais – Entrepostos da Cooperativa Copacol	Data	Número de cooperados pesquisados
Entreposto de Cafelândia	14 (manhã)	12
Entreposto de Nova Aurora	14 (tarde)	9
Entreposto de Jesuítas	15 (manhã)	12
Entreposto de Formosa do Oeste	15 (tarde)	6
Entreposto de Cafelândia	16 (manhã)	16

FONTE: pesquisa de campo

Na elaboração do questionário de pesquisa, buscou-se também vincular aspectos teóricos apresentados neste trabalho.

O questionário foi estruturado da seguinte forma:

- 1) Entre as questões 1 e 6 será avaliada o que viabilizou a associação do produtor à cooperativa;
- 2) Nas questões 7 a 11 serão avaliados aspectos de geração de renda por parte da cooperativa com o cooperado;
- 3) Nas questões 12 a 18 serão avaliados os pontos referentes à relação com outros cooperados e os laços de confiança com a cooperativa;
- 4) Entre as questões 19 e 25 será avaliada a condição econômica da região e como a cooperativa e o próprio cooperado contribuem para este fator;
- 5) Nas questões 26 a 30 serão avaliados os aspectos relativos às dimensões do desenvolvimento sustentável;
- 6) E finalmente na questão 31, uma pergunta aberta, para avaliar a percepção do cooperado quanto à cooperativa como agente local que promove o desenvolvimento, bem como os principais benefícios que a cooperativa proporciona.

No quadro 3 são apresentados os grupos de perguntas, vinculados aos objetivos de cada um destes grupos, bem como a relação com os tópicos teóricos.

QUADRO 3 – DESCRITIVO DO AGRUPAMENTO DAS PERGUNTAS, OBJETIVOS E A VINCULAÇÃO COM OS TÓPICOS TEÓRICOS.

Grupo de questões	Objetivos	Tópicos teóricos
- Questões de 1 a 6	Avaliar a relação que o produtor rural criou com a cooperativa, através de informações gerais do cooperado e o motivo que o levou a tornar-se sócio da cooperativa na região.	Vinculação com criação de laços de confiança e de credibilidade do produtor rural com a cooperativa.
- Questões de 7 a 11	Verificar a formação ou o melhoramento da renda, considerando o aspecto temporal, antes e depois de ser sócio.	Vinculação com a geração de renda, que é um aspecto fundamental que leva à associação na cooperativa.

- Questões de 12 a 18	Avaliar a criação de redes de relacionamento com outros cooperados e o acesso a novos conhecimentos.	Criação de laços horizontais e de laços verticais que estão diretamente ligados à formação e ao fortalecimento do Capital Social local.
- Questões de 19 a 25	Verificar a questão econômica do cooperado e da cooperativa, bem como os motivos que o levam ao consumo e aos investimentos na região.	Relação com aspectos econômicos da região, considerando a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável.
- Questões 26 a 30	Avaliar a relação da cooperativa com a população local.	Vinculação da existência da cooperativa com as dimensões com demais dimensões do desenvolvimento sustentável (cultural, social, ambiental e econômico)
- Questão 31	Avaliar a opinião do cooperado sobre a importância e os benefícios da cooperativa agropecuária para o desenvolvimento local, municipal e regional.	Relação da cooperativa como agente que promove o desenvolvimento local

FONTE: Elaborado pelo próprio autor

Quanto à aplicação do questionário, de forma geral, os entrevistados acharam volumoso, em virtude do número de perguntas, apresentando, inclusive, algumas dificuldades para respondê-las. Nas questões de número 8 e de número 10, que tratavam de aspectos anteriores à vinculação dos entrevistados à cooperativa, ocorreu uma dificuldade para mensuração dos questionamentos quanto à renda e frequência de recebimento respectivamente. Na questão 20, que tratava do volume anual de investimentos, também foram observadas dificuldades para responder com segurança. Na questão 31, a resposta geralmente ocorreu com a citação de 1 a 3 benefícios que a cooperativa proporciona.

5.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A entrevista, em sua parte inicial, destacava o nome do cooperado, o município da sua propriedade principal e a sua idade.

A idade média dos 55 cooperados pesquisados é de 48 anos. Em relação à localização da propriedade, nos municípios de Jesuítas, Nova Aurora e Formosa do Oeste, todos os cooperados tinham suas propriedades nesses municípios, já em Cafelândia, 2 cooperados tinham sua propriedade em Corbélia, que é um município próximo à Cafelândia, de área de ação de uma outra cooperativa, mas em função da proximidade geográfica, a opção desses produtores foi de se associar à Copacol.

5.3.1 Relação do produtor rural com a cooperativa Copacol

Conforme Pavarina (2003), uma cooperativa agropecuária cria laços de confiança entre os produtores rurais, levando-os a entregar toda a sua produção na cooperativa. Considerando que o tempo de vinculação confirma a confiança do produtor na cooperativa, o resultado da pesquisa demonstra que: 93%, ou seja, 51 cooperados são sócios há mais de 10 anos, os outros quatro cooperados, evidentemente, tornaram-se sócios há menos de 10 anos.

Quanto à estrutura fundiária da propriedade, os resultados demonstraram que: 22% dos cooperados possuem área de até 10 ha – hectares; 60% com área de 11 a 50 ha; 13% com área entre 51 e 100 ha; 3% com área entre 101 e 500 ha; e apenas 2% com área acima de 500 ha. A maior parte dos cooperados pesquisados concentrou-se na distribuição fundiária entre 11 a 51 ha, comparando com a distribuição fundiária de todos os cooperados, conforme Tabela 8, nesta classificação encontram-se 43,42% de todos os cooperados, ou seja, 1.849 produtores rurais.

Para Brito & Zapata (2004), o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, que constituem seu potencial de desenvolvimento. Quanto à distância da propriedade até o entreposto da cooperativa, o resultado foi de: até 10 km, 64% dos cooperados e entre 11 e 30 km

36% dos cooperados, demonstrando assim que a cooperativa disponibiliza estrutura local necessária para o cooperado negociar a sua produção.

Quanto ao principal motivo para a associação, o resultado demonstrou que 73% dos produtores rurais se associaram em função da facilidade para comercialização da produção; 11% pela assistência técnica; 9% pelo acesso a novas tecnologias; 2% em função da possibilidade de trabalhar com novos produtos; e 5% por outros motivos, como segurança, tranquilidade e acesso a financiamentos bancários propiciados pela cooperativa. Este resultado corrobora com a citação de Bialoskorski Neto (2002) de que nas cooperativas do ramo agropecuário ocorre uma relação da cooperativa com o associado e com o mercado. Neste intuito, o principal motivo que levou o produtor a tornar-se associado é a questão comercial.

As cooperativas são constituídas para promover a aproximação econômica e social de um grupo de pessoas que teriam maiores dificuldades trabalhando individualmente. Neste intuito, as cooperativas passam a ser uma alternativa de inclusão econômica e social para as pessoas, sendo esta ação parte da própria ideologia cooperativista (RECH, 2000; BOESCHE, 2005; BIALOSKORSKI NETO, 2002).

Um total de 45 cooperados, ou seja 82%, relataram que a sua vinculação à cooperativa ocorreu em função da possibilidade de trabalhar com novos produtos que propiciavam melhores rendimentos. Além disso, dos 45 cooperados, 34 (62% dos pesquisados) confirmaram que houve incentivo da cooperativa para a associação, principalmente pela segurança na entrega da produção e pelo fato de familiares já serem associados.

Quanto à relação entre o cooperado e a cooperativa, os resultados demonstram que a cooperativa, na sua área de ação, cria laços confiança e credibilidade com o seu cooperado. Estes laços confirmaram-se em função dos seguintes aspectos:

- Tempo de vinculação, a maior parte dos entrevistados está associada há mais de 10 anos;
- A cooperativa agrupa, principalmente, o produtor de pequena estrutura fundiária, o qual teria maiores dificuldades para comercializar a sua produção agindo individualmente;

- Facilidade de acesso em função da proximidade geográfica, visto que a cooperativa atua em uma determinada região, estruturando unidades de recebimento perto das propriedades dos cooperados;
- Segurança em comercializar a produção, o cooperado tem confiança na cooperativa, com garantia do recebimento da produção entregue;
- Possibilidade de trabalhar com produtos mais rentáveis.

Os laços de confiança e credibilidade criados pela cooperativa são fundamentais para a formação do capital social. Albagli & Maciel (2003, p. 426) consideram que “o capital social constitui em um ativo resultante do pertencimento a uma dada comunidade”. A confiança criada entre os agentes pertencentes a uma rede de relacionamento é de fundamental importância na formação do capital social. A confiança possibilita uma maior interação entre os participantes, possibilitando que os resultados e os ganhos coletivos sejam maiores que os ganhos individuais.

Na Tabela 11 são apresentadas as perguntas desta etapa da entrevista, bem como as respostas mais representativas.

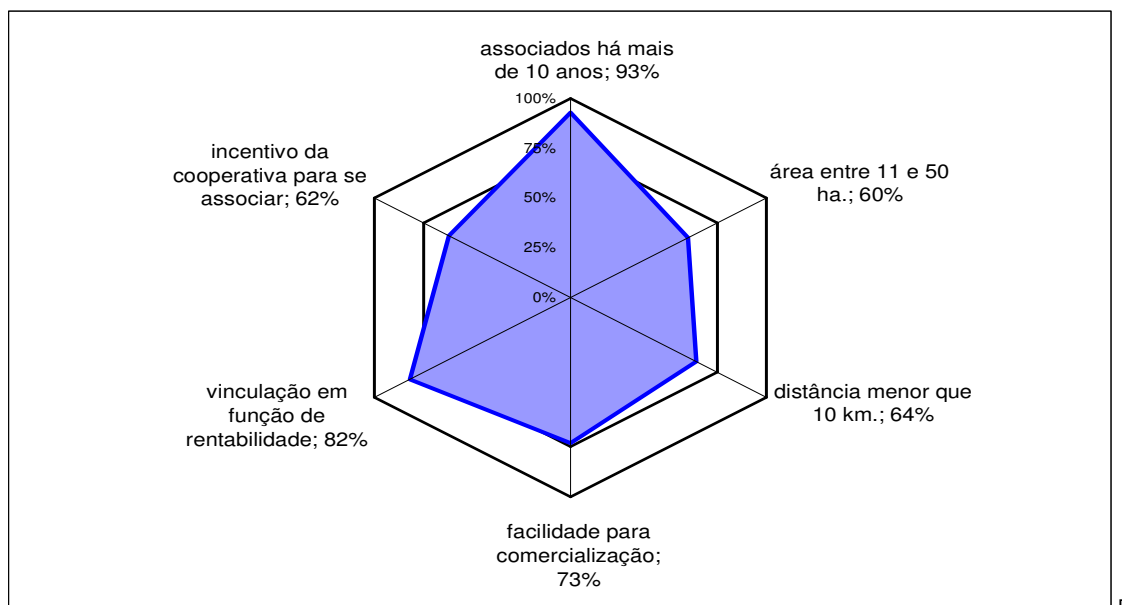
TABELA 11 – RELAÇÃO DO PRODUTOR RURAL COM A COOPERATIVA COPACOL

Item	Questão	Resposta mais representativa
Questão 1	Qual o tempo que está associado à Cooperativa?	93% estão associados há mais de 10 anos
Questão 2	Qual a área total de sua propriedade, em ha?	60% possuem área entre 11 e 50 ha.
Questão 3	Qual a distância da sua propriedade até a cooperativa?	64% com distância inferior a 10 km.
Questão 4	Qual o principal motivo que o levou a se associar à cooperativa?	73% mencionaram a facilidade para comercializar a produção.
Questão 5	A sua vinculação à cooperativa, ocorreu em função de mudança para um produto mais rentável para a região e para a cooperativa?	82% disseram que sim.
Questão 6	Respondendo “sim” na questão anterior, houve incentivo da cooperativa para a sua associação e para a mudança?	62% confirmaram que sim.

FONTE: pesquisa de campo

O gráfico 2 ilustra que os cooperados, em sua maioria, são pequenos produtores com propriedades próximas à cooperativa. Estes cooperados, geralmente, são associados há mais de 10 anos, confiam em entregar a sua produção na cooperativa para comercialização e acreditam em trabalhar com os novos produtos que a cooperativa disponibiliza.

GRÁFICO 2 - RELAÇÃO DO PRODUTOR RURAL COM A COOPERATIVA COPACOL



FONTE: pesquisa de campo

5.3.2 A cooperativa como instituição que propicia o melhoramento da renda do produtor rural

Todos os 55 entrevistados confirmaram que após a sua associação à cooperativa a sua renda melhorou. Destacaram como principais motivos o aumento da produtividade, a aquisição de bens e equipamentos, a facilidade para negociar a produção e o melhoramento da qualidade de vida.

Por outro lado, tiveram dificuldade em lembrar a evolução temporal da sua renda, visto que 35% dos entrevistados não lembravam ou não responderam quanto era a sua renda média mensal, em salários mínimos, antes da vinculação à cooperativa; 25% classificaram em até 1 salário; 35% entre 1 e 3 salários; 4% entre 3 e 6 salários e apenas 1% acima de 10 salários. Atualmente, a renda mensal gira,

para 38% dos cooperados, em torno de 3 a 6 salários; para 24% entre 6 e 10 salários; para 15% acima de 10 salários; para 15% de 1 a 3 salários, para 2% até 1 salário e para 6% não lembravam ou não responderam.

Com relação à frequência de recebimentos junto à cooperativa, 55% dos cooperados têm seus recebimentos a cada semestre, em função da colheita da safra de grãos; 27% possuem recebimentos bimestrais, em função da atividade avícola; 11% relataram como mensal; 5% trimestral; e 2% com frequência anual.

Quanto à frequência antes da associação à cooperativa, os entrevistados demonstraram: 61% com recebimentos semestrais; 24% anuais; 5% bimestral; 3% trimestral; 2% mensal; e 5% não lembravam ou não responderam.

Com relação às atividades que os produtores desenvolvem junto à cooperativa, os resultados apresentaram: 54% trabalham apenas com produtos agrícolas (grãos); 35% com produtos agrícolas e com a atividade avícola; 4% apenas com produtos avícolas; 4% apenas com produtos agropecuários; e 3% com outros.

A cooperativa agropecuária promove a geração de renda para os produtores rurais, visto que 100% dos associados confirmaram que a sua renda melhorou após a vinculação. Além da melhora da renda, a frequência também melhorou, principalmente para aqueles que desenvolvem a atividade avícola com periodicidade de recebimentos a cada bimestre.

Conforme Bialoskorski Neto (2002), as cooperativas, especialmente as de produção agropecuária, apresentam duas dimensões consideráveis, a econômica e a social. Normalmente, o foco é social, mas mantêm-se uma forte relação com a eficiência econômica. Desta forma, o fator econômico é o principal motivo que leva a pessoa a tornar-se sócio da cooperativa. Os resultados demonstram que a renda melhora e que a associação à cooperativa, para a maioria dos cooperados, se dá pela comercialização da produção, fator este também ligado à geração de renda.

Na tabela 12 são apresentadas as perguntas desta etapa da entrevista, bem como as respostas mais representativas.

TABELA 12 – A COOPERATIVA COMO INSTITUIÇÃO QUE MELHORA A RENDA DO PRODUTOR

Item	Questão	Resposta mais representativa
Questão 7	Sua renda melhorou após se associar à cooperativa?	100% confirmaram que a renda melhorou.
Questão 8	Respondendo “sim” na questão anterior, de quanto era a sua renda mensal média antes de se tornar associado e quanto é atualmente, em salários mínimos?	35% classificaram a sua renda média, antes da vinculação à cooperativa, entre 1 e 3 salários mínimos. 38% classificaram que a sua renda média está entre 3 e 6 salários mínimos.
Questão 9	Qual a periodicidade dos seus recebimentos provenientes da cooperativa?	55% com renda semestral.
Questão 10	Qual a periodicidade dos seus recebimentos antes de se tornar cooperado?	61% com renda semestral.
Questão 11	Quais atividades você desenvolve junto à cooperativa?	54% trabalham com produtos agrícolas.

FONTE: pesquisa de campo

Os resultados apresentados demonstram que todos os cooperados confirmam que a sua renda melhorou após a vinculação à cooperativa. Em relação à mensuração da renda antes da associação, a pesquisa aponta um empate entre os cooperados que não responderam ou não lembravam (35%) e os que classificaram entre 1 e 3 salários (35%). Para o período atual, a renda apresenta o maior percentual entre 3 e 6 salários (38%). Com relação à periodicidade dos recebimentos, a variação também não foi tão expressiva, diminuindo o período semestral de 61% para 55%, visto que a maioria dos entrevistados continua trabalhando com produtos agrícolas (54%) e têm os seus recebimentos semestrais.

Boesche (2005, p. 15) menciona que: “Uma cooperativa nasce a partir de um forte movimento social, se organiza economicamente e depois deve equilibrar as duas dimensões (econômica e social) na busca de excelência dos seus produtos e serviços”. A constituição de cooperativas deve ter como principal objetivo a organização, econômica e social, de um grupo autônomo de pessoas que desenvolvem a mesma atividade. O cooperativismo brasileiro tem atuado no

desenvolvimento destes aspectos, os quais fazem parte da própria filosofia, ou seja, a responsabilidade econômica e social junto ao seu grupo de cooperados.

A pesquisa também considerou apenas os 36 cooperados que responderam as duas questões da variação da renda. Os resultados demonstram que, antes da vinculação, a renda concentrava-se 94% em até 3 salários mínimos. Atualmente apenas 17% concentra-se neste patamar de até 3 salários; de 3 a 6 salários mínimos concentram-se atualmente 44% dos cooperados. Salienta-se que muitos cooperados citaram que, antes da vinculação à cooperativa, trabalhavam na propriedade dos pais, justificando também a renda inferior. O resultado geral está demonstrado na tabela 13.

Com relação aos demais 19 cooperados, os mesmos tiveram dificuldades em lembrar ou responder a renda antes da sua vinculação à cooperativa, pois exerciam atividades junto da família e não possuíam renda separada ou, ainda, devido ao longo tempo de vinculação e alterações de moedas na economia brasileira, não conseguiram mensurar essa renda em salários mínimos.

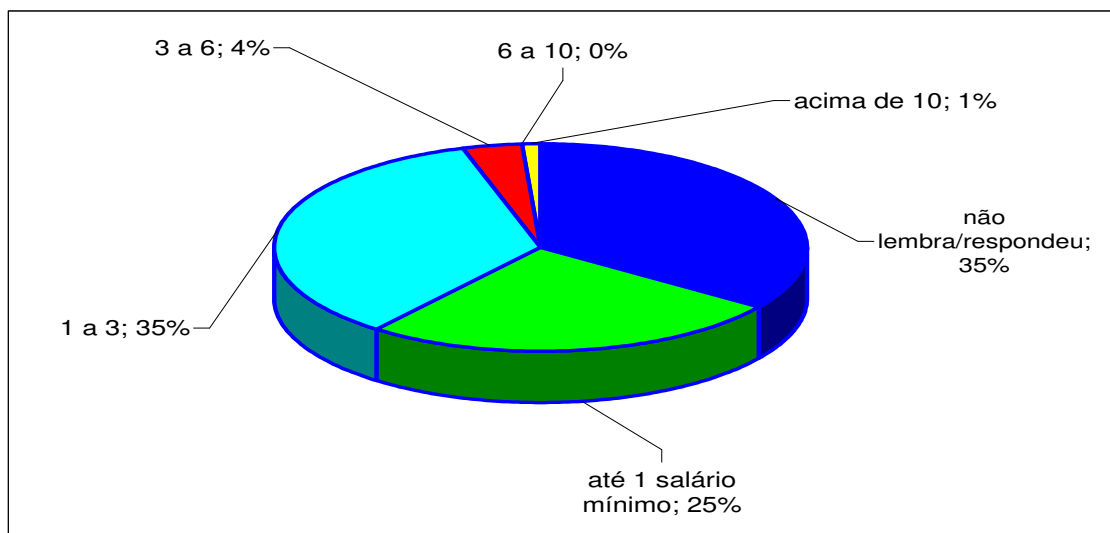
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DA RENDA DOS 36 COOPERADOS QUE MENSURARAM A RENDA ANTERIOR À VINCULAÇÃO NA COOPERATIVA E À RENDA ATUAL

Evolução salarial (em salários mínimos)	Antes da vinculação à cooperativa (%)	Atualmente (%)
Até 1	36	0
De 1 a 3	58	17
De 3 a 6	3	44
De 6 a 10	0	17
Acima de 10	3	22

FONTE: pesquisa de campo

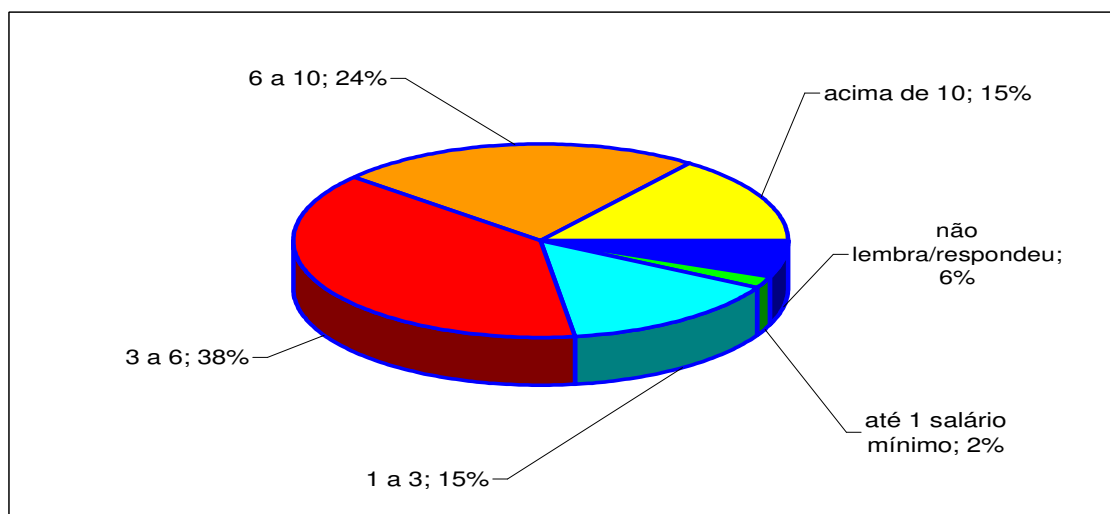
Nos gráficos 3 e 4 são apresentadas as variações de renda, antes e depois da vinculação à cooperativa, de todos os cooperados, incluídos os que responderam as questões sobre renda, bem como aqueles que não responderam ou não lembravam.

GRÁFICO 3 – RENDA MÉDIA DO PRODUTOR ANTES SE ASSOCIAR À COOPERATIVA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)



FONTE: pesquisa de campo

GRÁFICO 4 – RENDA MÉDIA ATUAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)



FONTE: pesquisa de campo

Os cooperados tiveram dificuldades de mensurar a sua renda, em salários mínimos, antes da vinculação com a cooperativa. Percebeu-se que, devido à maioria dos cooperados estar vinculada há mais de 10 anos, ocorreu uma considerável dificuldade de lembrar e dimensionar este valor. Com base nestas considerações, buscou-se no Censo Agropecuário do IBGE do ano de 1985 e 1995 a renda média dos produtores no Estado do Paraná, apresentadas na Tabela 14.

TABELA 14 – TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS, SEGUNDO O PRODUTOR RURAL PARANANENSE.**1985 - entre 01/01/1985 e 31/12/1985 - Em milhões de Cz\$.**

Grupos de Atividades Econômicas	Receitas Totais Informadas	Número de produtores informantes	Despesas Totais Informadas	Número de produtores informantes
Agricultura	17.093.999	352.134	9.561.156	349.259
Pecuária	3.474.787	78.405	1.674.963	85.735
Agropecuária	316.222	9.754	179.262	9.719
Horticultura e Floricultura	105.903	2.296	37.758	2.276
Silvicultura	643.425	885	174.796	1.453
Avicultura	1.280.690	4.221	999.988	4.147
Cunicultura e Apicultura	58.032	2.333	32.620	2.302
Extração Vegetal	351.956	4.267	74.957	4.064
⁽¹⁾ TOTAL	23.325.014	454.295	12.735.500	458.955
⁽²⁾ Receita e Despesa média por informante	Cz\$ 51.343.320,97		Cz\$ 27.748.907,84	
⁽³⁾ Renda anual média	Cz\$ 23.594.413,12			
⁽⁴⁾ Renda mensal média	Cz\$ 1.966.201,09			
⁽⁵⁾ Renda média em salários mínimos	6,10			

1995/1996 - entre 01/08/1995 e 31/07/1996 - Em mil de R\$.

Grupos de Atividades Econômicas	Receitas Totais Informadas	Número de produtores informantes	Despesas Totais Informadas	Número de produtores informantes
Lavoura temporária	2.821.197	187.230	1.504.719	188.389
Horticultura	69.071	5.967	36.539	6.066
Lavoura permanente	151.481	16.982	104.351	18.811
Pecuária	1.463.574	78.104	957.185	85.915
Produção mista	401.210	59.999	237.456	59.966
Silvicultura e Florestal	168.029	5.017	114.122	5.501
Pesca e Aquicultura	7.684	387	5.029	385
Carvão vegetal	4.271	397	928	395
⁽¹⁾ TOTAL	5.086.517	354.083	2.960.329	365.428
⁽²⁾ Receita e Despesa média por informante	R\$ 14.365,32		R\$ 8.100,99	
⁽³⁾ Renda anual média	R\$ 6.264,33			
⁽⁶⁾ Renda mensal média	R\$ 522,03			
⁽⁵⁾ Renda média em salários mínimos	5,07			

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985 E DE 1995. Os dados foram trabalhados pelo autor.

(1) As informações foram obtidas pelo total das receitas e pelo total das despesas, bem como pelo número de produtores que participaram da pesquisa.

(2) Refere-se à divisão da receita e da despesa pelo número de informantes que resultou na receita e despesa média.

(3) Refere-se à renda anual média que foi obtida pela diferença entre a receita média e a despesa média.

(4) Corresponde à renda mensal média, obtida pela renda anual dividida por 12 meses.

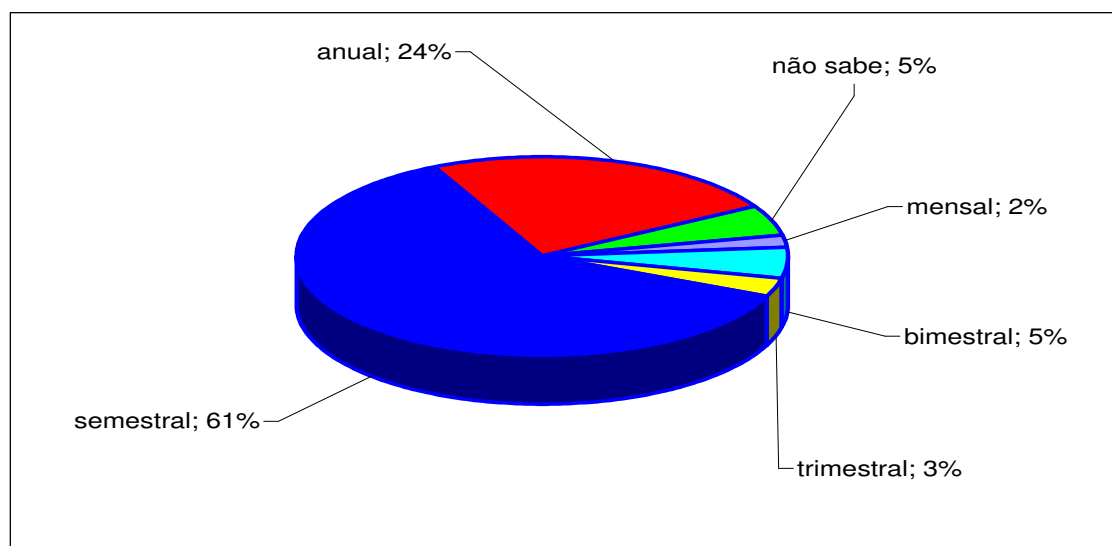
(5) Corresponde à renda média em salários mínimos, a qual foi obtida pela renda mensal dividida por CZ\$ 322.080,00 que era o salário mínimo médio do ano de 1985.

(6) Refere-se à renda média em salários mínimos, a qual foi obtida pela renda mensal dividida por R\$ 103,00 que era o salário mínimo médio no período de agosto de 1995 e julho de 1996.

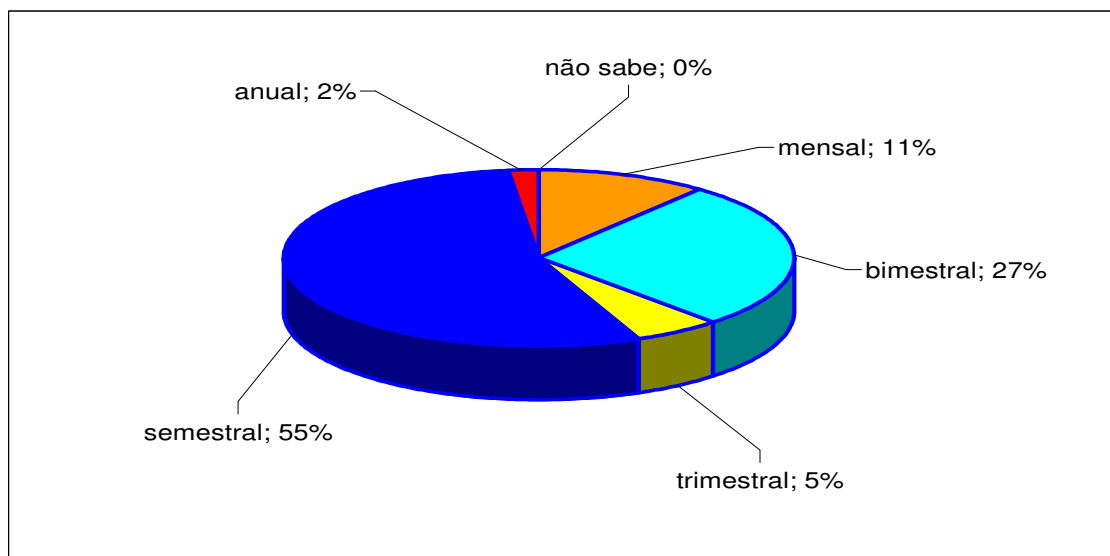
A tabela 15 demonstra as informações oficiais do Censo Agropecuário do IBGE de 1985 e de 1995/1996. Neste período observa-se que o salário mínimo do produtor rural, considerando todos os tipos de atividades econômicas, variou de 6,10 para 5,07 salários mínimos. Outro ponto relevante é que diminuiu a quantidade de informantes, em torno de 100.000 produtores rurais. Outro elemento que foi verificado diz respeito à variação apenas das atividades voltadas à agricultura e à pecuária, em função de serem os produtos que, normalmente, os produtores da Cooperativa Copacol trabalham. Para esta verificação considerou-se, no ano de 1985, as atividades de agricultura, pecuária, agropecuária e avicultura, nestas atividades o salário mínimo foi de 5,75 por produtor, reduzindo em relação à média geral. Já para o período de 1995/1996 foram consideradas as atividades de lavoura temporária, lavoura permanente e pecuária, nestas atividades o salário mínimo foi de 5,63 por produtor, aumentando em relação à média geral. Em ambas as situações, não ocorreram variações muito significativas.

Quanto à periodicidade dos recebimentos, a mesma está apontada nos gráficos 5 e 6, considerando também o período anterior e o período atual. Salientando que diminuiu o prazo anual e aumentou o prazo bimestral, em função à atividade avícola, que propicia uma maior freqüência nos recebimentos.

GRÁFICO 5 – PRAZO DE RECEBIMENTO ANTES DA VINCULAÇÃO À COOPERATIVA



FONTE: pesquisa de campo

GRÁFICO 6 – PRAZO DE RECEBIMENTO ATUAL

FONTE: pesquisa de campo

5.3.3 A cooperativa promovendo a formação de uma rede de relacionamentos e acesso a novos conhecimentos

A cooperativa aproxima e melhora o relacionamento entre os cooperados, além de promover o acesso a novos conhecimentos e a novas tecnologias. Putnam (2000, p. 103) destaca a criação de associações civis da seguinte forma: “As associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade”.

Quanto ao melhoramento da relação com outros cooperados, 98% dos cooperados entrevistados confirmaram que com a participação na cooperativa melhorou a relação com outros produtores cooperados. A troca de informações foi para 48% dos entrevistados com a relação mais importante; 22% citaram a relação profissional e tecnológica; para 17% a relação social; e para 13% a relação social.

Quanto à participação em eventos e treinamentos promovidos pela cooperativa, 85% dos entrevistados confirmaram que participam destes eventos. Entre a quantidade de participações no último ano, 46% confirmaram a participação entre 3 e 5 eventos; 30% participaram de até 3 eventos; 15% entre 5 e 10; e 9% acima de 10 eventos. Todos os cooperados que participam dos treinamentos

confirmaram que adquiriram novos conhecimentos. Entre os conhecimentos mais importantes, 52% destacaram os conhecimentos em tecnologia; 31% no manejo da produção; 12% no conhecimento comercial; e 5% em conhecimentos financeiros. Os entrevistados pontuaram com a nota média de 8,8546 a qualidade dos cursos que participaram.

De forma geral, os resultados demonstram que a cooperativa é uma instituição que promove a participação e a aproximação entre os produtores rurais. Esta aproximação fortalece os laços horizontais entre os cooperados, pois os treinamentos e eventos possibilitam reunir vários cooperados em um mesmo local, acontecendo nesta ocasião a troca de informações. A participação em cursos e treinamentos fortalece também os laços verticais, possibilitando assim que os cooperados adquiram novos conhecimentos sobre a sua atividade.

O cooperado A. B. do município de Cafelândia, que possui uma das matrículas mais antigas na cooperativa, sintetizou a importância da cooperativa na união dos cooperados da seguinte forma: “A cooperativa promove encontros como o ‘dia de campo’ onde os cooperados se reúnem, trocam informações e aprendem novas formas de lidar com a produção, fortalecendo assim a relação social entre todos”.

Na tabela 15 são apresentadas as perguntas desta etapa da entrevista, bem como as respostas mais representativas.

TABELA 15 – FORMAÇÃO DE REDES DE RELACIONAMENTO E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS

Item	Questão	Resposta mais representativa
Questão 12	Com a participação na cooperativa, melhorou a sua relação com outros cooperados?	98% disseram que melhorou a relação com outros produtores.
Questão 13	Respondendo “sim” na questão anterior, que relação você considera mais importante com os outros produtores?	47% citaram a troca de informações.
Questão 14	Você participa dos eventos/treinamentos promovidos pela cooperativa?	85% participam dos eventos e treinamentos.
Questão 15	Respondendo “sim” na questão anterior, em quantos eventos/treinamentos você participou no último ano?	46% participaram entre 3 e 5 eventos/treinamentos.

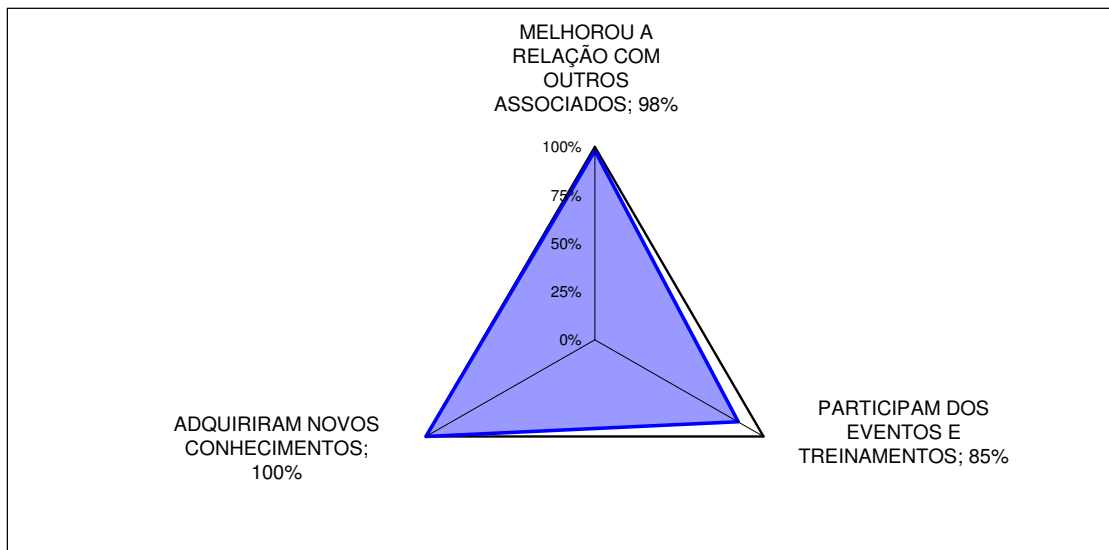
Questão 16	Estes eventos/treinamentos propiciaram novos conhecimentos?	100% dos que participaram adquiriram novos conhecimentos.
Questão 17	Respondendo “sim” na questão anterior, em que áreas você adquiriu conhecimentos mais importantes?	52% adquiriram novos conhecimentos na área tecnológica.
Questão 18	Se você participou de eventos/treinamentos que nota (de 0 a 10) você daria para conhecimentos que o ajudaram a melhorar a sua produtividade e a sua rentabilidade?	Nota média 8,8546

FONTE: pesquisa de campo

De forma geral, os resultados apresentaram altos índices de que a cooperativa melhora a relação com outros cooperados e alto índice na participação dos eventos/treinamentos com ganhos de novos conhecimentos, fortalecendo assim o capital social local.

No gráfico 7 são destacados os aspectos relevantes na formação de redes de relacionamento e de novos conhecimentos.

GRÁFICO 7 – FORMAÇÃO DE REDES DE RELACIONAMENTO E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS



FONTE: pesquisa de campo

A pesquisa também demonstrou que a troca de informações tem um grande peso na relação entre os cooperados e que o conhecimento tecnológico é o mais importante nos eventos e treinamentos que os cooperados participam, contribuindo para a formação de laços horizontais e de laços verticais.

Corroborando com a importância da formação do capital social em uma comunidade local, López & Durston (2006, p.107) citam a importância do capital social na formação dos grupos, discorrendo que este capital é propriedade dos indivíduos pertencentes aos grupos, através da seguinte citação: “Los grupos se multiplican para formar asociaciones de trabajo, comunidades y sociedades regionales con capital social. En esta transformación, los propietarios del capital social pasan de ser dos individuos a ser actores colectivos, o a ser la sociedad en su conjunto”.

5.3.4 Avaliação do cooperado em relação à dimensão econômica da região

Os resultados demonstraram que 78% dos cooperados entrevistados gastam entre 81 e 100% da sua renda nos municípios de atuação da cooperativa, 16% gastam entre 61 e 80% e 6% entre 41 e 60% da renda. Entre os motivos que levam os entrevistados a consumir na região, 48% disseram que a disponibilidade é o principal motivo, 28% a qualidade, 22% o preço e 2% outros motivos. Quando necessitam adquirir os produtos e serviços em outra região, o principal motivo também é a disponibilidade com 41%, seguido do preço com 40%, 15% a qualidade e 4% outros motivos.

Todos os cooperados confirmaram que a região tem uma forte dependência dos preços dos produtos agrícolas. Como sugestão, 42% dos cooperados acreditam que a região deve aprofundar a industrialização para agregar mais valor à produção, 31% demonstraram que deve-se manter a produção agrícola para garantir mais renda, mesmo que tenha que mudar a cultura, 24% demonstraram que deve-se buscar alternativas não vinculadas aos produtos agrícolas e 3% relataram que deve-se criar mais possibilidades de comércio na região.

Quanto à participação da cooperativa no processo econômico local, 60% dos cooperados demonstraram que a principal função da cooperativa é a organização dos produtores e trabalhadores, 33% acreditam que a importância da cooperativa é fortalecer a industrialização ou o fortalecimento da produção, 4% não responderam ou não sabiam, 2% acreditam que a importância da cooperativa tende a reduzir pela diversificação e 1% citaram outras opções.

Em relação a seus investimentos, os resultados demonstraram que 42% dos cooperados investem mais de 20% da sua renda, 31% entre 11 e 20% e 27% investem até 10% da sua renda. Este patamar demonstra que o cooperado investe na sua atividade, principalmente com a aquisição de máquinas e equipamentos.

Na Tabela 16 são apresentadas as perguntas desta etapa da entrevista, bem como as respostas mais representativas.

TABELA 16 – AVALIAÇÃO DO COOPERADO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO ECONÔMICA DA REGIÃO

Item	Questão	Resposta mais representativa
Questão 19	Qual o percentual da sua renda é gasto na região?	78% disseram que gastam entre 81 e 100% na região.
Questão 20	Que motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços na sua região?	48% pela disponibilidade dos produtos.
Questão 21	Que motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços fora da sua região?	41% pela disponibilidade dos produtos.
Questão 22	Há uma forte dependência da região com os preços dos produtos agrícolas?	100% disseram que sim.
Questão 23	Respondendo “sim” na questão anterior, qual a sua sugestão?	42% disseram que deve ser aprofundada a industrialização.
Questão 24	Ainda em caso de “sim”, qual a participação da cooperativa neste processo?	60% responderam que a cooperativa é importante para organizar os produtores e trabalhadores politicamente.
Questão 25	Quanto da sua renda anual é investida?	42% responderam que acima de 20%

FONTE: pesquisa de campo

Com relação à dimensão econômica, a pesquisa demonstrou que os cooperados entrevistados preferem gastar, pela disponibilidade dos produtos, os seus recursos na própria região. A região também é muito dependente dos preços dos produtos agrícolas, desta forma os entrevistados demonstraram que a região deve investir mais na industrialização e que a cooperativa é importante para organizar os produtores e trabalhadores. Mesmo com os maiores investimentos na industrialização, os cooperados afirmam que a principal atribuição da cooperativa

continua sendo a organização econômica e geração de renda para os cooperados e colaboradores.

5.3.5 Avaliação do cooperado sobre a importância da cooperativa para as dimensões do Desenvolvimento Sustentável Regional

A parte final da pesquisa teve como objetivo observar a importância da cooperativa em relação às dimensões do desenvolvimento sustentável, avaliando-se a importância para a dimensão econômica, a dimensão social, a dimensão ambiental e a dimensão cultural.

Nas respostas das perguntas, os entrevistados classificaram em graus crescentes de importância, variando entre nenhuma, pouca, média e muita importância. Salienta-se também que alguns cooperados não sabiam avaliar este grau de importância e optaram em não responder.

Quanto à dimensão econômica, os resultados demonstraram que 84% dos cooperados classificaram que a cooperativa tem muita importância na organização econômica local; 9% com média; 2% com pouca importância; e 5% não responderam ou não sabiam. Os principais motivos citados pelos cooperados para confirmar a importância é o fortalecimento do comércio, a geração de empregos diretos e indiretos e o fato de a cooperativa funcionar como um agente regulador regional de preços, principalmente em função das lojas de supermercados e de insumos.

Com relação à dimensão social, através de duas perguntas, uma voltada à questão da saúde e outra à educação. Com relação à saúde da população local, 42% dos entrevistados classificaram a cooperativa com média importância; 35% com muita; 8% com pouca importância; 2% com nenhuma importância; e 13% não responderam ou não sabiam responder. Os motivos citados pelos cooperados para confirmar a importância da cooperativa é a disponibilização de um plano de saúde para cooperados, funcionários e os respectivos familiares e a promoção de palestras que visam a saúde das pessoas. Com relação à educação da população local, 49% dos entrevistados classificaram a cooperativa com muita importância; 40% com média; 4% com pouca importância; 2% com nenhuma importância; e 5% não responderam ou não sabiam responder, os motivos citados pelos cooperados para confirmar a importância da cooperativa é a viabilização de uma bolsa auxílio para

estudantes de instituições particulares e a viabilização de um projeto que visa educar as crianças e os jovens sobre a conservação do meio-ambiente.

Com relação ao meio-ambiente, 91% dos entrevistados classificaram a cooperativa com muita importância; 7% com média; e 2% com pouca importância. A maioria dos entrevistados citou, principalmente, a iniciativa da cooperativa em disponibilizar mudas para recuperação das matas ciliares, nos rios, nascentes e córregos da região. Outro ponto também citado na questão ambiental, foi a orientação no manuseio de lixos tóxicos e embalagens de produtos químicos.

Com relação à dimensão cultural, 51% dos entrevistados classificaram a cooperativa com muita importância, 35% com média, 2% com pouca importância, 3% com nenhuma importância e 9% não responderam ou não sabiam. Como principais motivos para ilustrar a preocupação com os aspectos culturais foram citados os comitês educativos de mulheres e jovens e as palestras para difundir os valores cooperativistas.

Em questão aberta, buscou-se avaliar junto ao cooperado a percepção sobre a cooperativa como entidade que promove o desenvolvimento da região. Avaliando os resultados, destacam-se as quatro principais percepções:

- 29% dos entrevistados citaram que a cooperativa promove o desenvolvimento regional pela comercialização dos produtos, visto que transmite credibilidade, tranquilidade e segurança ao cooperado;
- 17% relataram que a assistência técnica dirigida, realizada pela cooperativa, melhora a qualidade ou a produtividade da produção do cooperado;
- 13% citaram a cooperativa como principal entidade que promove desenvolvimento e qualidade de vida da população local;
- 9% dos entrevistados mencionaram que a cooperativa promove o desenvolvimento, pois possibilita que os produtores trabalhem com novos produtos, como por exemplo a avicultura, que melhora a renda regional.

Nesta questão, como já mencionado anteriormente, os cooperados responderam citando de 1 a 3 benefícios que a cooperativa possibilita.

Na tabela 17 são apresentadas as perguntas desta etapa da entrevista, bem como as respostas mais representativas.

TABELA 17 – AVALIAÇÃO DO COOPERADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL

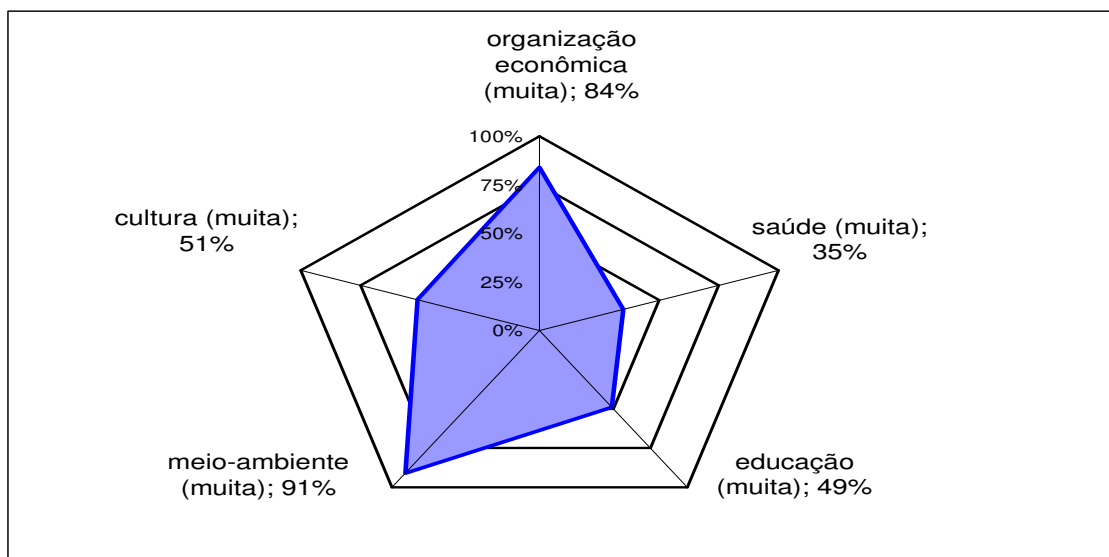
Item	Questão	Resposta mais representativa
Questão 26	Qual a importância da cooperativa para a organização econômica local?	84% deram muita importância para a cooperativa.
Questão 27	Qual a importância da cooperativa para a saúde da população local?	42% deram média importância para a cooperativa.
Questão 28	Qual a importância da cooperativa para a educação da população local?	49% deram muita importância para a cooperativa.
Questão 29	Qual a importância da cooperativa para o meio-ambiente da região?	91% deram muita importância para a cooperativa.
Questão 30	Qual a importância da cooperativa para a cultura da população local?	51% deram muita importância para a cooperativa.
Questão 31	Qual a sua percepção da cooperativa como entidade que promove o desenvolvimento da região? Quais os benefícios?	29% destacaram, dentro da sua percepção, que a cooperativa desenvolve a região porque comercializa a produção do cooperado.

FONTE: pesquisa de campo

Em relação às dimensões do desenvolvimento sustentável, os resultados apontam que a cooperativa desenvolve, em todas as dimensões, alguma atividade em benefício direto ou indireto para a população.

A organização econômica regional e a preocupação ambiental foram os itens com maior destaque nesta parte da pesquisa e foram classificados com muita importância dada pela cooperativa. Apenas com relação à saúde o maior percentual foi em relação à importância média. Nos demais, os entrevistados classificaram a cooperativa com muita importância. A evolução percentual é ilustrada no gráfico 8.

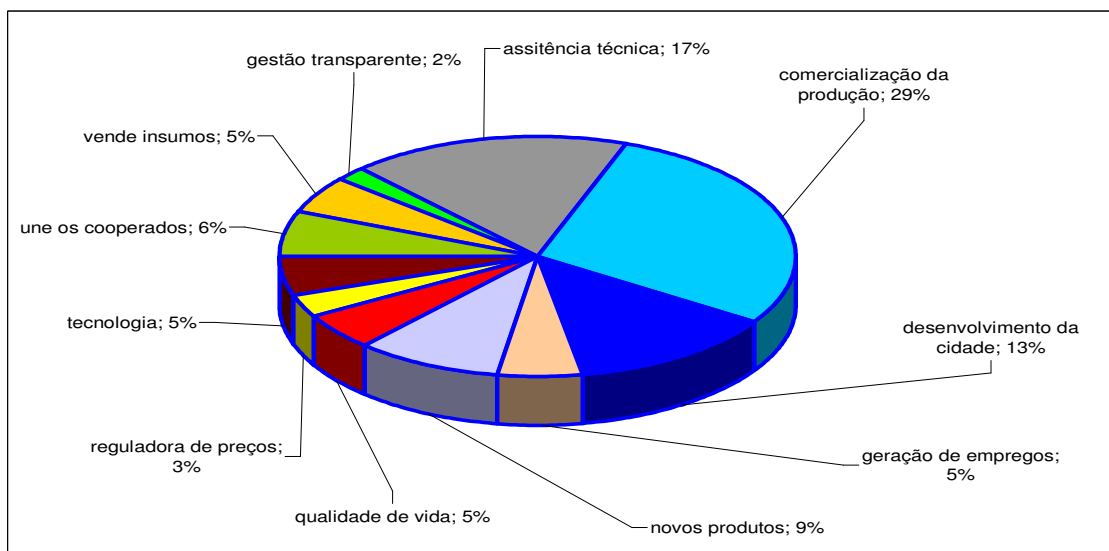
GRÁFICO 8 - AVALIAÇÃO DO COOPERADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL



FONTE: pesquisa de campo

Quanto à questão aberta, no gráfico 9 é demonstrada a classificação de todos os benefícios que, na percepção dos cooperados, justificam a importância da cooperativa como agente que promove o desenvolvimento regional.

GRÁFICO 9 - PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A COOPERATIVA COMO ENTIDADE QUE PROMOVE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



FONTE: pesquisa de campo

Após a conclusão da tabulação dos dados, buscou-se verificar também se ocorria correlação entre as respostas dos cooperados através da realização de alguns cruzamentos.

Como método para avaliação da correlação utilizou-se a estatística não-paramétrica. Este modelo é aplicado a conjuntos de dados, nos quais as suposições distribucionais necessárias para a aplicação de uma técnica clássica (conhecida como estatística paramétrica) não são satisfatoriamente atendidas, ou ainda, quando as variáveis sobre as quais se pretende inferir são coletadas a um nível ordinal ou nominal de mensuração, portanto, não havendo uma quantificação das mesmas (CAMPOS, 1983; SIEGEL, 1975).

Para o conjunto de dados em questão, aplicou-se o teste não-paramétrico χ^2 (Qui-Quadrado). Este teste consiste em detectar significância estatística da diferença entre duas variáveis e foram definidas e testadas as seguintes hipóteses:

- Hipótese nula, H0: Não há associação entre os grupos, ou seja, as variáveis são independentes.
- Hipótese alternativa, Ha: Há associação entre os grupos, ou seja, as variáveis são dependentes.

Testa-se a hipótese nula obtendo a estatística:

$$\chi^2 = \frac{\sum (O - E)^2}{E} \quad \text{onde} \quad \begin{cases} O \rightarrow \text{Frequência Observada} \\ E \rightarrow \text{Frequência Esperada} \end{cases}$$

Obtemos os valores críticos de χ^2 através da consulta a tabela de χ^2 , definindo o nível de significância e os graus de liberdade:

$$g.l. = (r - 1)(k - 1) \quad \text{em que} \quad \begin{cases} r \rightarrow \text{número de linhas} \\ k \rightarrow \text{número de colunas} \end{cases}$$

Uma exigência do teste é que o número de células, com frequência esperada inferior a 5, deve ser menos de 20% do total de células. Portanto, para os casos em que não foi possível atender esta exigência, utilizou-se a Correção de Yates (ou Correção de Continuidade), substituindo a fórmula do χ^2 indicada acima por:

$$\chi^2 = \frac{\sum (|O - E| - 0,5)^2}{E} \quad \text{onde} \quad \begin{cases} O \rightarrow \text{Frequência Observada} \\ E \rightarrow \text{Frequência Esperada} \end{cases}$$

Após as considerações estatísticas demonstradas, utilizou-se este método para verificar alguns cruzamentos⁴¹ entre os resultados tabulados do questionário aplicado. Com grau relevante de significância foram observados os resultados expressivos em três situações abaixo:

a) Renda média mensal X Tamanho da propriedade

- Hipótese nula, H0: A renda mensal do cooperado não depende do tamanho da propriedade.

- Hipótese alternativa, Ha: A renda mensal do cooperado depende do tamanho da propriedade.

renda \ área	Até 10 ha.	Acima de 10 ha.
Até 6 salários mínimos	10	19
Acima de 6 salários mínimos	1	20

Qui-quadrado (com correção de Yates) = 4,66

p-valor = 0,03

⁴¹ Foram realizados 19 diferentes tipos de cruzamentos entre os resultados do questionário aplicado aos cooperados da Copacol. A renda atual foi cruzada com tamanho da propriedade, atividade do cooperado, gastos, investimentos, conhecimento e renda anterior; o tamanho da propriedade foi cruzado com a atividade do cooperado, gastos e investimentos; novos conhecimentos foram cruzados com o motivo da associação à cooperativa, à cultura e à educação; a participação da cooperativa foi cruzada com a organização econômica e com a dimensão cultural; educação foi cruzada com a organização econômica e com o meio ambiente; meio ambiente foi cruzado com a saúde e com a organização econômica; e os gastos foram cruzados com os investimentos. Os três cruzamentos apresentados foram os únicos com grau de significância que permitiram inferir análises de tendência. Esclarece-se que a falta de relação, com significância estatística, para as demais análises não rejeita por completo a hipótese, já que em alguns casos houve uma concentração de respostas que não permitiram qualificar melhor a correlação. Neste caso, aponta-se, em realidade, novas escalas analíticas para o questionário em futura replicação do método para outro objeto de estudo.

Desta forma, com 97% de confiança, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, pode-se afirmar que, estatisticamente, o tamanho da propriedade tem influência na renda dos cooperados. Desta forma, o cooperado que possui a atividade agrícola atingirá uma renda mais considerável à medida que aumenta o tamanho da sua propriedade e esta área, obviamente, seja utilizada para explorar a atividade agrícola.

b) Atividade do cooperado X Tamanho da propriedade

- Hipótese nula, H_0 : A atividade não depende do tamanho da propriedade do cooperado.

- Hipótese alternativa, H_a : A atividade depende do tamanho da propriedade do cooperado.

atividade \ área	Até 10 ha.	Acima de 10 ha.
Produtos agrícolas	10	22
Produtos Agrícolas e Industrializados	1	20

Qui-quadrado (com correção de Yates) = 3,92

p-valor = 0,05

Nesta ocasião, com 95% de confiança, também rejeita-se a hipótese nula, ou seja, pode-se afirmar que, estatisticamente, a atividade dos cooperados depende do tamanho de suas propriedade, ou seja, o produtor que desenvolver basicamente a atividade agrícola (54% trabalham com produtos agrícolas) dependerá diretamente do tamanho da sua propriedade.

c) Renda média mensal antes de se tornar cooperado X Renda média mensal após se tornar cooperado.

- Hipótese nula, H_0 : A renda atual não difere da renda anterior.

- Hipótese alternativa, H_a : A renda atual difere da renda anterior.

Renda atual \ Renda anterior	Até 1 salário	Mais de 1 salário	Não lembra ou não respondeu
	De 1 a 3 salários mínimos	6	0
De 3 a 6 salários mínimos	7	10	4
De 6 a 10 salários mínimos	1	12	8
Não lembra ou não respondeu	0	0	5

Qui-quadrado (com correção de Yates) = 15,73

p-valor = 0,02

Neste último cruzamento, observa-se, com 98% de confiança, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, pode-se afirmar que existe diferença significativa entre a renda atual dos cooperados e a renda antes de associar-se. Este indicador confirma que o vínculo do produtor com a cooperativa ocorre em função de aspectos econômicos e a sua continuidade, como associado, somente se dará com o crescimento da renda.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo possibilitou observar os pontos apresentados no embasamento teórico, no que tange a relação entre capital social e cooperativismo, aplicados em uma dinâmica local. Conforme mencionado nas perguntas de pesquisa, questionava-se se: o processo de desenvolvimento local está associado ao tipo de organização local existente?

Não foi possível confirmar, através da pesquisa de campo, se a criação de uma cooperativa agropecuária é resultado direto da existência de um capital social estruturado entre os produtores rurais, porém observou-se que a existência da cooperativa fortalece a relação entre os cooperados e propicia o fortalecimento do capital social.

Verificou-se também, através da pesquisa de campo, que a cooperativa agropecuária é uma instituição importante para a organização do produtor rural,

principalmente quanto à organização econômica. Esta importância ficou claramente evidenciada nas questões abaixo destacadas:

- Questão 4 – a cooperativa facilita a comercialização da produção do cooperado;
- Questão 7 – a instituição cooperativa possibilita o melhoramento da renda;
- Questão 12 – a cooperativa possibilita o melhor relacionamento entre os produtores rurais associados, fortalecendo os laços horizontais;
- Questão 16 – são propiciados, pela cooperativa, o acesso a novos conhecimentos, fortalecendo os laços verticais;
- Questão 24 – a cooperativa é importante para organizar produtores e trabalhadores na região;
- Questões 26 a 30 – a cooperativa é vista como agente importante que contribui para o desenvolvimento local, pois tem importância relevante nas dimensões do desenvolvimento sustentável.

A vinculação do produtor rural à cooperativa é viabilizada por laços basicamente econômicos, tendo como fator principal a facilidade para comercializar a produção. Com o produtor rural associado começam a expandir outras dimensões do desenvolvimento sustentável. O produtor associado, principalmente, pelo acesso a informações e educação⁴². Tanto a educação como o acesso a novas informações ocorrem por meio da rede de contatos propiciada pela cooperativa, pelos treinamentos de capacitação técnica, pelos eventos e pela estruturação de comitês. Estes aspectos promovem novos conhecimentos aos cooperados em áreas ligadas ao social, ao cultural e ao ambiental.

Após o tratamento dos dados e as análises efetuadas através da estatística não paramétrica, três evidências foram confirmadas. Na primeira, a condição de renda do cooperado depende do tamanho da sua propriedade; na segunda, a hipótese alternativa confirmada é que a atividade do cooperado depende do tamanho da propriedade; e na correlação entre as rendas, também foi observado que a renda melhorou após a vinculação à cooperativa.

⁴² Aspectos como informação e educação são relevantes para o desenvolvimento do cooperado e estão previstos na doutrina cooperativista, sendo o quinto dos princípios mundiais do cooperativismo.

Um dos pontos que confirmou substancialmente a importância da cooperativa para o produtor rural é o tempo de vinculação acima de 10 anos. Este fator demonstra a criação de laços de confiança e credibilidade com a organização e contribui para a formação e fortalecimento do capital social da comunidade cooperada. Durante a pesquisa, esse fator, levou os entrevistados, principalmente os que ajudaram na constituição da cooperativa, a se referirem às dificuldades que enfrentavam pessoalmente, ou na família, nos períodos que ficavam na dependência de outros tipos de organizações e empresas que recebiam a produção, pois estas instituições nem sempre honravam com os compromissos junto aos produtores ou nem sempre pagavam os preços adequados. O cooperado R.C., um dos mais antigos associados à Copacol, enfatizou a iniciativa da constituição da cooperativa e lembrou uma frase que foi dita, em uma das reuniões para constituição, pelo Padre Luis Luise: “A cooperativa deu certo com os produtores na Europa, vai dar certo com os produtores aqui da nossa região”.

CONCLUSÕES

Uma comunidade local organizada irá agir de forma coletiva e com objetivos comuns, além de estabelecer melhores condições para propiciar o desenvolvimento local próprio de forma sustentável.

Esta dissertação tinha como objetivo principal avaliar se o processo de desenvolvimento está vinculado à organização local existente. Neste sentido, buscou-se verificar a importância da organização cooperativa agropecuária para o desenvolvimento local, especificamente nos municípios da área de atuação da Cooperativa Copacol, no Oeste do Estado do Paraná. Observou-se, por meio da pesquisa de campo e histórico da região estudada, que a cooperativa agropecuária facilita a organização da comunidade de produtores rurais de um determinado local. Os cooperados (que são os maiores interessados) pertencem à comunidade e os resultados oriundos das atividades da cooperativa são investidos no mesmo local. Desta forma, o processo de desenvolvimento da região está associado ao tipo de organização existente, desde que esta possua uma característica de desenvolvimento endógeno, como foi o caso da cooperativa estudada, sendo possível observar esse fator tanto na discussão teórica quanto na pesquisa de campo.

Este trabalho buscou verificar as relações teóricas existentes entre o capital social, o cooperativismo e o desenvolvimento local. Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas, verificou-se que existe uma ligação entre estes conceitos, pois o desenvolvimento local é limitado a uma determinada região e a cooperativa, que é uma instituição que presta serviços aos cooperados, também tem a sua atuação direcionada a um determinado local. A instituição cooperativa, através da organização econômica e social do grupo de cooperados, propiciará a formação e o fortalecimento do capital social, que é um fator de grande relevância para o desenvolvimento da comunidade. Estas organizações contribuem para a geração de renda, organização e promovem o desenvolvimento sustentável da região.

A pesquisa de campo evidenciou que o principal motivo que leva o produtor rural a entrar (e se manter) como associado na cooperativa é o aspecto econômico e comercial. Enquanto lhe for conveniente no aspecto econômico e a cooperativa

defender os interesses do seu grupo de associado, existirá o interesse individual, o qual proporcionará o ganho coletivo.

Além do fator econômico, os resultados da pesquisa de campo também demonstraram que uma cooperativa agropecuária proporciona, paralelamente, outros ganhos indiretos aos cooperados, que são de caráter social. A criação de laços de confiança e de credibilidade são ganhos complementares que contribuem para o fortalecimento do capital social. A cooperativa aproxima os produtores rurais possibilitando a eles uma interação que culmina em um grupo mais fortalecido, evidenciando assim os laços horizontais. A cooperativa também promove cursos e treinamentos, transmitindo novos conhecimentos que qualificam os cooperados para o manuseio da produção, no acesso às novas tecnologias e, principalmente, às exigências do mercado. Estes aprimoramentos propiciam a criação de laços verticais, possibilitando ao cooperado relacionar-se melhor com a cooperativa e com os agentes externos à comunidade.

Com relação às dimensões do desenvolvimento sustentável, ficou evidente que a cooperativa é percebida, pelo seu grupo de associados, como uma entidade que promove o desenvolvimento sustentável local. A cooperativa é reconhecida como uma entidade de grande importância, sendo relevante na questão econômica, pois promove a organização econômica dos produtores rurais da região e gera empregos; na questão social, possuindo projetos voltados à melhoria da saúde e da educação da população; na questão ambiental, citada com muita ênfase pelos cooperados, no que diz respeito à conservação e recuperação de matas ciliares; na questão cultural, promovendo a aproximação das famílias dos cooperados através da estruturação e grupos educacionais, principalmente aqueles voltados à mulher e aos jovens.

A realização deste trabalho teve como enfoque a observação da relação do capital social e do cooperativismo no contexto do desenvolvimento local, confirmando pressupostos de uma determinada região paranaense. Neste trabalho, em função das delimitações dos objetivos, não foi possível aprofundar aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, pois o foco foi voltado à observação da percepção do cooperado e não no aprofundamento de informações da região ou mesmo da cooperativa. Por outro lado, este trabalho desperta uma expectativa de se observar outras situações como: Com a aplicação da mesma pesquisa, ocorreria este mesmo comportamento em outras regiões paranaenses com culturas e

processos de colonização diferenciados? Qual a relação direta entre a rentabilidade da atividade do cooperado e o desenvolvimento? Como medir a fidelidade e o compromisso efetivo do cooperado com a sua cooperativa? Qual proporção de geração de renda entre a atividade avícola e a atividade em grãos para o produtor de pequena estrutura fundiária? Ocorre a formação e o fortalecimento do capital social com as cooperativas médicas, de transporte e de crédito? Uma outra situação que também ficou latente diz respeito a avaliar o capital social e as relações contratuais, a partir dos custos de transação, e vincular com a renda gerada para a região. Portanto, estes aspectos acima enumerados ficam como sugestões para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI Sarita; MACIEL Maria Lúcia. Capital Social e Desenvolvimento Local. In LASTRES H.M.M; CASSIOLATO, J.E; MACIEL M.L. (Org.). **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Dumará, 2003, p.423-440.

ALBUQUERQUE, Carlos Augusto C., **Desafios do Paraná**. Curitiba:IPARDES, 1995, Revista Paranaense do Desenvolvimento, nº 82. p. 35-48.

ALVES, Maria Odete; BUSTAMANTE, Rosanna Márcia Sá. **Cooperativismo Nova Geração** – Tendências nas Estratégias de Negócio, Fortaleza: ETENE Banco do Nordeste do Brasil – Rede da Irrigação, número 3, 2000.

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; 1º Relatório do Plano de Desenvolvimento Regional, Cascavel: ParanaCidade, 2000.

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. www.amop.org.br – acessado em 22 de fevereiro de 2007.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio**, São Paulo: Atlas, 2003. 147p.

ARNS, Paulo César; ZAPATA, Tânia; PARENTE, Silvana; OSÓRIO, Carlos; BRITO, Maria do Socorro. **Desenvolvimento Institucional e Articulações de Parcerias para o Desenvolvimento Local**. Recife: BNDES, 2000.

BECKER, Alexandre; DUTRA Ivan de Melo; BUSS Lenisse Isabel. A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptativo**. SILVA, C.L. (org.) Petrópolis: Vozes, 2006. 29-47p.

BELLEN, Hans Michael Van. **Desenvolvimento sustentável**: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. Revista Ambiente e Sociedade. V. VII. N.1 jan-jun 2004. p.67-88.

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços**. Revista Internacional de desenvolvimento local. Vol. 1, número 2. Março de 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. **A Economia da Cooperação**. Apostila Ensaio em Cooperativismo, USP, Piracicaba, 1998. p. 5-35.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Ambiente Institucional e estratégias de empreendimentos cooperativos**. In: II Workshop Internacional das Tendências do Cooperativismo, USP, Ribeirão Preto, 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Estratégias e Cooperativas Agropecuárias**: Um ensaio Analítico. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV, Viçosa, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Capital Social e Cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo**: Um ensaio analítico. Revista Vanguarda Econômica, Belo Horizonte, n. 9, 2001.

BOESCHE Leonardo. **Fidelidade cooperativa**: uma abordagem prática. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005. 96p.

BRITO, Carlos Melo. Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial. Working paper nº 38. Faculdade de Economia do Porto. Disponível em www.fep.up.pt/docentes/cbrito/Estrat_Intern_e_Coop.pdf, acessado em 20 de fevereiro de 2007.

BRITO, Socorro. ZAPATA, Tânia. **Equidade de Gênero e Desenvolvimento Local**: Reflexões e Orientações para a Prática. Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. 2004. Disponível em: www.iadh.org.br, acessado em 28/fev/2006.

BRUSEKE, Franz Josef. Desestruturação e Desenvolvimento. In: FERREIRA, Leila Costa; VIOLA, Eduardo. (Org.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp 1996.

CAIDEN, Gerarld; CARAVANTES, Geraldo. **Reconsiderações do Conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educs, 1988.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS Rafael D'Almeida. **Uma análise comparada de experiências de Desenvolvimento Econômico Local**. Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Disponível em: www.polis.org.br. Acessado em 1/set/2006.

CAMARGO, Aspácia. **Agenda 21 e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: www.achegas.net/numero/quatro/aspasia. acessado em 31/ago/2005.

CAMPOS, H. **Estatística experimental não paramétrica**. ESALQ, 1983.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256p.

CARON, Antoninho. O desenvolvimento do nosso tempo. Curitiba: ADECON - Revista da FAE. 1996. nº 8. 13-32p.

CARON, Antoninho. **Estratégia de cooperação empresarial internacional**: Um estudo de caso sobre as estratégias das empresas industriais de Curitiba e Região Metropolitana. Dissertação de Mestrado em Economia. Curitiba: UFPR, 1997.

CARON, Antoninho. Transformações dos Sistemas Produtivos Mundiais e o Desenvolvimento Local. In: **Tecnologias de Gestão em Sistemas Produtivos**. VALLADARES, Angelise. (org). Petrópolis: Vozes. 2003. 71-98p.

CARON, Antoninho. **Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização: O caso do Paraná.** Florianópolis. Universidade de Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PEREIRA, Maria do Carmo Silveira. CUNHA, Idaulo José **Análise da competitividade das principais aglomerações produtivas de móveis da região sul do Brasil.** Florianópolis: BRDE. 2006. 233p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação, economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra S/A, 2001. 617p.

CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE de 1985. Rio de Janeiro. 1991.

CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE de 1995/1996. Rio de Janeiro. 1997.

COLODEL, José Augusto. Cinco Séculos de História. In: **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná.** PERIS, Alfredo Fonseca. (org). Cascavel: Unioeste. 2003. 29-75p.

COOPERATIVA AGRÁRIA. www.agraria.coop.br, acessado em 12 de setembro de 2006.

COOPERATIVA BATAVO. www.batavo.coop.br, acessado em 12 de setembro de 2006.

COOPERATIVA CASTROLANDA. www.castrolanda.coop.br, acessado em 12 de setembro de 2006.

COOPERATIVA COPACOL. Relatório do Conselho de Administração. 2004, 2005 e 2006.

COOPERATIVA COPACOL. www.copacol.com.br, acessado em 10 de janeiro de 2007.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento.** Revista de História Regional. Vol. 3, número 2. 1998.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISES: **Cooperativas de Produção Agropecuária do Estado do Paraná.** Convênio CPEc – BRDE – OCEPAR – IPARDES Curitiba. 1974. 842p.

DURSTON, John; LÓPEZ, Eduardo. **Capital social y gestión participativa en la cuenca de Pátzcuaro.** Revista de la Cepal 90, diciembre de 2006, 105-119p.

FAJARDO, Sérgio. **O novo Padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná.** Revista Caminhos de Geografia, número 4. 2006. 31-47p. acessado em 21/fev/2006 www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html

FARAH, Moises Francisco Junior. **Uma proposta de estruturação da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas metal-mecânicas da região de Curitiba através da formação de um *Cluster***. Florianópolis. Universidade de Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. 2002.

FERREIRA, Leila da Costa. A busca de alternativas de sustentabilidade no Poder Local. In: FERREIRA, Leila Costa; VIOLA, Eduardo. (Org.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp 1996.

FRANCO, Augusto de. **Dez Consensos sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Comunidade Solidária, número 6. Brasília: IPEA, 1998.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável**. Revista Século XXI, número 3. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Lévy**. Brasília: Instituto da Política, 2001.

FREY, Klaus. **Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: O Potencial das novas Tecnologias de Informação e Comunicação**. Revista de Sociologia e Política, número 21. Curitiba, 2003. p.165-185.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 456p.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald & CARAVANTES Geraldo. **Reconsideração do conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educs, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995. 207p.

GRAY, John. **Al-Qaeda e o significa ser moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 158p.

GROOTAERT, C. Van Bastelaer. (Eds.). **The role of social capital in development: An empirical assessment**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2002.

HAZEN. Paul. **Cooperative employment trends in the United State during economic prosperity: Cooperatives - give people power and voice**. In: Can cooperatives make a difference? Geneva: COPAC – Committee for the Promotion and Advancement of Cooperatives, 2000, Report of the COPAC, p. 15-20.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. www.ipardes.gov.br, índice e indicadores, acessado em 15 de fevereiro de 2007.

JARA Carlos Júlio. **Repensando o Desenvolvimento Comunitário: O Essencial nem sempre é Visível**. Prorural: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

KELLER, Paulo Fernandes. **Competição Global & Cooperação Local**: uma análise das relações interfirmas no cluster têxtil de Americana – SP. Enfoques - Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA. 2004. Disponível em: www.enfoques.ifcs.ufrj.brmarco04pdfsmarco2004_05.pdf. Acessado em 8 de fevereiro de 2007.

KHAN, Mohammad Mohabbat. Desenvolvimento: significado, estratégias e metas. In: CAIDEN, Gerald & CARAVANTES Geraldo. **Reconsideração do conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educs, 1988.

KOTLER, Philip. **O marketing das nações**: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais. São Paulo: Editora Futura, 1997.

LEI COOPERATIVISTA – 5764/71, artigos 3º, 4º, 6º, 8º, 9º e 60º.

LEITURAS REGIONAIS: Mesoregiões Geográficas Paranaenses. IPARDES Curitiba. 2004. 32p.

LIMA, Marcos Augusto Teixeira de Freitas Carvalho. **O Cooperativismo Paranaense**: Bases Históricas na sua Relação Teoria-Prática, 1988. 74 p. Monografia (Curso de Especialização em Administração de Empresas) - Universidade Federal do Paraná.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense nos Anos 90**: Um Modelo de Interpretação. Curitiba: Ed. do autor, 2000. 99p.

LUZ, Gastão Octávio Franco; OLIVEIRA, Rosimery de Fátima. **Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná. Núcleo de Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: SESCOOP/PR, 2004.

MACKE Janaina; CARION Rosinha Machado. **Programas Sociais Corporativos**: A importância da abordagem transdisciplinar. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006.

MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis; ORQUIZA, Liliam Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: Elaboração de Trabalhos. Curitiba: FESP – Fundação de Estudos Sociais do Paraná, 2002. 130p.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia Agrícola**: Princípios Básicos e Aplicações. Curitiba: ZNT 1998. 458p.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de Indicadores Sócio-Econômicos na Avaliação Financeira de Cooperativas Agropecuárias**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada. 2000.

MOLENAERS, Nadia. **Vida associativa y desarrollo local**: en dos pueblos nicaragüenses. Revista de la Cepal 90, diciembre de 2006, 121-133p.

MORAIS, James Fernando. Estudo de Caso na Cooperativa Agrícola Consolata – Copacol In: **Tecnologia da informação no agronegócio cooperativo**. PROTIL, R.M.; ZAMBALDE, André Luiz. (org's.) Curitiba: Champagnat, 2002. 261-278p.

OCB, www.ocb.org.br, acessado em 23 de dezembro de 2005.

OCEPAR, Manual do Banco de Dados Cooperativo. Curitiba. 2006.

OCEPAR, Relatório do III Encontro de Dirigentes Cooperativistas, Curitiba: Ocepar. 1971.

OCEPAR, www.ocepar.org.br, acessado em 12 de janeiro de 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das Cooperativas**: Uma abordagem Prática, São Paulo: Atlas, 2001. 318 p.

OLIVEIRA, Josiane Alves. **A Governança Urbana como Indutora do Desenvolvimento Local**: Aplicações do Modelo Colaborativo de Curitiba na Região do Cajuru. Dissertação de Mestrado em Gestão Urbana. Curitiba: PUC-PR, 2006.

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pincetta. **Desenvolvimento, Crescimento Econômico e o Capital Social do Estado de São Paulo**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. 2003.

PERIS, Alfredo Fonseca (coordenador). **Mesorregião Oeste do Paraná**: diagnóstico e perspectivas. Cascavel. Unioeste. Relatório final de pesquisa entre Itaipu Binacional e Unioeste. 2002. 502-527p. www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/prognostico.pdf., Acessado em 25 de setembro de 2006:

PIERUCCINI, Maristela Alice; BULHÕES, Ronaldo. Oeste do Paraná: caracterização enquanto Região In: **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. PERIS, Alfredo Fonseca. (org). Cascavel: Unioeste. 2003. 77-104p.

PIFFER, Moacir. Apontamento sobre a base econômica da região Oeste do Paraná In: **Negócios e desenvolvimento regional**. CASIMIRO, Francisco Filho; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (org's). Cascavel: Edunioeste. 1999. 57-84p.

PINTO, Luiz Fernando Gomes; MEIRELLES, Dimária Silva. **A formação da grande empresa industrial brasileira**: Um estudo do processo de crescimento do grupo J. Macedo sob a ótica da teoria da firma. 2006. Disponível em: www.ead.fea.usp.br/Semead9semeadresultado_semeadtrabalhosPDF452.pdf, acessado em 28 de janeiro de 2007.

PLAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; ALVES, Jazan Mageski. **O Fenômeno do Agroturismo e a Influência das Instituições no Desenvolvimento Econômico Local**: Um Estudo de Caso na Região Centro Serrana do Espírito Santo. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 257p.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 190p.

RIBEIRO, Gilberto Alves; MENDES Jerônimo; SALANEK FILHO, Pedro. A questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e delimitações. In SILVA, C.L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável**: Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006, p.49-63.

ROCHA JR., Weimar Freire. **Análise do agronegócio da erva mate como enfoque na nova economia institucional e o uso da matriz estrutural prospectiva**. Florianópolis. Universidade de Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. 2001.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **O Paraná urbano e o Paraná do Agrobusiness**: as dificuldades para um projeto político. Curitiba: IPARDES, 1995, Revista Paranaense do Desenvolvimento, nº 82, p. 49-100.

RONKOSKI, José. **Avaliação do processo de capacitação profissional nas cooperativas Agropecuárias no Paraná**. Florianópolis. Universidade de Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção. 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SALANEK FILHO, Pedro. **Integração Regional, Desenvolvimento Local e Cooperativismo**: O Melhoramento da Renda do Pequeno Produtor Associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR. Curitiba. Seminário de Sustentabilidade I. UNIFAE. Outubro/2006.

SANTOS, Antonio Carlos. Agronegócio Cooperativo: gestão e coordenação. In PROTIL, Roberto Max; ZAMBALDE, André Luiz (Edit.). **Tecnologia da Informação no Agronegócio Cooperativo**. Curitiba: Champagnat, 2002, p.41-78.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense**: OCEPAR 35 anos: Mais de um século de história. Curitiba: OCEPAR, 2006. 268p.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não paramétrica**: para as ciências do comportamento. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; SALANEK FILHO, Pedro. **Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local**: Teorias e Aplicações ao Caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006.

SILVA, Christian Luiz. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In SILVA, C.L. & MENDES, J.T.G (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005, v.1, p.11-40.

SILVA, Christian Luiz. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In SILVA, C.L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2006, p.15-28.

SILVA, Christian Luiz. Competitividade e estruturas de governança na cadeia de valor: Uma análise dos sistemas produtivos da avicultura de corte paranaense. In: **Tecnologias de Gestão em Sistemas Produtivos**. VALLADARES, Angelise. (org). Petrópolis: Vozes. 2003. 99-128p.

SOUZA, Mario Romero Pellegrini. **Fatores Determinantes do Crescimento das Regiões**: Um processo de Mensuração. Florianópolis. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção – UFSC. 2004.

TÁLAMO, José Roberto; CARVALHO, Marly Monteiro. **Seleção dos objetivos fundamentais de uma rede de cooperação empresarial**. Gestão & Produção, v.11, n.2. São Paulo. 2004. p.239-250. Disponível em: www.scielo.br/pdf/gpv11n2a10v11n2.pdf, acessado em 12 de fevereiro de 2007.

ULTRAMARI, Clovis. **A respeito do conceito de sustentabilidade**. In: CONCURSO DE MONOGRAFIAS PREMIADAS, 4. Curitiba: IPARDES/IEL-PR, 2003. p 2-22.

URBAN, Maria Lúcia de Paula, **Dilemas da Economia Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 1995, Revista Paranaense do Desenvolvimento, nº 84. p. 13-18.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS COOPERADOS DA COOPERATIVA COPACOL

Nome: _____

Município: _____

Idade: _____

1) Qual o tempo em que está associado à cooperativa?

- até 2 anos
- até 4 anos
- até 6 anos
- até 8 anos
- até 10 anos
- mais de 10 anos

2) Qual a área total de sua propriedade?

- até 10 ha
- de 11 a 50 ha
- de 51 a 100 ha
- de 100 a 500
- acima de 500

3) Qual a distância da sua propriedade até a cooperativa?

- até 10 km
- de 10 a 30 km
- de 30 a 50 km
- de 50 a 100 km
- acima de 100 km

4) Qual o principal motivo que o levou a se associar à Cooperativa?

- Outros produtores são associados
- Assistência Técnica Dirigida
- Facilidade para comercialização da produção
- Acesso a novas Tecnologias
- Possibilidade de trabalhar com novos produtos
- Outro motivo: _____

5) A sua vinculação à cooperativa ocorreu em função de mudança para um produto mais rentável para a região e para a cooperativa?

sim não

6) Respondendo "sim" na questão anterior, houve incentivo da cooperativa para a sua associação e para a mudança?

sim não

7) Sua renda melhorou após se associar à Cooperativa?

sim não

Porque _____

8) Respondendo "sim" na questão anterior, quanto que era a sua renda mensal média antes de se tornar associado e quanto é atualmente?

ANTES

- não lembra/não respondeu
- até 1 salário mínimo
- de 1 a 3
- de 3 a 6
- de 6 a 10
- acima de 10

ATUAL

- não lembra/não respondeu
- até 1 salário mínimo
- de 1 a 3
- de 3 a 6
- de 6 a 10
- acima de 10

9) Qual a periodicidade dos seus recebimentos provenientes da cooperativa?

- semanal
- mensal
- bimestral
- trimestral
- Outro _____

10) Qual a periodicidade dos seus recebimentos antes de se tornar cooperado?

- semanal
- mensal
- bimestral
- trimestral
- Outro _____

11) Quais atividades você desenvolve junto à cooperativa:

- Produtos Agrícolas (soja, milho, trigo, algodão)
- Produtos Agropecuários (leite)
- Produtos Industrializados (frango e suínos)
- Outros _____

12) Com a sua participação na cooperativa, melhorou a sua relação com outros produtores?

sim não

13) Respondendo "sim" na questão anterior, que relação você considera mais importante com os outros produtores.

Comercial
 Profissional e Tecnológica
 Troca de Informações
 Social
 Outra _____

14) Você participa dos eventos/treinamentos promovidos pela cooperativa?

sim não

Porque _____

15) Se respondeu "sim" na questão anterior, em quantos eventos/treinamento você participou no último ano?

até 3
 entre 3 e 5
 entre 5 e 10
 mais de 10

16) Estes eventos/treinamento propiciaram novos conhecimentos?

sim não

17) Respondendo "sim" na questão anterior, em que áreas você adquiriu conhecimentos mais importantes:

Tecnológica
 Manejo da produção
 Comercial
 Financeiro
 Outros _____

18) Se você participou de eventos/treinamentos que nota de (0 a 10) você daria para conhecimentos que o ajudaram a melhorar a sua produtividade e a sua rentabilidade?

- 19) Qual o percentual da sua renda é gasto na região?
- 0 a 20%
 - 21% a 40%
 - 41% a 60%
 - 61% a 80%
 - 80% a 100%
- 20) Que motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços na sua região?
- Disponibilidade
 - Preço
 - Qualidade
 - Outros _____
- 21) Que motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços fora da sua região?
- Disponibilidade
 - Preço
 - Qualidade
 - Outros _____
- 22) Há uma forte dependência da região com o preço dos produtos agrícolas comercializados?
- sim não
- 23) Respondendo “sim” na questão anterior, qual a sua sugestão?
- manter como está, pois a produção agrícola garante renda para região, mesmo que tenha que mudar a cultura.
 - aprofundar a industrialização para agregar mais valor.
 - buscar alternativas, não vinculadas aos produtos agrícolas, para diversificar a renda.
 - criar mais possibilidade de comércio na região para fortalecê-la e permitir lidar com intempéries do mercado.
 - outra sugestão _____
- 24) Ainda no caso de sim, qual a participação da cooperativa neste processo?
- tende a reduzir pela diversificação da produção
 - deve ser fortalecida com a industrialização ou fortalecimento da produção agrícola
 - é importante para organizar os produtores e trabalhadores politicamente
 - não interfere
 - outra _____

25) Quanto da sua renda anual é investida?

- 0 a 10%
- 11 a 20%
- acima de 20%

26) Qual a importância da cooperativa para a organização econômica local (estruturação da cadeia de produção e comercialização)?

- não sabe/não respondeu
- nenhuma
- pouca
- média
- muita

Porque: _____

27) Qual a importância da cooperativa para a saúde da população local?

- não sabe/não respondeu
- nenhuma
- pouca
- média
- muita

Porque: _____

28) Qual a importância da cooperativa para a educação da população local?

- não sabe/não respondeu
- nenhuma
- pouca
- média
- muita

Porque: _____

29) Qual a importância da cooperativa para o meio ambiente da região?

- não sabe/não respondeu
- nenhuma
- pouca
- média
- muita

Porque: _____

30) Qual a importância da cooperativa para a cultura da região?

- não sabe/não respondeu
- nenhuma
- pouca
- média
- muita

Porque: _____

31) Qual a sua percepção da cooperativa Copacol como entidade que promove o desenvolvimento da região? Quais os benefícios?
